

**Ministério da Cultura
Instituto Brasileiro de Museus**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
- EXERCÍCIO 2016**

BRASÍLIA, 2017

Ministério da Cultura
Instituto Brasileiro de Museus

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 154/2016 e na Portaria TCU nº 59/2017. Unidade Prestadora de Contas Responsável pela Elaboração: Instituto Brasileiro de Museus.

Brasília, 2017

1.4. LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AUDIN: Auditoria Interna
CCPM: Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico
CGP: Coordenação de Gestão de Pessoas
CGSBM: Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus
CGSIM: Coordenação-geral de Sistemas de Informação Museal
CGU: Controladoria Geral da União
CNIC: Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
CNM: Cadastro Nacional de Museus
CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural
COG: Comitê de Gestão
CPGF: Cartão de Pagamentos do Governo Federal
CTINF: Coordenação de Tecnologia da Informação
DAS: Grupo Direção e Assessoramento Superior
DDFEM: Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus
DIR: Diretoria
DPGI: Departamento de Planejamento e Gestão Interna
DPMUS: Departamento de Processos Museais
EGTI: Estratégia Geral de TI
ESIC: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FCPE: Funções Comissionadas do Poder Executivo
FNM: Fórum Nacional de Museus
FVA: Formulário de Visitação Anual
FVM: Formulário de Visitação Mensal
GDAC: Gratificação de Atividades Culturais
GSISTE: Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal
GT: Grupo de Trabalho
IBRAM: Instituto Brasileiro de Museus
ICOM: Conselho Internacional de Museus
INBCM: Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados
IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOA: Lei Orçamentária Anual
MCTI: Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MINC: Ministério da Cultura
NBCT: Normas Brasileira de Contabilidade
OE: Objetivos Estratégicos
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PAINT: Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PAM: Pesquisa Anual de Museus
PDTI: Plano Diretor de TI
PEN: Processo Eletrônico Nacional
PETI: Plano Estratégico de TI
PLOA: Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS: Plano de gestão de Logística Sustentável
PNC: Plano Nacional de Cultura
PNM: Política Nacional de Museus
PNSM: Plano Nacional Setorial de Museus
PPA: Plano Plurianual
PROFER: Procuradoria Federal
RAINT: Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna

RAP: Restos a pagar
SAD: Sistema de Avaliação de Desempenho
SBM: Sistema Brasileiro de Museus
SCDP: Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SEI: Sistema Eletrônico de Informações
SGI: Sistema de Gestão da Informação
SNM: Semana Nacional de Museus
UFG: Universidade Federal de Goiás
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1.5. LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Lista de Quadros

Quadro 1. Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	26
Quadro 2. Macroprocessos Finalísticos	27
Quadro 3. Objetivos e Metas PPA 2016-2019.....	52
Quadro 4. Objetivos estratégicos Ibram 2015-2016	52
Quadro 5. Vinculação de Planos.....	53
Quadro 6. Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	60
Quadro 7. Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	61
Quadro 8. Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	64
Quadro 9. Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	67
Quadro 10. Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	68
Quadro 11. Restos a pagar de exercícios anteriores	69
Quadro 12. Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	70
Quadro 13. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	70
Quadro 14. Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	71
Quadro 15. Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	71
Quadro 16. Despesas por Modalidade de Contratação	74
Quadro 17. Despesas por grupo e elemento de despesa	75
Quadro 18. Restrição imposta pelo contingenciamento sobre a dotação das despesas discricionárias desta Unidade	77
Quadro 19. Desempenho operacional das ações do Ibram – PPA 2016-2019.....	81
Quadro 20. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	83
Quadro 21. Empenhos e pagamentos por UG executora	94
Quadro 22. Força de trabalho da UPC.....	96
Quadro 23. Distribuição da Lotação Efetiva	96
Quadro 24. Quadro. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	97
Quadro 25. Despesas do pessoal.....	98
Quadro 26. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de cargos da Unidade	101
Quadro 27. Composição do Quadro de Estagiários	102
Quadro 28. Distribuição espacial dos bens imóveis de Uso especial de propriedade da União	104
Quadro 29. Quadro. Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional... ..	104
Quadro 30. Informação sobre imóveis locados de terceiros	112
Quadro 31. Principais sistemas de informações	116

Lista de gráficos

Gráfico 1. Arrecadação 2016 – por código de recolhimento	72
Gráfico 2. Arrecadação 2016 – por UE	72
Gráfico 3. Evolução anual da receita orçamentária – previsto x realizado	73
Gráfico 4. Receita orçamentária 2014 a 2016.	73
Gráfico 5. Despesas discricionárias – proporção de empenhos por Ação	78
Gráfico 6. Demonstrativo percentual das recomendações originadas dos Relatórios de Auditoria.....	84
Gráfico 7. Demonstrativo percentual de recomendações já encaminhadas para CGU.	85
Gráfico 8. Demonstrativo percentual no posicionamento do Ibram quanto à recomendação da CGU.....	85
Gráfico 9. Proporção de empenhos por UG executora	95
Gráfico 10. Proporção de pagamentos por UG executora	95

Lista de figuras

Figura 1. Organograma.....	23
Figura 2. Quantitativo mensal de Manifestações.....	46
Figura 3. Mapa estratégico 2013	50
Figura 4. Mapa estratégico 2015	51
Figura 5. Mapa estratégico – Resultado 2016	80

1.6. Lista de anexos e apêndices

Anexo 1. Demonstrações contábeis.....	
---------------------------------------	--

1.7. SUMÁRIO

2. APRESENTAÇÃO	9
3. VISÃO GERAL	11
3.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS.....	15
3.2. NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE	17
3.3. ORGANOGRAMA.....	23
3.6. BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE	35
3.7. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	36
4. GOVERNANÇA.....	37
4.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA.....	37
4.2. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	39
4.3. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	43
4.4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	45
4.5. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS	45
4.7. INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS	45
4.12. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	45
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	46
5.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	46
5.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO.....	47
5.3. AFERIÇÕES DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....	48
5.4. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	48
5.6. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES.....	48
7. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	49
7.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	49
7.1.1 <i>Descrição sintética dos objetivos do exercício</i>	52
7.1.2 <i>Estágio de implementação do Planejamento Estratégico</i>	52
7.1.3 <i>Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos</i>	53
7.2. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	59
7.2.2. <i>Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade</i>	59
7.2.3. <i>Fatores Intervenientes no desempenho orçamentário</i>	69
7.2.7. <i>Restos a pagar de exercícios anteriores</i>	69
7.2.8. <i>Execução descentralizada com transferência de recursos</i>	70
7.2.9. <i>Informações sobre a realização das receitas</i>	71
7.2.10. <i>Informações sobre a execução das despesas</i>	74
7.2.11. <i>Informações de pessoal para análise da prestação de contas</i>	78
7.4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	78
7.95. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS.....	81
7.96 DESEMPENHO OPERACIONAL	81
7.104. GESTÃO DAS MULTAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO.....	82
14. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	83
14.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	83
14.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	84
14.5. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	91
14.56. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5 DA LEI 8.666/93	91
14.60 – INFORMAÇÃO SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESA BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	91
14.61. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	91
15. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	92

15.1. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	92
15.2. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	93
15.11. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO	93
124. ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO	96
124.1. GESTÃO DE PESSOAS.....	96
124.1.1. <i>Estrutura de pessoal da Unidade</i>	96
124.1.2. <i>Demonstrativo das Despesas com Pessoal</i>	98
124.1.3. <i>Gestão de Riscos relacionados ao pessoal</i>	99
124.1.4. <i>Contratação de pessoal de apoio e de terceirizados</i>	101
124.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA	104
124.2.1 <i>Gestões de Frota de veículos</i>	106
124.2.2. <i>Política destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerências obre veículos nessas condições</i>	106
124.2.3. <i>Gestão do patrimônio imobiliário da União</i>	106
124.2.4. <i>Cessão de espaço físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas</i>	107
124.2.7 <i>Informação sobre imóveis locados de terceiros</i>	112
124.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	116
124.3.1 <i>Principais sistemas de informações</i>	116
124.3.2 <i>Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.</i>	118
124.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	125
124.5 GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS.....	126
90. ANEXOS E APÊNDICES	127
92. RELATÓRIO E/OU PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	136
119. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO.....	142
122. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	144
122. 2. DECLARAÇÃO SOBRE A INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS DE ATOS NO SISAC	144
122.3. DECLARAÇÃO DA ÁREA DA UPC RESPONSÁVEL PELO GERENCIAMENTO DA ENTREGA DAS DBR PELOS SERVIDORES	145
122.6. DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	148
125. ROL DE RESPONSÁVEIS.....	150

2. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão tem como objetivo atender à Instrução Normativa TCU nº 63/2010, que dispõe acerca das Unidades Prestadoras de Contas cujos responsáveis devem apresentar o Relatório de Gestão – exercício 2016, dentre as quais consta o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram.

O Relatório de Gestão – exercício 2016 segue orientações contantes da DN-TCU nº 154, de 19 de setembro de 2016, Portaria-TCU nº 059/2017 conforme estabelecido nas orientações do Anexo I da referida DN e, está estruturado em Itens e subitens.

Os Itens 1 e 2 fazem a apresentação do Relatório de Gestão do Ibram – exercício 2016 contendo capa, folha de rosto, lista de tabelas, gráficos, figuras, assim como esta apresentação.

No Item 3 apresentamos as normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do Instituto, assim como o organograma e os macroprocessos finalísticos. Apresentamos ainda um breve histórico do Ibram e o ambiente de atuação desde a sua criação

A descrição da governança, atuação da Unidade de Auditoria Interna – AUDIN e suas ações compõem o Item 4.

No item 5 discorremos sobre o relacionamento do Ibram com a sociedade por meio dos diversos canais de comunicação.

O Item 7 trata-se do Planejamento organizacional e os resultados da gestão em 2016, assim como o Desempenho orçamentário, RAP, análise dos indicadores de desempenho e os desempenho operacional no referente ano.

Já no Item 14 apresentamos os tratamento das determinações e recomendações dos órgãos de controle – TCU e CGU a este Instituto.

No Item 15 está a análise do desempenho financeiro e as informações contábeis do Ibram no ano de 2016.

O Item 124 consta de relato sobre a gestão de pessoas do Instituto, bem como sobre o Patrimônio e sua infraestrutura, inclusive informações sobre a Gestão da TI.

Em anexo estão:

- O Parecer da Unidade de Auditoria Interna: Item 92;
- O Relatório de instância – Item 119;
- As Declarações de integridade – Item 122, e
- Rol de Responsáveis – Item 125.

Alguns dos Itens estabelecidos na DN-TCU nº 154, não se aplicam ao Ibram, conforme abaixo:

- 4.5. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados
- 4.12. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada
- 7.104. Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização
- 14.60 – Informação sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresa beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento
- 14.61. Informações sobre ações de publicidade e propaganda
- 15.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade
- 124.5 Gestão de Fundos e de Programas

3. VISÃO GERAL

O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) foi criado pela Lei nº. 11.906, de 20 de janeiro de 2009, com a finalidade, dentre outras, de promover e assegurar a execução de políticas públicas para o setor museológico, contribuindo para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos.

O Ibram trabalha pela ampliação e democratização do acesso ao público às suas instituições de memória bem como pela melhoria física e estrutural dos museus; e por maior articulação e intensificação do intercâmbio institucional dentro do setor museal. Por serem os museus lugares de transformação social e de desenvolvimento, o incentivo e a criação de ferramentas que permitam o empoderamento social de todos os segmentos sociais, de forma a promover seu direito à memória também estão entre as prioridades do Instituto.

Sua Missão:

Valorizar os Museus e promover o campo museológico a fim de garantir o direito à memória, à universalidade do acesso aos bens culturais e o respeito à diversidade.

Sua Visão:

Excelência na geração de conhecimento e na gestão de políticas públicas para os Museus e o campo museológico.

A criação do Ibram exalta o reconhecimento efetivo que a especificidade do campo museal requer e justifica, sobretudo no mundo contemporâneo, um campo próprio de institucionalização. A vitalidade desse campo decorre de sua capacidade de mesclar preservação, investigação e comunicação; tradição, criação e modernização; identidade, alteridade e hibridismo; multiplicidade de ações, o centro de gravidade da política cultural do Brasil passa pelo território dos museus.

No contexto de institucionalização, o Ibram desenvolve intenso trabalho tanto para aprimorar e valorizar os 29 museus integrantes da estrutura da Autarquia, como para dialogar com o campo em que se situam mais de 3.750 museus de múltiplos perfis, temáticas e estruturas em todo território nacional. Para isto, estimula a expansão do campo museológico, bem como sua integração e capacitação.

Os 29 museus do Ibram ocupam uma área de mais de 913 mil m², composto por 99 edificações (81 mil m²) incluindo jardins históricos, espaços verdes, áreas de proteção ambiental e matas nativas. As áreas expositivas representam mais de 47 mil m² onde se

encontram preservados mais de 734 mil bens musealizados. Neste contexto, a gestão e manutenção destes museus representam um grande desafio, uma vez que se tratam de imóveis tombados como patrimônio histórico e cultural.

Neste contexto de desafios enfrentados pelo Ibram, a carência de pessoal pode comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional. Atualmente a situação do Ibram no que se refere à força de trabalho é alarmante. Dos 538 servidores que compõem o quadro permanente do Ibram 51% têm entre 50 e 70 anos de idade, sendo que 115 servidores possuem abono de permanência. Além disso, com o advento do Decreto nº 8.696, de 24 de março de 2016, foram remanejados para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 11 (onze) cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, diminuindo ainda mais a força de trabalho.

Em 2016, no âmbito do Programa de Fomento aos Museus e à Memória Brasileira, destaca-se o andamento de 4 importantes editais: Prêmio Darcy Ribeiro; Prêmio Modernização de Museus Microprojetos, Prêmio de Implantação e Fortalecimento de Sistemas e Redes de Museus e Prêmio Pontos de Memória.

Com o advento de grandes eventos como as Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016 ampliou-se a programação dos museus do Ibram. A cidade do Rio de Janeiro presenciou reforço da união entre esporte e cultura durante o período com inúmeras exposições.

Prosseguindo com os resultados de 2016, cabe destacar o pleno cumprimento da Portaria nº 241, de 24 de junho de 2015, que estabeleceu as medidas voltadas para a desconcentração de atividades de gestão no âmbito da administração do Ibram, no qual define as unidades museológicas compreendidas na área de abrangência territorial dos Escritórios de Representação Regional, e dá outras providências. Com isso, por meio da Portaria nº 324, de 4 de agosto de 2016 o Ibram delegou competências aos dirigentes dos Escritórios de Representação Regional de MG/ES e RJ.

Outro fato importante neste ano foi a finalização do processo de transferência do Museu de Biologia Professor Mello Leitão (MBML), localizado em Santa Teresa (ES), que passou a integrar a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), tornando-se Instituto Nacional da Mata Atlântica, desvinculando-se da estrutura do Ibram.

Também foi publicada a Resolução Normativa nº 01, de 14 de dezembro de 2016, que estabelece os procedimentos e critérios específicos relativos ao Registro de Museus junto ao IBRAM e demais órgãos públicos competentes. O Registro de Museus, instrumento

previsto no Estatuto de Museus e em seu Decreto de regulamentação (Lei nº11.904/2009 e Decreto nº8.124/2013, respectivamente), visa criar mecanismos de coleta, análise e compartilhamento nacional de informações sobre as dinâmicas de criação, fusão, incorporação, cisão ou extinção de museus, com o propósito de aprimorar a qualidade de suas gestões e fortalecer as políticas públicas setoriais.

A Resolução foi resultado de um intensivo trabalho colaborativo entre o Ibram, os Sistemas de Museus Estaduais, Distrital ou Municipais e órgãos públicos estaduais, distrital ou municipais competentes, por meio da Rede Nacional de Identificação de Museus (ReNIM), um arranjo de governança pública colaborativa, voltada à interação e cooperação entre os seus componentes para o desenvolvimento do setor de museus brasileiro, com a finalidade de estimular a articulação entre as instâncias responsáveis pela criação, desenvolvimento, acompanhamento, monitoramento e fiscalização das políticas públicas voltadas ao setor de museus nos âmbitos estadual, distrital e municipal.

No âmbito do PAC das Cidades Históricas, 14 museus Ibram foram contemplados com recursos específicos para restauração de monumentos e edificações de uso público em 2016.

Dando destaque ao Programa de Gestão de Riscos (PGR) no eixo de monitoramento de Riscos, o Instituto Brasileiro de Museus concretizou mais uma ação visando o aprimoramento dos procedimentos de preservação e segurança nos museus vinculados ao Instituto. Entre novembro de 2016, foi realizado no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, o Seminário-Oficina Gestão de Riscos do Clima para Acervos Musealizados. O Seminário-Oficina incluiu, além desta ação de capacitação, a aquisição de 33 termo-higrômetros digitais online para medição e monitoramento do clima dos museus/Ibram.

As ações internacionais do Ibram visam à promoção do patrimônio museológico brasileiro, à consolidação da presença brasileira nos espaços de debate de temas culturais e à ampliação da participação do Brasil no mercado cultural internacional. O Ibram busca desenvolver prioritariamente ações para o fortalecimento do intercâmbio cultural com países e instituições parceiras, com foco no aprimoramento das políticas públicas nacionais, e para a promoção dos museus brasileiros no exterior. No ano de 2016, o Ibram teve atuação destacada em ações com parceiros bilaterais e multilaterais.

Entre as ações de relevância realizadas naquele ano estão: a participação no Fórum de Alto Nível sobre Museus, realizado em novembro em Shenzhen, China, que

debateu ações nacionais para a implementação da Recomendação da UNESCO de 2015, para a proteção e promoção de museus e coleções; a atuação junto ao Programa Ibermuseus, com a realização, em julho, da primeira reunião técnica com a consultora da linha de ação *Sustentabilidade das Instituições Museológicas e Processos Museais Ibero-americanos*, gerenciada pelo Ibram; a participação na reunião do Comitê Técnico de Museus do Mercosul e do curso de gestão de museus, parceria entre Mercosul e Ibermuseus, em Montevideu, em abril e maio; o intercâmbio de quatro profissionais brasileiros na Dinamarca, realizado no primeiro semestre; a última etapa do intercâmbio estudantil e profissional com a Escola do Louvre, no segundo semestre; o acompanhamento de missão prospectiva a instituições culturais da Holanda em dezembro, a convite do DutchCulture; e a retomada do projeto de cooperação com o Museu Nacional de Arqueologia da Bolívia, coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC.

No contexto da comunicação institucional, o Ibram possui perfis no Twitter, Instagram, Facebook e Youtube, além de site institucional. Em 2016 tivemos mais de 1.000.000 de impressões (número de vezes que usuários viram o Tweet) no Twitter, aproximadamente 20.000 impressões no perfil do Instagram, criado em novembro de 2016. Mais de 7.000 curtidas nas mais de 1.050 publicações no Facebook, com aproximadamente 27.000 seguidores. Temos 270.359 usuários em nossa página Web Ibram, com 960.000 visualizações nas 190 matérias publicadas no ano de 2016, e mais de 1.000 visualizações no canal do Youtube.

Dentre as principais divulgações feitas em 2016, merece destaque o trabalho realizado para a Semana de Museus e Primavera dos Museus, em maio, período da Semana de Museus, foram identificadas mais de 230 matérias espontâneas sobre o tema na mídia.

Em Outubro de 2015 o Ibram assinou Acordo de Cooperação Técnica com a Vice-presidência da República (VPR) e em abril de 2016 foi também assinado acordo com a Presidência da República (PR). Em outubro de 2016, foi criado Grupo de Trabalho com servidores da PR, VPR e Ibram, com o objetivo de planejar e executar o inventário dos bens culturais dos acervos da Presidência da República e Vice-Presidência da República; orientar a restauração e conservação preventiva e regular dos bens culturais identificados; capacitar as equipes da PR e VPR para realizar ações de identificação, conservação, manuseio, guarda e controle de bens culturais; desenvolver estudos técnicos voltados à identificação de boas práticas na gestão de bens móveis classificados como bens culturais.

No âmbito da governança institucional, encerramos o ano de 2016 com a

realização de reuniões do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, que propicia o fortalecimento e a criação de novos sistemas estaduais e municipais e a articulação de redes temáticas de museus; e do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico que apoia a formulação de políticas públicas para o setor museológico e que aprecia questões relacionadas à consolidação e desenvolvimento do Ibram. O Comitê de Gestão do Ibram composto pelos diretores dos Museus Ibram e Sede se reuniu em 2016, no intuito de avaliar os impactos das ações daquele ano, bem como as diretrizes para construção do plano de ação 2017.

3.1. Finalidade e Competências

De acordo com a Lei nº 11.906, de 2009, e o Decreto nº 6.845, de 2009, o Ibram é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, com sede em Brasília-DF. Suas finalidades são:

- ♦ Promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, com vistas em contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos;
- ♦ Estimular a participação de instituições museológicas e centros culturais nas políticas públicas para o setor museológico e nas ações de preservação, investigação e gestão do patrimônio cultural musealizado;
- ♦ Incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro;
- ♦ Estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de instituições museológicas;
- ♦ Promover o estudo, a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas, como fundamento de memória e identidade social, fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica;
- ♦ Contribuir para a divulgação e difusão, em âmbito nacional e internacional, dos acervos museológicos brasileiros;
- ♦ Promover a permanente qualificação e a valorização de recursos humanos do setor;
- ♦ Desenvolver processos de comunicação, educação e ação cultural, relativos ao patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas para o reconhecimento dos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local, e o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro;

- ♦ Garantir os direitos das comunidades organizadas de opinar sobre os processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado; e
- ♦ Fiscalizar o patrimônio museológico e aplicar multas e penalidades previstas na legislação em vigor.
- ♦ Propor e implementar projetos, programas e ações para o setor museológico, bem como coordenar, acompanhar e avaliar as atividades deles decorrentes;
- ♦ Estabelecer e divulgar normas, padrões e procedimentos, com vistas em aperfeiçoar o desempenho das instituições museológicas no País e promover seu desenvolvimento;
- ♦ Fiscalizar e gerir técnica e normativamente os bens culturais musealizados ou em processo de musealização;
- ♦ Promover o fortalecimento das instituições museológicas como espaços de produção e disseminação de conhecimento e de comunicação;
- ♦ Desenvolver e apoiar programas de financiamento para o setor museológico;
- ♦ Estimular, subsidiar e acompanhar o desenvolvimento de programas e projetos relativos a atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais de acordo com suas especificidades;
- ♦ Estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais das instituições museológicas;
- ♦ Promover o inventário sistemático dos bens culturais musealizados, visando a sua difusão, proteção e preservação, por meio de mecanismos de cooperação com entidades públicas e privadas;
- ♦ Implantar e manter atualizado cadastro nacional de museus visando à produção de conhecimentos e informações sistematizadas sobre o campo museológico brasileiro;
- ♦ Promover e apoiar atividades e projetos de pesquisa sobre o patrimônio cultural musealizado, em articulação com universidades e centros de investigação científica, com vistas na sua preservação e difusão;
- ♦ Propor medidas de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações das instituições museológicas, visando manter a integridade dos bens culturais musealizados;
- ♦ Propor medidas que visem a impedir a evasão e a dispersão de bens culturais

musealizados, bem como se pronunciar acerca de requerimentos ou solicitações de sua movimentação no Brasil ou no exterior;

- ♦ Desenvolver e estimular ações de circulação, intercâmbio e gestão de acervos e coleções;
- ♦ Estimular e apoiar os programas e projetos de qualificação profissional de equipes que atuam em instituições museológicas;
- ♦ Coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de suas atividades sistematizadas;
- ♦ Promover e assegurar a divulgação no exterior do patrimônio cultural brasileiro musealizado, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores;
- ♦ Exercer, em nome da União, o direito de preferência na aquisição de bens culturais móveis, prevista no art. 22 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, respeitada a precedência pelo órgão federal de preservação do patrimônio histórico e artístico.

3.2. Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

Normas de criação e alteração da Unidade Prestadora de Contas:

- ♦ Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Lei de criação do Instituto Brasileiro de Museus. Está regulamentada pelo Decreto no 8.124, de 17 de outubro de 2013.
- ♦ Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto dos Museus, regulamentada pelo Decreto no 8.124, de 17 de outubro de 2013.
- ♦ Lei nº 12.840, de 09 de julho de 2013. Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve.
- ♦ Decreto nº 6.845, de 07 de maio de 2009. Aprova a estrutura regimental e o Quadro demonstrativo dos Cargos em comissão e das Funções Gratificadas.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas:

- ♦ Portaria nº 933, de 28 de novembro de 2016. Estabelece os limites de movimentação e empenho para o atendimento das Despesas Discricionárias no âmbito das unidades do Ministério da Cultura e de suas entidades vinculadas para o exercício de 2016 e dá outras providências.
- ♦ Portaria nº 520, de 22 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a criação do

Conselho Editorial no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus.

- ♦ Portaria nº 282 de 20 de julho de 2015, atualizada pela Portaria nº 367 de 26 de agosto de 2016. Cria Grupo de Trabalho para auxiliar nas atividades relacionadas à processos administrativos disciplinares e a processos administrativos para apuração de responsabilidade administrativa de pessoa Jurídica no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus- IBRAM.

- ♦ Portaria nº 441, de 16 de novembro de 2015. Institui Grupo de Trabalho (GT) para analisar a viabilidade de adesão ao Processo Eletrônico Nacional (PEN) e a adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus.

- ♦ Portaria nº 241, de 24 de junho de 2015. Estabelece medidas voltadas para a desconcentração de atividades de gestão no âmbito da administração do Ibram, define as unidades museológicas compreendidas na área de abrangência territorial dos Escritórios de Representação Regional, e dá outras providências.

- ♦ Portaria nº 130, de 19 de março de 2015. Regimento Interno do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico.

- ♦ Portaria nº 103, de 11 de março de 2015. Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus – SBM.

- ♦ Portaria 457, de 19 de dezembro de 2014. Ministério da Cultura dispõe sobre a competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos, ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos às atividades de custeio no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus.

- ♦ Portaria nº 117, de 5 de novembro de 2014, do Ministério da Cultura. Altera artigo 10 do Anexo da Portaria nº 28, de 19 de março de 2010, que publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

- ♦ Portaria nº 110, de 8 de outubro de 2014. Aprova o Regimento Interno do Instituto Brasileiro de Museus.

- ♦ Portaria nº 205, de 2 de julho de 2014. Referenda o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM)

- ♦ Portaria nº 5, de 22 de janeiro de 2014, do Ministério da Cultura. Regulamenta o processo seletivo para escolha de diretores dos Museus Ibram.

- ♦ Portaria Interministerial nº 506, de 16 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os

procedimentos a serem adotados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pelo Instituto Brasileiro de Museus no tocante às mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento, quando houver indícios de que se trate de bem de valor cultural, artístico ou histórico.

- ♦ Resolução Normativa nº 1, de 14 de dezembro de 2016. Estabelece os procedimentos e critérios relativos ao Registro de Museus junto ao IBRAM e demais órgãos públicos competentes.

- ♦ Resolução Normativa nº 3, de 19 de novembro de 2014. Dispõe sobre a regulamentação de dispositivos do Decreto nº 8.124/2013 quanto à obrigatoriedade do envio ao Instituto Brasileiro de Museus do quantitativo anual de visitação dos museus e estabelece outras providências.

- ♦ Resolução Normativa nº 2, de 29 de agosto de 2014. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados.

- ♦ Resolução Normativa nº 1, de 31 de julho de 2014. Normatiza o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados em consonância com o Decreto nº 8.124.

- ♦ Instrução Normativa Ibram nº 2, de 20 de setembro de 2013. Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para a utilização e operacionalização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF, no âmbito do IBRAM e de suas Unidades Museológicas.

- ♦ Instrução Normativa Ibram nº 1, de 15 de abril de 2013. Disciplina o requerimento e emissão de autorização de uso de imagem e de reprodução dos bens culturais e documentos que constituem o acervo das unidades museológicas do Ibram.

- ♦ Portaria Ibram nº 427, de 02 de dezembro de 2013. Estabelece procedimentos para o empenho de recursos referentes a transferências voluntárias no âmbito do Instituto.

- ♦ Portaria Ibram nº 309, de 05 de setembro de 2013. Constituir Comissão Gestora com as atribuições de elaborar, monitorar, avaliar e revisar Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS/IBRAM com o objetivo de estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração da instituição.

- ♦ Portaria Ibram nº 225, de 03 de julho de 2013. Dispõe sobre os procedimentos para o atendimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo.

- ♦ Portaria Ibram nº 222, de 27 de junho de 2013. Em conformidade com a

Portaria nº 179, de 02 de maio de 2011, no uso de suas atribuições previstas no Capítulo V, Art. 20, inciso IV do Decreto nº 6.845, designa membros da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Instituto Brasileiro de Museus.

- ♦ Portaria Ibram nº 198, de 06 de junho de 2013. Institui o Comitê de Tecnologia da Informação no âmbito do Ibram.

- ♦ Portaria Ibram nº 63, de 08 de março de 2013. Institui o Programa Acervo em Rede no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram e dá outras providências.

- ♦ Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 23 de março de 2012. Disciplina o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.

- ♦ Portaria Ibram nº 425, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre os procedimentos para o atendimento das demandas do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal ou Estadual, da Advocacia-Geral da União e da Defensoria-Geral da União.

- ♦ Portaria Ibram nº 251 de 26 de julho de 2012. Subdelega competência aos diretores das Unidades Museológicas detentoras de unidades gestoras executoras (autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos às atividades de custeio com valores inferiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e ratificar as dispensas e as inexigibilidades (alterando as alíneas "c" e "d" do Inciso III da Portaria do nº 130 de 7 de agosto de 2009 do Instituto Brasileiro de Museus).

- ♦ Instrução Normativa Ibram nº 1, de 27 de outubro de 2011. Dispõe sobre as relações entre os Museus que integram o Instituto Brasileiro de Museus e as Associações de Amigos de Museus.

- ♦ Portaria Ibram nº 231, de 29 de julho de 2011. Estabelece procedimentos técnicos e administrativos para compra de acervos no âmbito dos Museus vinculados ao Ibram.

- ♦ Portaria Ibram nº 196, de 22 de junho de 2011. Institui a Biblioteca Depositária do Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia da Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal do Instituto Brasileiro de Museus (BD/CENEDOM/CGSIM/IBRAM).

- ♦ Portaria Ibram nº 174, de 16 de maio de 2011. Criar a Câmara Técnica de Normas e Padrões de Sistemas Informatizados de Catalogação e Gestão do Patrimônio

Museológico Brasileiro, cuja finalidade é fomentar o estudo e estabelecer normas, diretrizes, padrões, procedimentos técnicos e instrumentos legais para o desenvolvimento e a integração de sistemas informatizados de catalogação e gestão de acervos museológicos, no âmbito brasileiro.

- ♦ Portaria Iphan nº 420, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.

- ♦ Decreto nº 6.845, de 07 de maio de 2009. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, e dá outras providências.

- ♦ Portaria Ibram nº 130 de 07 de agosto de 2009. Delega competência aos Diretores das Unidades Museológicas, para, no desempenho de suas atividades, quando aplicável, praticar atos de gestão nas seguintes áreas: representação legal, pessoal e patrimonial.

- ♦ Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004. Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Prestadora de Contas:

- ♦ Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos (2016):

A publicação objetiva oferecer subsídios para a elaboração de Planos Museológicos pelos museus brasileiros atuando como gerador de conhecimento e formação para a área museológica, fomentando a formação e qualificação de profissionais e estudiosos da área quanto às normas e procedimentos para a organização da gestão e planejamento dos museus por meio da disponibilização de subsídios técnicos para os museus.

- ♦ Pontos de Memória: metodologia e práticas em museologia social (2016) em versões traduzida para o espanhol e inglês apresenta a construção da metodologia do Programa Pontos de Memória e sua avaliação sob a perspectiva dos 12 primeiros Pontos de Memória que surgiram ou foram potencializados, com suporte do Governo Federal.

- ♦ Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado (2013): Publicação de caráter institucional que define as estratégias de ação do IBRAM no campo da

preservação e segurança para acervos musealizados.

- ♦ Cartilha de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro (2013):

Publicação de caráter didático que apresenta, por meio de perguntas e respostas, a gestão de riscos para acervos musealizados.

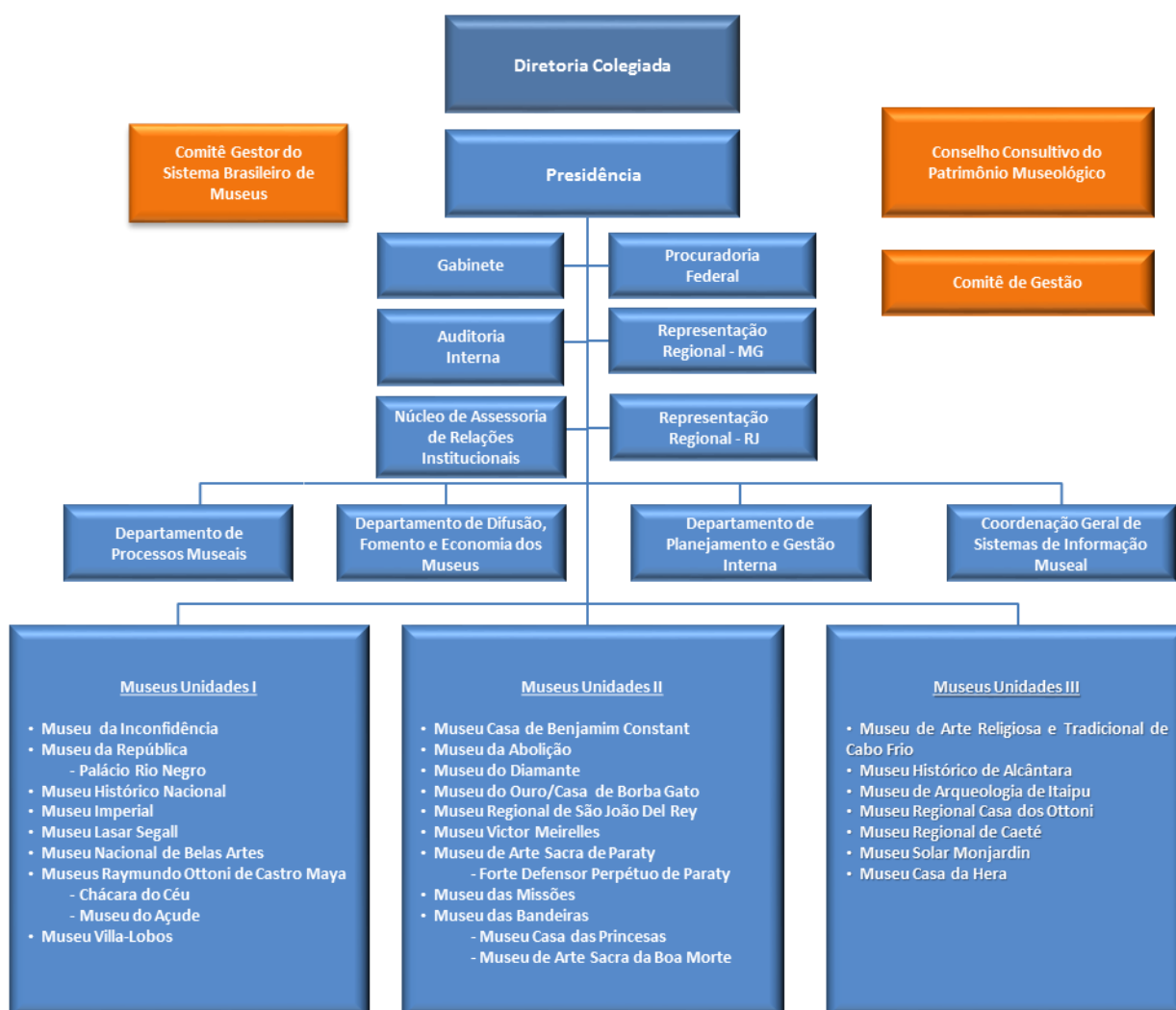
- ♦ Cadernos Museológicos “Acessibilidade a Museus” (2012): A publicação é um manual técnico que visa orientar os museus a se tornarem mais acessíveis a pessoas com deficiência.

- ♦ Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Ibram (2014-2016): Este documento visa o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC aos objetivos estratégicos institucionais, adequando os processos de governança de TI.

- ♦ Plano Nacional Setorial de Museus:2010/2020: Como parte integrante do Plano Nacional de Cultura, o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) organiza, estrutura e viabiliza as políticas públicas voltadas para o setor museal no país. Nesse sentido, deverá adequar-se à estrutura de planejamento, nos moldes do Plano Plurianual, contemplando e indicando ações (projetos ou atividades) metas e estimativas orçamentárias.

3.3. Organograma

Figura 1. Organograma



O organograma do Ibram é composto pelos seguintes órgãos, de acordo com o Decreto nº 6.845/2009 e o seu Regimento Interno, Portaria nº 164, de 11/05/2012 que institui as Representações Regionais e Portaria nº 70, de 25/02/2016 que cria o NRI, conforme abaixo:

I Órgãos Colegiados:

1. Diretoria – DIR;
2. Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico – CCPM; e
3. Comitê de Gestão – COG.

II Órgão de Assistência direta e imediata ao Presidente:

1. Gabinete – GAB;
2. Serviço de Apoio ao Gabinete – SAG.
3. Núcleo de Assessoria de Relações Institucionais – NRI
4. Representação Regional – MG
5. Representação Regional - RJ

III Órgãos Seccionais:

1. Procuradoria Federal – PROFER;
2. Auditoria Interna – AUDIN; e
3. Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI.
 - 3.1. Coordenação de Gestão de Pessoas – CGP;

- 3.1.1. Divisão de Benefícios – DBEN;
- 3.1.2. Divisão de Administração de Pessoas – DAP;
- 3.1.3. Divisão de Capacitação e Organização – DCO;
- 3.2. Coordenação de Recursos Logísticos e Licitações – CRLI;
- 3.2.1. Divisão de Licitações – DLIC;
- 3.2.2. Divisão de Contratos – DCONT;
- 3.2.3. Divisão de Passagens, Patrimônio e Documentação – DPPD;
- 3.2.4. Divisão de Serviços Gerais, Infraestrutura, Suprimentos e Transportes – DSGIST;
- 3.3. Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade – COFIC;
- 3.3.1. Divisão de Programação Orçamentária e Financeira – DPOF;
- 3.3.2. Divisão de Execução Orçamentária e Financeira – DEOF;
- 3.3.3. Divisão de Contabilidade – DCON;
- 3.4. Coordenação de Tecnologia e Informação – CTINF; e
- 3.4.1. Divisão de Suporte – DSUP. IV

IV Órgãos Específicos Singulares:

- 1. Departamento de Processos Museais – DPMUS.
 - 1.1. Coordenação de Acervo Museológico – CAMUS;
 - 1.1.1. Divisão de Normatização – DINOR;
 - 1.1.2. Divisão de Fiscalização – DIFISC;
 - 1.2. Coordenação de Preservação e Segurança – COPRES;
 - 1.2.1. Divisão de Preservação e Segurança – DIPRES;
 - 1.3. Coordenação de Espaços Museais e Arquitetura – CEMA;
 - 1.3.1. Divisão de Arquitetura – DIARQ;
 - 1.4. Coordenação de Museologia Social e Educação – COMUSE;
 - 1.4.1. Divisão de Museologia Social – DIMUS; e
 - 1.4.2. Divisão de Educação – DEDUC.
- 2. Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus – DDFEM.
 - 2.1. Coordenação de Promoção e Gestão da Imagem Institucional – CPGII;
 - 2.1.1. Divisão de Promoção Museal – PROMUS;
 - 2.3. Coordenação de Financiamento e Fomento – CFF;
 - 2.3.1. Divisão de Fomento – DFO;
 - 2.3.2. Divisão de Incentivos Fiscais – DIF;
 - 2.4. Coordenação de Estratégia e Sustentabilidade – CES;
 - 2.4.1. Divisão de Gestão Institucional de Museus – DGI;
 - 2.4.2. Divisão de Sustentabilidade Socioeconômica – DSS;
 - 2.4.3. Divisão de Estudos e Economia dos Museus – DEM; e
 - 2.5. Coordenação de Comercialização de Produtos – CCP.
- 3. Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal – CGSIM.
 - 3.1. Coordenação de Arquivos e Bibliotecas de Museus – CAB;
 - 3.2. Coordenação de Produção e Análise da Informação – CPAI; e
 - 3.3. Coordenação de Arquitetura da Informação Museal – CAINF.

V Órgãos Descentralizados:

a) Unidades Integradas

- I: Museu Casa Benjamin Constant;
- II: Museu Histórico de Alcântara;
- III: Museu Casa das Princesas;
- IV: Museu da Abolição;
- V: Museu da Inconfidência;
- VI: Museu da República/Palácio Rio Negro;

VII: Museu das Bandeiras;
VIII: Museu das Missões;
IX: Museu de Arqueologia de Itaipu;
X: Museu do Diamante;
XI: Museu do Ouro/Casa de Borba Gato;
XII: Museu Forte Defensor Perpétuo;
XIII: Museu Histórico Nacional;
XIV: Museu Imperial;
XV: Museu Lasar Segall;
XVI: Museu Nacional de Belas Artes;
XVII: Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya (Chácara do Céu e Museu do Açude);
XVIII: Museu Regional Casa dos Ottoni;
XIX: Museu Regional de Caeté;
XX: Museu Regional de São João Del-Rey;
XXI: Museu Solar Monjardim;
XXII: Museu Victor Meirelles; e
XXIII: Museu Villa-Lobos.

b) Unidades Administradas

I: Museu Casa da Hera;
II: Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio;
III: Museu de Arte Sacra de Paraty; e
IV: Museu de Arte Sacra da Boa Morte.

Os órgãos específicos singulares e os órgãos descentralizados são responsáveis pela condução dos principais macroprocessos finalísticos do Ibram, enquanto os macroprocessos de apoio são gerenciados pelos órgãos seccionais.

Quadro 1. Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Informações sobre Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gabinete	Assessoria direta e imediata ao Presidente	Marcos Jose Mantoan	Chefe de Gabinete	01/01/2016 a 31/12/2016
		Marlon Duarte Barbosa	Chefe de Gabinete Substituto	15/06/2016 a 31/12/2016
Assessoria de Gestão Estratégica	Assessoramento ao Gabinete da Presidência do Instituto Brasileiro de Museus na coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas ao planejamento estratégico do Ibram	Ana Carolina S. Paulo	Assessor da Presidência Substituta	01/01/2016 a 11/04/2016
		Marlon Duarte Barbosa	Assessor da Presidência	12/04/2016 a 31/12/2016
Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus (DDFEM)	Desenvolver e implantar programas, projetos e ações que promovam e valorizem o potencial intersetorial e multidisciplinar das atividades dos museus e o protagonismo dos museus como vetores de desenvolvimento socioeconômicos, de acordo com o art. 17 do Decreto nº 8.645/2009.	Eneida Braga Rocha de Lemos	Diretor	01/01/2016 a 31/12/2016
Departamento de Processos Museais (DPMUS)	Subsidiar, propor e estabelecer políticas e diretrizes para o aprimoramento, o desenvolvimento e atuação dos museus brasileiros, com vistas à ampliação do uso e do acesso aos bens culturais musealizados, dentre outras competências fixadas pelo art. 16 do Decreto nº 8.645/2009.	Manuelina Maria Duarte Candido	Diretor	01/01/2016 a 24/05/2016
		Elisa Helou Netto	Diretora Substituta	24/05/2016 a 31/12/2016
Departamento de Planejamento e Gestão Interna (DPGI)	Dentre outras finalidades definidas pelo Decreto nº 8.645/2009, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas ao Sistemas Federais de Pessoal Civil da Administração Federal, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Serviços Gerais, de Administração Financeira e de Contabilidade Federal no âmbito do Ibram	Valéria Grilanda Rodrigues Paiva	Diretora	01/01/2016 a 27/09/2016
		Patricia Anaissi Castro	Diretora substituta	27/09/2016 a 23/11/2016
		Dênio Menezes da Silva	Diretor	11/11/2016 a 31/12/2016

<p>Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal (CGSIM)</p>	<p>Tornar o Ibram uma referência de qualidade no ciclo da informação museal brasileira. Sua incumbência principal é elaborar e coordenar sistemas que, por um lado, permitam a geração, processamento, preservação, circulação e uso das informações e indicadores para a Política Nacional de Museus e, por outro, contribuam para a melhoria da gestão das instituições museológicas.</p>	<p>Rose Moreira de Miranda</p>	<p>Coordenadora Geral</p>	<p>01/01/2016 a 31/12/2016</p>
---	---	--------------------------------	---------------------------	--------------------------------

3.4. Macroprocessos Finalísticos

Quadro 2. Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Educação Museal	Consiste em práticas e processos educativos que, por meio dos bens musealizados e de diversas relações de mediação, contribuem para a construção simbólica e concreta do significado de patrimônio cultural partilhado por um grupo, comunidade ou sociedade, valorizando-o diante da diversidade.	1.Implementação e customização do Ambiente Virtual de Aprendizagem, utilizando o moodle; 2.Realização de projeto-piloto do Programa.	Sociedade Civil	Coordenação de Museologia Social e Educação/Departamento de Processos Museais
Museologia Social	Contribuir para o desenvolvimento de processos museais em comunidades populares e tradicionais de acordo com suas especificidades”, promovendo o direito à memória, garantido pela Constituição.	1. Participação em Comissões de Seleção de projetos relacionados à temática; 2. Articulação das oficinas ofertadas pelo Programa Pontos de Memórias: <ul style="list-style-type: none"> • Memórias Indígenas, Museus E Inventários Participativos • Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira. • Memórias Indígenas, Museus e Cultura Digital 3. Oferta do curso de capacitação “Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira”; 4. Realização do seminário interno “Trajetória e Perspectivas para o Programa Pontos de Memória”; 5. Edital Prêmio Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro; 6. Organização e editoração das publicações: <ul style="list-style-type: none"> • Pontos de Memória: Metodologia e Práticas em Museologia Social (traduzido em inglês e espanhol) • Manual de Expografia • Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira 	Sociedade Civil	Coordenação de Museologia Social e Educação/Departamento de Processos Museais
Gestão do Patrimônio Museológico	Normatização de procedimentos ligados à conservação, segurança e proteção dos acervos musealizados, em especial aos bens de caráter museológico, no país; e sistematização do controle dos bens culturais musealizados pertencentes aos museus do IBRAM, por meio de inventários e outros instrumentos normativos	1.Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro; <ul style="list-style-type: none"> • Realização do Seminário Oficina: Gestão de Riscos do Clima para Acervos Musealizados. 2.Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados – INBCM <ul style="list-style-type: none"> • Projeto Tainacan Museu- CGSIM/DPMUS em parceria com a UFG 3.Destinação aos museus brasileiros de bens culturais apreendidos pela Receita Federal – Lei 12.840/13.	Setor Museológico e Sociedade Civil	Coordenação de Patrimônio Museológico/Departamento de Processos Museais

		<p>4.Planejamento e Gestão de Museus:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organização e editoração da publicação “Subsídios para elaboração de planos museológicos” <p>5.Exportação Temporária de Bens Culturais Musealizados</p>		
<p>Modernização de Espaços Museais e Arquitetura</p>	<p>Ações de preservação e modernização nos museus visando condições adequadas de conservação, uso, acessibilidade, segurança, conforto ambiental e sustentabilidade arquitetônica dos espaços museais e do seu acervo.</p>	<p>1. 1 Museu da República:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos banheiros de visitante, prevendo construção de um sanitário acessível e trocador unissex, além da adequação à acessibilidade; • Restauração do Conjunto Composto por Clarabóia, Lanternim e Para-pó em Vitral; • Recuperação da cobertura do edifício da Reserva Técnica; • Fornecimento e instalação de Escoramento. • Desmontagem do antigo elevador e instalação de um novo elevador. <p>2. Museu Palácio Rio Negro: Modernização e adequação às normas de elétrica, contando com reforma da casa do gerador, como aquisição de novo gerador e iluminação da fachada.</p> <p>3. Museu Lasar Segall:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instalação dos sistemas de segurança contra incêndio no Museu Lasar Segall. • Regularização junto ao Corpo de Bombeiros para liberação da documentação necessária para funcionamento; <p>4. Museu Casa de Benjamin Constant:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Primeira fase da restauração integral do museu • Serviços técnicos em engenharia e arquitetura consultiva de supervisão, fiscalização e gerenciamento das obras da primeira fase da restauração integral do museu <p>5. Museu Regional de São João del Rei: Início do serviço de elaboração de projetos de elétrica, luminotécnica, lógica e telefonia.</p> <p>6. Museu Regional de Caeté:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Início da obra de restauração integral do museu. • Início de serviços técnicos em engenharia e arquitetura consultiva de supervisão, fiscalização e 	<p>Servidores, terceirizados e comunidade</p>	<p>Coordenação de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia do Departamento de Processos Museais/Departamento de Planejamento e Gestão Interna</p>

		<p>gerenciamento das obras restauração integral do museu.</p> <p>7. Museu Casa da Princesa: Em fase de finalização e ajuste do projeto museográfico. Museu Casa da Hera:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obras de recuperação do telhado e das instalações. • Início dos serviços de elaboração do projeto executivo de ampliação, modernização e restauração do museu e seus anexos. • Elaboração do projeto museológico. <p>8. Museu de Arte Sacra de Paraty: Finalização das obras de recuperação dos telhados, argamassas, esquadrias, pisos, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, e dos serviços de prospecção arqueológica e restauro de bens integrados da Igreja de Santa Rita, sede do MAS.</p> <p>9. Museu Forte Defensor Perpétuo: Restauração da cobertura e dos forros, além da caiação do edifício histórico.</p> <p>10. Museu do Diamante Revisão dos projetos de Restauração Arquitetônica, paisagístico, complementares e do projeto de anexo.</p> <p>11. Museu Regional Casa dos Ottoni: Elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para a construção do anexo, contratados pelo PAC-CH</p> <p>12. Museu Casa Histórica de Alcântara: Elaboração de levantamento e projetos para restauro integral dos sobrados 7 e 15, incluindo projeto museológico.</p> <p>13. Museu do Ouro: Elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para construção do anexo contratados pelo PAC – CH.</p> <p>14. Casa Borba Gato: Realização de inspeção Predial.</p> <p>15. Museu da Abolição: Elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para restauro integral.</p> <p>16. Museu Victor Meirelles: Execução da obra de restauro do sobrado e anexo</p> <p>17. Museu das Missões:</p>		
--	--	--	--	--

		<p>Início das obras emergenciais para a restauração o do Pavilhão Lucio Costa, decorrente do tornado que ocorreu na área.</p> <p>18. Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio: Realização de Inspeção predial.</p> <p>19. Museu de Arqueologia de Itaipu: Realização de Inspeção predial.</p> <p>20. Museu Histórico Nacional: Finalização do Projeto para recuperação do Pátio São Tiago</p> <p>21. Museu Nacional de Belas Artes: Elaboração de projetos para restauro das fachadas, cúpulas, coberturas e claraboia.</p>		
Desenvolvimento e coordenação de marketing museal para promoção do Ibram e dos museus brasileiros	<p>1. Desenvolvimento e coordenação de campanhas de promoção para divulgação, valorização e fortalecimento da imagem dos museus brasileiros.</p> <p>2. Desenvolvimento da Política de Marketing Museal do Ibram: compreende uma série de estratégias com vistas ao desenvolvimento da futura política de Marketing do Ibram voltada ao setor museal.</p> <p>3. Desenvolvimento de estratégias para o alinhamento com produtos, empresas e instituições para divulgação do setor museológico brasileiro.</p>	<p>1.1 Semana Nacional de Museus;</p> <p>1.2 Primavera dos Museus</p> <p>1.3 Campanha digital #Euamomuseus</p> <p>1.4 Fórum Nacional de Museus</p> <p>2.1 Elaboração de conceito e diretrizes de Marketing Museal</p> <p>2.2 Formação de Rede de Marketing Museal</p> <p>2.3 Elaboração e coordenação do Programa de Marketing Museal</p> <p>3.1 Efetivação de parcerias, sem repasse de recursos financeiros, com produtos ou empresas públicas e privadas para divulgação do setor museológico brasileiro.</p>	Sociedade, museus brasileiros, campo museal e o próprio Instituto Brasileiro de Museus.	Coordenação de Promoção e Gestão da Imagem Institucional (CPGII)/Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus(DDFEM)
Estudos e Pesquisas em Economia de Museus	Desenvolvimento de cenários, estudos, pesquisas e relatórios sobre a dimensão socioeconômica, com indicadores, informações e avaliação de resultados das ações e programas voltados ao setor museal	<p>Levantamento dos Investimentos Públicos Federais realizados em Instituições Museais ao amparo do Sistema MinC;</p> <p>Pesquisa de Impacto Socioeconômico da Semana Nacional de Museus;</p> <p>Estudo sobre o impacto econômico de museus em localidades;</p> <p>Desenvolvimento de conteúdo sobre economia dos museus e sobre a cadeia produtiva dos museus.</p>	O próprio Instituto; Instituições museológicas; gestores de museus públicos e privados; gestores de sistemas regionais de museus; empresários; pesquisadores e docentes do setor; estudantes; profissionais de museus; e profissionais da área cultural.	Coordenação de Estratégias e Sustentabilidade/Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus

Desenvolvimento e Gestão de Projetos Estratégicos e Parcerias Institucionais	Identificação, desenvolvimento e formalização de instrumentos voltados para a gestão de projetos estratégicos no âmbito do setor museal, inclusive em articulação com outras políticas públicas.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio Técnico para Implantação de Novos Museus e aos Museus Ibram; 2. Criação de Museus Nacionais na esfera federal; 3. Normatização e Apoio Técnico para estruturação de parcerias; 4. Elaboração de orientação sobre o papel das Associações de Amigos de Museus e Voluntariado; 5. Parceria com o Instituto Cultural da Google; 6. Coordenação do Núcleo do Conhecimento do Fórum Nacional de Museus 	Ibram; Campo Museal Sociedade brasileiro; Museus do Ibram; Setor Museal; Museus Ibram.	Coordenação de Estratégias e Sustentabilidade /Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus
Desenvolvimento de projetos e estudos voltados à Sustentabilidade Socioeconômica de Museus	Identificação, desenvolvimento e formalização de projetos e estudos voltados para a sustentabilidade socioeconômica dos museus, considerando as quatro dimensões da sustentabilidade: cultural, social, econômica e ambiental.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Parceria com o MinC/SPC para inclusão do setor de museus em ações voltadas para a Economia da Cultura e sua internacionalização. 2. Projeto Conhecendo Museus – 4ª Edição; 3. Linha de Ação “Sustentabilidade das instituições e processos museais Ibero-americanos”, projeto desenvolvido pelo Brasil, coordenado pelo Ibram, no contexto do Programa Ibermuseus. 4. Gestão de Propriedade Intelectual e Direito autoral voltado aos museus 	Museus participantes da série; sociedade Brasileira; Museus Ibram, sociedade em geral; Setor Museal; e SBM.	Coordenação de Estratégias e Sustentabilidade/ Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus
Comercialização de produtos e implantação de lojas em museu do Ibram	Desenvolvimento de projetos, cenários e estudos de viabilidade para a implantação de lojas e desenvolvimento de produtos em unidades museológicas do Ibram.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Início da elaboração de instrumentos para normatização da área e revisão de editais; 2. Contratação de Plano de Negócios para cinco projetos pilotos para implantação e requalificação de lojas em unidades museológicas do Ibram 	A sociedade, o próprio Instituto; instituições museológicas.	Coordenação de Comercialização de produtos/Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus
Difusão do conhecimento sobre lojas de museus	Desenvolvimento de ações, projetos, cenários, estudos e textos para difundir o conhecimento sobre lojas de museus e desenvolvimento de produtos inspirados em acervos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Comercialização das publicações do Ibram no site e nos museus; 2. Divulgação da produção bibliográfica do Ibram e dos museus no site; 3. Divulgação da livreria virtual em mídias sociais; 4. Divulgação e comercialização de publicações em feiras literárias. 5. Contratação de consultoria para redigir texto para publicação sobre marketing e lojas de museus. 	O próprio Instituto; instituições museológicas; gestores de museus públicos e privados; empresários; pesquisadores e docentes do setor; estudantes; profissionais de museus.	Coordenação de Comercialização de produtos/Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus
Fomento e Financiamento ao Campo Museal	Subsídio e coordenação do Programa Nacional de Apoio à Cultura:PRONAC:no âmbito do setor museológico pelo estímulo à participação da sociedade civil no	<ol style="list-style-type: none"> 1. Análise de projetos e emissão de pareceres técnicos para subsidiar a avaliação da Comissão Nacional de Incentivo à Cultural – CNIC; 2. Realização de chamamento Público na modalidade de prêmios e convênios visando apoiar financeiramente a 	A sociedade; os museus brasileiros e o campo museal.	Coordenação de Fomento e Financiamento/Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus

	apoio e financiamento das atividades dos museus; bem como Realização de Editais para seleção de projetos/iniciativas com vistas ao conveniamento e ou premiação, visando à difusão, à sustentabilidade e ao desenvolvimento dos museus brasileiros.	execução de projetos para modernização de instituições museológicas, fortalecimento de sistemas de museus e promoção e fomento do campo museal. 3. Realização de convênios e instrumentos congêneres para a execução de projetos oriundos de emenda parlamentar e de editais.		
Pesquisa, diagnóstico e estatística museal	Levantamentos e pesquisas voltados para a produção de estatísticas e cartografias museais. Abrange as ações do Cadastro Nacional de Museus com o mapeamento e levantamento periódico de informações sobre os museus brasileiros por meio da plataforma Museusbr.	Levantamento de dados e realização de pesquisas junto aos Museus brasileiros, Museusbr, boletins temáticos, Registro de Museus, materiais de apoio ao campo.	Museus brasileiros, órgãos públicos, imprensa (nacional e internacional), órgãos nacionais e internacionais de museus.	Coordenação de Produção e Análise da Informação – CPAI/Coordenação-Geral de Sistemas Museais - CGSIM
Monitoramento e incentivo às políticas públicas setoriais	Produção e disseminação de conhecimento sobre os museus brasileiros e suas políticas públicas com o suporte técnico ao campo museológico por meio da articulação entre os Sistemas de Museus, estaduais, distrital e municipais e demais órgãos públicos competentes.	Rede Nacional de Identificação de Museus (ReNIM), Registro de Museus, Cadastro Nacional de Museus, Museusbr, Registro de Museus Ibero-americano.	Museus brasileiros, Sistemas de Museus (estaduais, distrital e municipais), órgãos públicos, imprensa (nacional e internacional), órgãos nacionais e internacionais de museus.	Coordenação de Produção e Análise da Informação – CPAI/Coordenação-Geral de Sistemas Museais - CGSIM
Estudos de Público	Coleta, análise, monitoramento e compartilhamento de dados de visitação aos museus. Levantamentos de informações de público dos museus do Ibram, mensalmente, e anualmente, dos museus brasileiros.	Formulário de Visitação Mensal – FVM, Formulário de Visitação Anual – FVA	Museus brasileiros, órgãos públicos, imprensa (nacional e internacional), órgãos nacionais e internacionais de museus.	Coordenação de Produção e Análise da Informação – CPAI/Coordenação-Geral de Sistemas Museais - CGSIM
Estudos sobre exposições realizadas no Brasil	Levantamento anual de informações sobre exposições de curta duração realizadas no Brasil.	Projeto Exposições no Brasil, Attendance Figures (caderno especial do periódico britânico The Art Newspaper).	The Art Newspaper, Museus brasileiros, imprensa (nacional e internacional) e demais meios de comunicação.	Coordenação de Produção e Análise da Informação – CPAI/Coordenação-Geral de Sistemas Museais - CGSIM
Arquitetura da Informação Museal	Realização de estudos e análises sobre normas e padrões de arquitetura de dados e processos para os projetos de	Sistema Acervo – Plataforma de inventário, gestão e difusão digital de acervos museológicos.	Museus brasileiros	Coordenação de Arquitetura da Informação – CAInf/Departamento de

	tecnologia da informação museal.			Processos Museais - DPMUS
Arquivos de Museus	Ampliação, consolidação e institucionalização de políticas públicas para arquivos de museus. Desenvolvimento de políticas e normas de preservação de coleções arquivísticas. Compatibilização técnica e metodológica das ações de gestão e difusão de acervos arquivísticos.	Apoio técnico em arquivos e coleções históricas. Estudo e acompanhamento de legislações públicas para normatizações e elaboração de procedimentos internos. Processamento técnico de arquivos e coleções históricas.	Museus brasileiros	Coordenação de Arquivos e Bibliotecas de Museus – CAB/Departamento de Processos Museais - DPMUS
Bibliotecas de Museus	Ampliação, consolidação e institucionalização de políticas públicas para bibliotecas de museus. Desenvolvimento de políticas e normas de preservação de coleções bibliográficas. Compatibilização técnica e metodológica das ações de gestão e difusão de acervos bibliográficos.	Apoio técnico em acervos bibliográficos. Estudo e acompanhamento de legislações públicas para normatizações e elaboração de procedimentos internos. Processamento técnico de acervos bibliográficos.	Museus brasileiros	Coordenação de Arquivos e Bibliotecas de Museus – CAB/Departamento de Processos Museais - DPMUS

3.6. Breve histórico da entidade

O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) foi criado pela Lei nº. 11.906, de 20 de janeiro de 2009, com a finalidade, dentre outras, de promover e assegurar a execução de políticas públicas para o setor museológico, contribuindo para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos.

Em 2010, durante a realização do 4º FNM foi construído de forma democrática o Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM 2010-2020, um marco no desenvolvimento do setor museal brasileiro, no qual se definiu as diretrizes, estratégias, ações e metas, transformadas em atributos de um plano específico do setor de museus, transformando em uma agenda política do setor para os próximos 10 anos.

Como destaque no ano de 2011 o Programa de Fomento aos Museus Ibram lançou dez editais, sendo seis inéditos, destinando 16 milhões de reais de prêmios e projetos relacionados a museus. Além do fomento à implantação e modernização de museus e a projetos educacionais e de memória social, houve incentivo a artistas contemporâneos e premiações para roteiristas, jornalistas e carnavalescos que divulgassem a temática museal em diversas mídias. No total foram mais de 200 iniciativas contempladas.

Para 2012, em evidência, o Brasil, que sediou em julho Reunião de Especialistas da Unesco sobre Promoção e Proteção de Museus e Coleções, viu a proposta de criação de instrumento normativo internacional voltado à proteção e promoção do patrimônio museológico e coleções, de iniciativa do Ibram, ser aprovada pelo Conselho Executivo da organização.

Ampliar a visitação e diversificar o público, metas importantes do instituto, registraram notáveis resultados em 2013, na 11ª Semana Nacional e na 7ª Primavera dos Museus. Os dois eventos promoveram 6.575 atividades em mais de 1.200 museus e proporcionaram aumento considerável na visitação, conforme pesquisa realizada pelo Ibram.

Em evidência no ano de 2014, ao completar cinco anos, o Ibram realizou o 6º Fórum Nacional de Museus, no qual revisou o Plano Nacional Setorial de Museus, além de refletir, avaliar e propor diretrizes para a Política Nacional de Museus e para o Sistema Brasileiro de Museus.

Em 2015 foi publicada Portaria nº 241, de 24/07/2015 que estabeleceu a desconcentração das atividades de gestão no âmbito da administração do Ibram, criando as Representações regionais.

Um dos destaques de 2015 foi a parceria com o Instituto Cultural do Google que previu a realização do projeto piloto em cinco museus do Ibram.

Em novembro de 2015, durante a 38ª Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris/França, foi aprovada por unanimidade a Recomendação “Proteção e Promoção de Museus e Coleções”, sendo este processo liderado pelo Brasil e co-patrocinado por mais de 25 países dos cinco continentes.

Por fim, nestes 8 anos de criação do Ibram exaltam o reconhecimento efetivo que a especificidade do campo museal requer e justifica, sobretudo no mundo contemporâneo, um campo próprio de institucionalização. A vitalidade desse campo decorre de sua capacidade de mesclar preservação, investigação e comunicação; tradição, criação e modernização; identidade, alteridade e hibridismo; multiplicidade de ações, o centro de gravidade da política cultural do Brasil passa pelo território dos museus.

3.7. Ambiente de atuação

O Ibram é uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura que atua na política pública do campo museal, na forma de sua lei de criação e do Estatuto dos Museus.

4. GOVERNANÇA

A seguir são descritas as estruturas de governança do Ibram, bem como órgãos relacionados com o controle interno.

4.1. Descrição das estruturas de governança

A governança externa do Ibram é formada pelas seguintes entidades:

Sistema Brasileiro de Museus (SBM)

O Sistema Brasileiro de Museus (SBM) é o principal integrante do sistema de governança do setor museológico nacional. Instituído pelo Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, revogado pelo Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que ampliou sua representação e competências, consolida e regulamenta uma importante e diversificada rede de parcerias institucionais voltada para a elaboração coletiva dos rumos do setor museológico em nosso país.

O SBM é um marco na atuação das políticas públicas de valorização, preservação e gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro sob a guarda dos museus, tornando-o representativo da diversidade étnica e cultural do país.

Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus (CGSBM)

O CGSBM, conforme previsto no artigo 19 do Decreto n.º 8.124, de 17 de outubro de 2013, tem por finalidade propor diretrizes e ações e também apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

O Comitê é formado por representantes com mandato válido por dois anos dos órgãos e entidades com competências interdisciplinares ao campo museológico, e ainda por aqueles com expressivo número de museus vinculados em sua estrutura, tais como Ministério da Cultura – MinC; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Ministério da Educação – MEC, Ministério da Defesa – MD; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e do Ministério do Turismo – MTur; sistemas estaduais e municipais de museus; entidade representativa dos museus privados de âmbito nacional; Conselho Federal de Museologia – COFEM; entidade de âmbito nacional representativa dos ecomuseus e museus comunitários; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus – ICOM-BR; Associação Brasileira de Museologia – ABM; e instituições universitárias relacionadas à área de museologia. Os integrantes indicados cumprem mandato de quatro anos, permitida a recondução.

A governança interna do Ibram é formada pelos seguintes órgãos:

Diretoria

A Diretoria é composta pelo Presidente e pelos Diretores dos Departamentos de Processos Museais, de Difusão, Fomento e Economia dos Museus e de Planejamento e Gestão

Interna, competindo-lhe, dentre outras atribuições, estabelecer a política institucional, as diretrizes e as estratégias do Ibram.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética foi constituída pela Portaria n.º 294, de 26 de agosto de 2014, tendo como papel de mediar e dirimir conflitos internos, além de ser um mecanismo que aprimora a transparência pela valorização da ética pública.

Ouvidoria

A Ouvidoria é responsável por receber, examinar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informação referentes a procedimentos e ações do Ibram. O protocolo é registrado diretamente na Ouvidoria do Ibram.

Auditoria Interna (AUDIN)

A Auditoria Interna do Ibram tem como missão fortalecer a gestão e contribuir para o alcance dos objetivos institucionais, colaborando com as ações preventivas de controle das unidades da autarquia, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, além de contribuir para eliminar eventual utilização indevida ou antieconômica de recursos públicos.

A Auditoria participa, entre outras, das reuniões de Diretoria, do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico, com representantes das Áreas Museológicas Estaduais e Sistema Brasileiro de Museus, além de ser sempre prestar apoio e assessorar a Diretoria Colegiada do Ibram.

Comitê de Gestão

Instalado em novembro de 2014, por ocasião do 6º Fórum Nacional de Museus (FNM), o Comitê de Gestão do Ibram está previsto no Decreto n.º 6.845, de 07 de maio de 2009, e é composto pelo Presidente, pelos Diretores, pelo Coordenador-Geral de Sistemas de Informação Museal, pelo Procurador-Chefe e pelos dirigentes das Unidades Museológicas do Ibram, tendo as seguintes competências:

- Contribuir na elaboração e desenvolvimento do Plano Estratégico e do Plano Anual do Ibram;
- Contribuir na elaboração e desenvolvimento dos Planos Museológicos das Unidades Museológicas do Ibram;
- Estabelecer diretrizes e contribuir para a implantação e o desenvolvimento de políticas de valorização dos recursos humanos, de aquisição, preservação e exposição de bens culturais, de valorização e ampliação do público dos museus;
- Contribuir para a ampliação, consolidação e desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Museus, de acordo com o Decreto n.º 5.264, de 05 de novembro de

2004; e

- Appreciar os demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria, pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico ou pelos membros do Comitê de Gestão.

Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico

As principais atribuições do Conselho é apoiar a formulação de políticas públicas para o setor museológico de maneira democrática e permanente bem como examinar, apreciar e opinar sobre questões relacionadas à consolidação e desenvolvimento do Ibram e ao fortalecimento do campo museal, conforme seu Regimento Interno.

Ele se reúne em caráter ordinário uma vez por semestre, podendo reunir-se em caráter extraordinário por convocação do Presidente ou da maioria de seus membros. O órgão pode convidar técnicos, especialistas e membros da sociedade civil para prestar informações e opinar sobre questões específicas. Os integrantes indicados cumprem mandato de quatro anos, permitida a recondução.

4.2. Atuação da unidade de Auditoria Interna

A auditoria interna, no intuito de colaborar com o Ibram a alcançar seus objetivos, adota uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e melhora da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações e resultados. Para que essa colaboração seja duradoura, entendemos que é primordial que a auditoria interna possua uma visão clara de seu valor estratégico para a organização.

Assim, todos os anos, a Auditoria Interna desenvolve o Planejamento e programa do trabalho por intermédio do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, promove as ações de execução dentro desse planejamento e por fim relata o desenvolvimento de tais ações por meio do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN.T.

Na elaboração PAINT para o exercício de 2016, em síntese, foi destacada a situação da Auditoria Interna naquele momento, com base na materialidade, relevância e risco, fatores determinantes na sua elaboração, destaques que passamos a discriminar a seguir:

a) Situação da Auditoria Interna: definiu os objetivos da Auditoria, citou os recursos humanos e operacionais disponíveis e a necessidade de capacitação de seus servidores. Mais precisamente na definição dos objetivos foi enfatizada a necessidade de uma atuação preventiva, que identifique irregularidades antes que elas aconteçam e que consiga corrigir ou limitar de forma efetiva as anomalias encontradas.

b) Fatores determinantes: foram considerados os fatores que circunstanciam o PAINT com a legislação vigente, restrições orçamentárias, pessoal disponível etc. Foi definido

também a área de atuação, como a análise dos processos encerrados no Exercício de 2015 e os em execução no decorrer do exercício de 2016.

c) PAINT: definiu o objetivo e considerou que as atividades teriam origem na própria auditoria e poderiam ser demandadas pela Presidência, por qualquer área das unidades museológicas ou do Ibram Sede, CGU, TCU, Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Cultura, ou qualquer outro órgão de controle. Também definiu áreas prioritárias para o desenvolvimento das atividades por serem consideradas relevantes no gerenciamento de risco.

No que tange à elaboração do PAINT 2016, foram detalhadas as atividades planejadas para serem executadas ao longo do ano de 2016, conforme abaixo:

a) Revisão dos processos e procedimentos de auditoria no âmbito do Ibram: este trabalho tem com objetivo adequar e alinhar os trabalhos e relatórios de auditoria às modernas técnicas, para tanto serão revistos/atualizados e implementados os seguintes documentos: :Modelo de relatório;:Papéis de trabalho;:Implementar o documento Planejamento de Auditoria, -Revisão dos procedimentos de auditoria;:Elaboração de Check-List sobre a gestão de risco a ser aplicado nos trabalhos de avaliação do Programa para a Gestão de Risco ao Patrimônio Musealizado Brasileiro;

b) Análise dos processos licitatórios realizados pelas unidades: dispensa, pregão, convites, concorrência etc, visando verificar sua adequação aos princípios legais que regem a matéria, da situação da gestão patrimonial e almoxarifado, bem como a forma de relacionamento entre as unidades e Associações de Amigos, quando for o caso;

c) Acompanhamento mensal da execução das despesas realizadas com passagens e diárias, a fim de subsidiar a presidência do Ibram e demais gestores para o cumprimento da legislação que estabelece limites de gasto para esse tipo de despesa;

d) Verificação do cumprimento da Cartilha de Gestão de Riscos do Patrimônio Musealizado Brasileiro e do Programa para a Gestão de Risco ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, elaborados pelo Ibram, bem como realizar testes no Inventário dos Museus e do Acervo Museológico;

e) Atendimento às demandas e recomendações do TCU e CGU junto às unidades;

f) Orientação e acompanhamento às unidades do Ibram no Processo de Contas e a correspondente emissão do parecer sobre a prestação de contas anual das entidades;

g) Acompanhamento constante de publicações, legislações e Acórdãos do TCU por meio de leituras do Diário Oficial da União e Ementário da Gestão Pública;

h) Elaboração do PAINT para o exercício de 2017, no período de outubro a novembro de 2016, e do RAIN, no mês de fevereiro de 2016, referente às atividades

desenvolvidas no exercício de 2015, conciliando com o correspondente PAINT elaborado no exercício anterior;

i) Prestar contribuições ao corpo diretivo do Ibram, bem como expedir orientações e recomendações às unidades por telefone, e-mails e memorandos, efetuar encaminhamento de Acórdãos e outras determinações procedentes da CGU, TCU e Assessoria Especial de Controle Interno do MinC;

j) Participação em cursos de capacitação, fóruns, simpósios, seminários, palestras, congressos que venham contribuir com as atribuições dos servidores da auditoria;

k) Atualização dos dados referentes à Auditoria disponibilizados no sítio do Ibram na internet, atendendo às exigências da Lei de acesso à Informação.

Com o planejamento formulado, a Auditoria procurou ao máximo cumprir tal plano, mesmo diante das dificuldades de 2016, tanto no âmbito interno como externo, e que efetivamente prejudicaram o alcance das metas, como exemplo tivemos a saída de 02 dos 03 servidores que compunham a equipe. Atualmente a Auditoria conta com o Auditor Chefe e com um Assistente Técnico I, além de uma funcionária de apoio terceirizado.

Assim, passamos a relatar os trabalhos mais relevantes realizados em 2016:

a) Auditorias realizadas:

I) O Relatório de Auditoria nº 01/2016 não foi concluído por esta Audin, tendo em vista que se tratava de trabalho a ser realizado no Museu Casa de Benjamin Constant. Com a saída de 02 dos 03 membros que compunham a equipe, conforme já relatado, o desenvolvimento desse trabalho restou prejudicado e não prosperou, tendo sido, por esse motivo, arquivado.

II) No período de 02 de maio a 06 de junho de 2016 foi realizada auditoria de campo no Museu Imperial, com o objetivo de realizar Apuração Preliminar para a quantificação do dano ao erário referente ao período de 1999 a 2008, que resultou no Relatório de Auditoria Preliminar nº 02/2016.

III) No período de 16 a 20 de maio de 2016 foi realizada auditoria de campo no Museu Imperial, com foco na Gestão de Riscos daquele Museu, tendo por orientação a Cartilha “Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro” e o Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, elaborados pelo Ibram, que resultou no Relatório de Auditoria nº 03/2016, cuja versão final é datada de 01 de dezembro de 2016.

IV) No período de 19 de abril a 22 de agosto de 2016 foi realizada a auditoria no Museu da República, que resultou no Relatório de Auditoria nº 04/2016, cuja versão final é datada de 02 de dezembro de 2016.

V) No período de 08 a 22 de setembro de 2016 foi realizada a auditoria no Departamento de Processos Museais – DPMUS/IBRAM, com foco nos contratos de consultoria

referentes ao Projeto de Cooperação Técnica Internacional OEI/BRA/08/007, que resultou no Relatório de Auditoria nº 05/2016, datado de 27 de setembro de 2016.

VI) No período de 14 de março a 05 de abril de 2016 foi realizada auditoria no Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI/IBRAM, com foco no Contrato Administrativo nº 19/2010, referente ao serviço/gestão de impressão, resultando no Relatório de Auditoria nº 06/2016, datado de 06 de abril de 2016.

VII) No período de 17 de outubro a 03 de novembro de 2016 foi realizada auditoria no Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI/IBRAM, que solicitou desta Auditoria análise quanto à eventual dano ao erário decorrente do Contrato Administrativo nº 26/2010, referente aos serviços de copeiragem para o Ibram Sede, o que resultou no Relatório de Auditoria nº 07/2016, datado de 02 de dezembro de 2016.

VIII) No período de 07 a 10 de novembro de 2016 foi realizada auditoria de campo nos Museus Ibram situados no Estado de Goiás (Museu das Bandeiras, Museu de Arte Sacra da Boa Morte e Museu Casa da Princesa), o que resultou no Relatório Preliminar de Auditoria nº 08/2016, datado de 15 de dezembro de 2016.

IX) No período de 07 a 10 de novembro de 2016 foi realizada auditoria de campo no Museu das Bandeiras, com foco na Gestão de Riscos daquele Museu, tendo por orientação a Cartilha “Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro” e o Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, elaborados pelo Ibram, que resultou no Relatório Preliminar de Auditoria nº 09/2016, finalizado em 15 de dezembro de 2016.

X) No período de 07 a 10 de novembro de 2016 foi realizada auditoria de campo no Museu de Arte Sacra da Boa Morte, com foco na Gestão de Riscos daquele Museu, tendo por orientação a Cartilha “Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro” e o Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, elaborados pelo Ibram, que resultou no Relatório Preliminar de Auditoria nº 10/2016, finalizado em 15 de dezembro de 2016.

XI) No período de 07 a 10 de novembro de 2016 foi realizada auditoria de campo no Museu Casa da Princesa, com foco na Gestão de Riscos daquele Museu, tendo por orientação a Cartilha “Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro” e o Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, elaborados pelo Ibram, que resultou no Relatório de Auditoria nº 11/2016, finalizado em 15 de dezembro de 2016.

b) Atividades complementares, como capacitação de servidores, participações em fóruns, reuniões da Diretoria Colegiada do Ibram e do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico, expedição de orientações e acompanhamentos diversos.

c) Acompanhamento e apoio à CGU no que se refere ao atendimento às

recomendações do Plano de Providência Permanente, que atualmente encontra-se inserido no Sistema Monitor, bem como atuação junto aos Departamentos do Ibram para manifestação às recomendações da CGU constantes do referido sistema.

d) Conhecimento e acompanhamento dos expedientes elaborados pelas unidades do Ibram em resposta às demandas formuladas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo à Auditoria Interna conforme estabelecido na Portaria IBRAM 225, de 03 de julho.

Dessa forma, podemos resumir os trabalhos de maior destaque no quadro abaixo:

2016	
Processos analisados / Total de volumes	29 processos / 129 volumes
Relatórios de Auditoria expedidos	10
Documentos expedidos (<i>Memorandos, Ofícios, Notas de Auditoria, Solicitações de Auditoria, e-mails etc.</i>)	154

Em virtude da perda de 66% da força de trabalho desta Auditoria, conforme anteriormente relatado, não foi possível atingir a meta de 13 Relatórios de Auditoria prevista no PAINT 2016, dos quais 07 seriam referentes aos atos de gestão e 06 sobre a gestão de risco dos Museus. A meta atingida foi de 10 Relatórios expedidos, sendo 06 de atos de gestão e os 04 restantes de gestão de risco.

Entretanto, no tocante ao acompanhamento dos gastos com diárias e passagens, cuja meta no PAINT era de 06 relatórios, esta Auditoria elaborou 12 relatórios.

Após todos esses trabalhos realizados em 2016, acreditamos que houve uma considerável melhoria na gestão do Ibram, principalmente em relação às Unidades Museológicas detentoras de Unidade Gestora Executora, tanto em aspectos da instrução processual como na conscientização da obrigatoriedade ao cumprimento da legislação pertinente.

Muito embora o ano de 2016 tenha apresentado várias limitações de ordem financeira, que também impactaram negativamente todos os contratos terceirizados, não apenas da sede, mas igualmente dos Museus, dentre os quais destacamos os serviços de segurança, limpeza e recepção, ressaltamos a evolução da temática de Gestão de Riscos no âmbito do Ibram, que nos últimos anos tem se desenvolvido significativamente.

Nesse sentido, ressaltamos a realização do Seminário de Gestão de Risco em novembro de 2016 com a apresentação inicial, pelo Museu Nacional de Belas Artes, do Plano de Gerenciamento de Risco do MNBA, atividade que dá início ao cumprimento do Eixo IV do Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro.

4.3. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O Instituto Brasileiro de Museus/Ibram, por ser um instituto com unidades em todo território nacional, adota delegação de competência para apuração dos procedimentos

disciplinares. Dessa maneira, aos Diretores de Museus é conferida a competência para instauração de sindicâncias e ao Presidente do Instituto coube competência para instauração de processo administrativo disciplinar.

Visando garantir apoio técnico às Autoridades Instauradoras, o Ibram criou um Grupo de Trabalho-GT para auxiliar nas atividades relacionadas a processos administrativos disciplinares e a processos administrativos para apuração de responsabilidade administrativa de pessoa jurídica no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus, Portaria nº 282, de 20/07/2015, publicada no DOU de 21/07/2015, alterada pela Portaria nº 324, de 04/08/16, publicada no DOU de 08/08/2016.

São atribuições do GT: verificar os aspectos procedimentais dos Processos Administrativos de Responsabilização:PAR; propor ao Presidente do Ibram a instauração de sindicância, processo administrativo disciplinar, PAR e demais procedimentos correccionais; ao Presidente do Ibram a indicação de servidores para a composição de comissões de sindicância, processo administrativo disciplinar, processo administrativo de responsabilização de pessoas jurídicas e demais procedimentos correccionais; auxiliar as comissões na instrução de processos de sindicância, processo administrativo disciplinar, processos administrativos de responsabilização e demais procedimentos correccionais disciplinares com vistas ao julgamento da autoridade superior; propor ao Presidente do Ibram a capacitação dos servidores do Instituto na matéria referente à sindicância, processo administrativo disciplinar e demais procedimentos correccionais, em articulação com o Órgão Central do Sistema de Correição; encaminhar à respectiva Unidade Setorial do Sistema de Correição, na forma e periodicidade por aquela solicitada, informações e documentos que guardem semelhança com o objeto de suas atividades; prover o Sistema CGU-PAD com informações e documentos.

No que tange à aderência do registro das informações do sistema CGU-PAD, o GT provê adequada e tempestivamente a referida plataforma, conforme disposto na Portaria/CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

Relatórios extraídos do CGUPAD apontam o cenário disciplinar do Instituto no período de 01/01/2016 a 31/12/2016, do qual se verifica 19 (dezenove) procedimentos em curso, destes 15 (quinze) sindicâncias e 04 (quatro) processos administrativos disciplinares. No extrato por situação, tem-se que 6 (seis) processos foram julgados e 13 (treze) encontram-se em instrução. Dos julgados, 04 (quatro) resultaram em arquivamento e 02 (dois) convertidos em processos mais complexos. O assunto mais recorrente nas apurações foi o reconhecimento de dívida, foram cadastrados 9 (nove) processos com essa temática.

4.4. Gestão de riscos e controles internos

Os objetivos, metas e indicadores desta Unidade Jurisdicionada estão formalizados em seus instrumentos de gestão – a saber: Plano Nacional de Cultura, Plano Nacional Setorial de Museus e Mapa Estratégico do Ibram.

A identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas a serem alcançados, bem como do diagnóstico dos envolvidos nos processos ~~estratégicos~~ e estratégicos e a adoção de medidas para mitigação estão em desenvolvimento pelas equipes responsáveis.

A instauração de sindicâncias para apuração de responsabilidades é prática comum na unidade, observando as orientações dos Órgãos Reguladores no desenvolvimento das atividades do GT PAR.

Destaca-se que o planejamento global de segurança para os 29 museus do Ibram se dá no âmbito do Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro e a sua necessidade foi identificada por meio de indicativos e diagnósticos na área de preservação e segurança dos museus vinculados, considerado peça essencial para a atuação estratégica do Instituto na área museal. Em 2016, fizemos seminário-Oficina no Museu Nacional de Belas Artes focando em monitoramento dos riscos.

4.5. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Não se aplica.

4.7. Informações sobre os dirigentes e colegiados

Vide item 4.1

4.12. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Não se aplica.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Este item objetivo de descrever os canais de acesso do cidadão ao Ibram para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas e os resultados decorrentes. Inclui, ainda, informações sobre a Carta de Serviços ao Cidadão.

5.1. Canais de acesso do cidadão

Por meio de canais como Ouvidoria e Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – eSIC, o Ibram vem estabelecendo um diálogo com a sociedade recebendo as mais variadas demandas, que vão desde a solicitação por informações até o registro de reclamações e denúncias.

Apesar de tratarem as demandas recebidas da sociedade, os mesmos possuem características semelhantes e ao mesmo tempo se diferenciam em determinados aspectos, a saber:

Ouvidoria

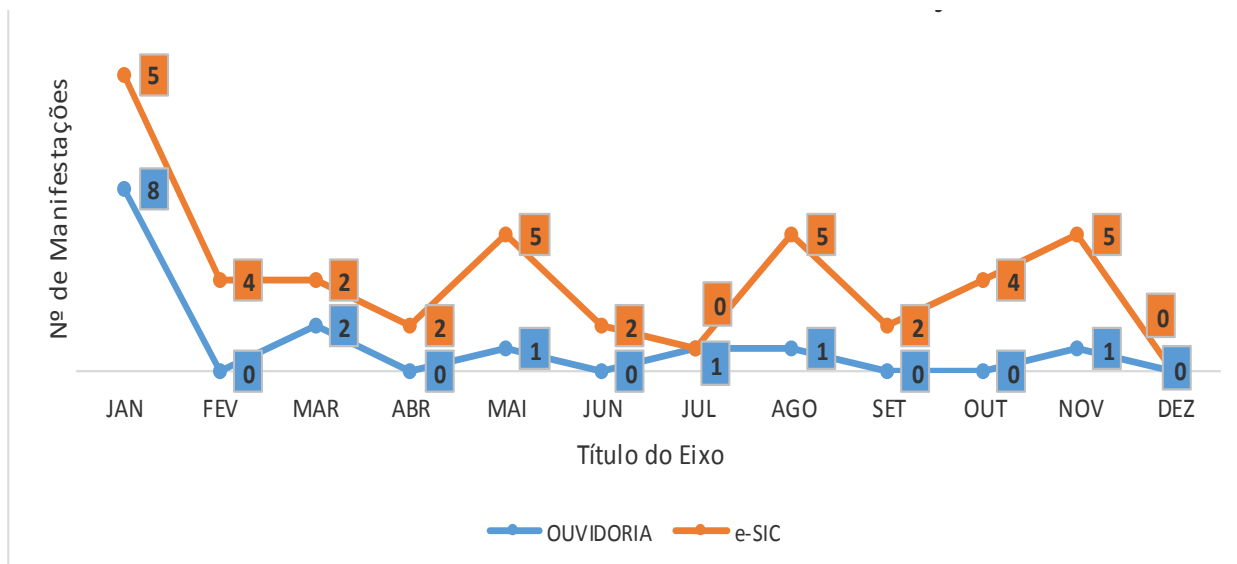
Esse canal é responsável por receber, examinar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informação referentes a procedimentos e ações do Instituto. O protocolo é registrado diretamente pelo Núcleo de Ouvidoria do Ibram, e em alguns casos pela ouvidoria do MinC, que encaminha a demanda ao Ibram para tratamento e resposta conforme os prazos estabelecidos no artigo 57 do Regimento Interno do Ministério da Cultura:

- ♦ Até três dias úteis para resposta a solicitações diversas;
- ♦ Até cinco dias úteis para resposta à reclamação;
- ♦ Até trinta dias úteis para manifestação sobre apuração de denúncia.

E-SIC

O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Por meio do sistema, além de fazer o pedido, o usuário pode receber a resposta da solicitação por e-mail, entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas e, em sua maioria, as demandas se referem a pedidos de informação detalhadas, com números e datas específicas. Na figura 2 o Registro de dados gerenciais e estatísticos.

Figura 2. Quantitativo mensal de Manifestações



O Núcleo de Ouvidoria do Ibram acolhe pedidos de informação, reclamações, denúncias, elogios, sugestões e solicitação. As manifestações mais recorrentes no ano de 2016 foram as de reclamação e solicitações, seguindo das informações e denúncias.

Tipo de manifestação	Ouidoria	%	SIC	%
Denúncias	2	13%	1	3%
Elogios	0	0%	0	0%
Informações	3	20%	2	6%
Reclamações	5	33%	0	0%
Solicitações	5	33%	31	89%
Sugestões	0	0%	0	0%
TOTAL	15	100%	35	100%

O Núcleo de Ouvidoria do Ibram vem realizando um trabalho conjunto com as unidades do Ibram usando as ferramentas de comunicação e levando à Administração da Instituição a voz da sociedade, bem como sugerindo a adoção de providências para a melhoria do serviço prestado de modo específico e geral. Busca-se a constante qualificação da equipe e das ações para que os resultados possam ser mostrados nos relatórios gerenciais semestrais produzidos com a finalidade de possibilitar à gestão superior a solução pontual dos problemas apresentados. Nesse propósito, atende da melhor forma possível, com transparência, acolhendo e respeitando os cidadãos que procuram seus serviços, garantindo o sigilo do nome do(a) manifestante (quando for necessário e solicitado) e o direito à resposta.

5.2. Carta de Serviços ao Cidadão

Por meio da Carta de Serviços, o Ibram e os museus vinculados explicitam e esclarecem todos os detalhes de seu funcionamento, de modo a tornar fácil e direta a

interlocução e a prestação do vasto elenco de serviços oferecidos ao público.

A Carta de Serviços está disponível na página oficial do Ibram, no endereço: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/CartaServicos-Cidadao_Ibram-2014.pdf

5.3. Aferições do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Esta UJ presta serviço diretamente ao cidadão, tanto nos museus presentes na sua estrutura quanto no Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia – Cenedom, que em sua maioria se utiliza do livro de registro de visitantes e caixa de sugestões para aferição das questões relativas ao seu público.

5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade

As informações referentes à atuação do Ibram que contribuem para a transparência da gestão, inclusive os relatórios de gestão e outros referentes às contas do Ibram estão disponíveis em sua página oficial, especialmente por meio dos seguintes endereços:

<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/>

<http://www.museus.gov.br/category/publicacoes-e-documentos/>

O Instituto disponibiliza, ainda, aos cidadãos a pesquisa online e o acompanhamento de todos os documentos produzidos e/ou recebidos, por meio do Sistema de Gerenciamento de Informações do Ibram (SGI), promovendo transparência, agilidade e controle de suas ações administrativas.

A consulta pode ser realizada na página <https://sistemas.museus.gov.br/proton/internet/protocolo.asp> pelo número de protocolo do documento e/ou processo pelo interessado ou, ainda, pela busca livre.

5.6. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Todos os canais de acesso ao cidadão estão aptos para atender os usuários, inclusive os que dependem de atendimento especial. A ouvidoria por meio do contato telefônico, e-mail e atendimento ao público em nossos museus.

7. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

7.1. Planejamento organizacional

O Mapa Estratégico é um instrumento gerencial e de comunicação que elenca a missão, a visão de futuro, os valores, objetivos estratégicos, indicadores de desempenho, metas e iniciativas, de forma a estabelecer a relação causa-efeito entre eles.

Em agosto de 2013, o Ibram lançou seu planejamento estratégico representado pelo Mapa Estratégico, tendo definido sua missão, visão, valores bem como objetivos estratégicos e respectivos indicadores e conjuntos de iniciativas.

O Mapa Estratégico abrange três níveis principais: foco em resultados, foco de atuação e organização interna. Foi construído visando à participação do maior número de colaboradores do Ibram, bem como o envolvimento das Unidades Museológicas nos seguintes termos:

- Mapeamento da percepção dos Diretores dos Museus com relação à atuação estratégica da instituição;
- Contribuição aos descritivos dos objetivos estratégicos e à disponibilização de informações sobre as iniciativas estratégicas desenvolvidas pelos museus.

O Mapa Estratégico do Ibram construído em 2013 elencou 20 objetivos estratégicos (OE), que constituíram os principais desafios para que se realizassem as entregas previstas na missão e visão de futuro, orientadas pelos temas estratégicos. Entre eles 13 foram objetivos finalísticos, ou seja, relativos ao foco de atuação do Instituto, e 7 objetivos estratégicos relativos à sua organização interna. Todos os Objetivos Estratégicos foram desdobrados em indicadores e em iniciativas estratégicas com metas definidas até 2015.

Em 2014, tendo identificado o alinhamento das estratégias do Plano Nacional de Cultura:PNC, as diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus:PNSM e os objetivos estratégicos, o Instituto liderou o processo de revisão do PNSM que culminou no 6º Fórum Nacional de Museus:FNM com a aprovação dos indicadores das (36) diretrizes prioritárias do PNSM.

A revisão do PNSM orientou a revisão em 2015 do Mapa Estratégico do Ibram, da mesma forma como a revisão do PNC, em 2014, também orientou a revisão do Mapa Estratégico do MinC em 2015.

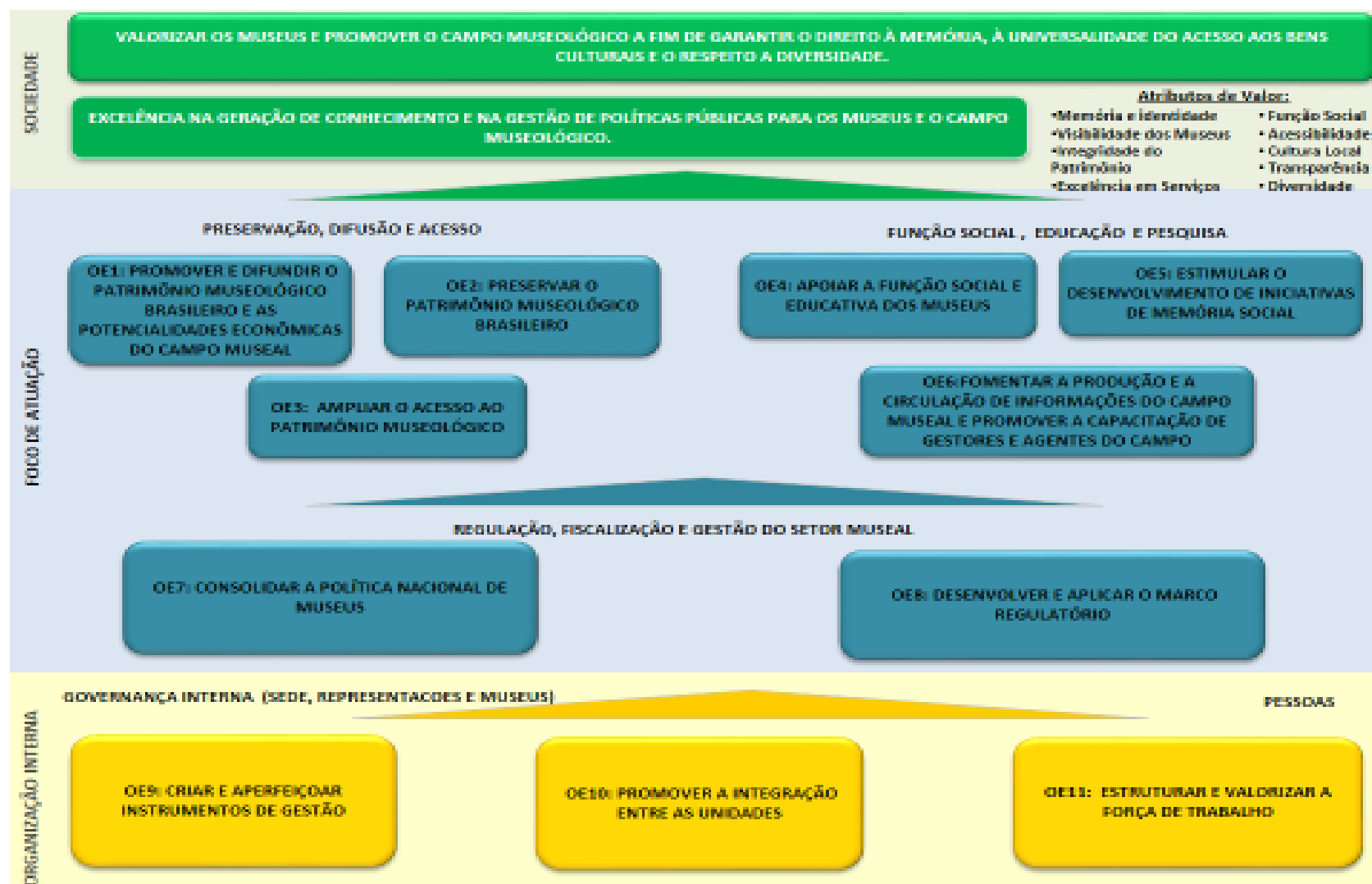
Após a revisão, o Mapa estratégico de 2013 passou em 2015 a ter 11 Objetivos Estratégicos e 25 Iniciativas.

No segundo semestre de 2016 teve início a avaliação do Planejamento Estratégico do Ibram, tendo como marco inicial a aferição dos resultados dos Indicadores definidos na construção do Mapa Estratégico em 2013/2015.

Figura 3. Mapa estratégico 2013



Figura 4. Mapa estratégico 2015



7.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Quadro 3. Objetivos e Metas PPA 2016-2019

Objetivo	Meta
0783: Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.	Ampliar o número de pessoas que frequentam museu, biblioteca, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música, aumentando em 20% em cada segmento;
	Identificar o patrimônio museológico de 300 instituições brasileiras;
	Apoiar 200 pontos de memória, em consonância com o programa cultura viva;
	Implantar ou modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos;

Quadro 4. Objetivos estratégicos Ibram 2015-2016

Macro Temas	Objetivos Estratégicos
Preservação/Difusão/Acesso	1. Promover E Difundir O Patrimônio Museológico Brasileiro Nacional E Internacionalmente e as Potencialidades Econômicas Do Campo Museal 2. Preservar O Patrimônio Museológico Brasileiro 3. Ampliar O Acesso Ao Patrimônio Museológico
Função Social/Educação/Pesquisa	4. Apoiar A Função Social E Educativa Do Museu 5. Estimular o Desenvolvimento De Iniciativas De Memória Social 6. Fomentar a produção e a circulação de Informações do campo Museal e Promover A Capacitação De Gestores E Agentes Do Campo
Regulação/Fiscalização/Gestão do Setor Museal	7. Consolidar A Política Nacional De Museus 8. Desenvolver e aplicar O Marco Regulatório
Governança Interna (SEDE/REPRESENTAÇÕES E MUSEUS)	9. Criar e Aperfeiçoar Instrumentos De Gestão 10. Promover A Integração Entre As Unidades
Pessoas	11. Estruturar E Valorizar a Força de trabalho

7.1.2. Estágio de implementação do Planejamento Estratégico

Vide item 7.1

7.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Quadro 5. Vinculação de Planos

SIMINC	Escopo conforme Indicativa do Mapa Estratégico do Ibram	Ação PPA	Meta PPA	Meta PNC	Diretriz PNSM
Produção Associada às Atividades de Museus	Etapa da iniciativa Programa Pontos de Memória. A ação consiste em fortalecer a relação museu-comunidade por meio de ações que valorizem a produção de grupos comunitários em alinhamento com os processos de registro de memória e da própria identidade do museu. Trata-se de oportunidade de inserir o tema da produção associada na agenda do campo museal, bem como de fomentar a relação entre museus e comunidades locais a partir do entendimento dos museus como agentes de desenvolvimento local. Em suma a iniciativa busca fortalecer grupos produtivos de mulheres e estimular a preservação da memória de suas comunidades.	20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Apoiar 200 pontos de memória, em consonância com o programa cultura viva;	19:Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento	04.04 Incentivar o desenvolvimento de projetos e estruturas que contribuam para a sustentabilidade dos museus, de modo a promover a geração de emprego e renda
Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado	<p>O Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro visa estabelecer parâmetros necessários à preservação e segurança do patrimônio musealizado no Brasil em atendimento aos dispositivos presentes no Plano Nacional de Museus, no Plano Nacional Setorial de Museus, no Estatuto de Museus e, especificamente, no Decreto nº 6.845/ 2009 (Art.16) e na Lei 11.906/2009 de criação do IBRAM, no seu Art.4 .</p> <p>O gerenciamento de riscos nas unidades museológicas fornece uma visão abrangente dos diversos tipos de risco ao patrimônio musealizado brasileiro, desde eventos emergenciais e catastróficos até os diferentes processos de degradação que ocorrem de forma gradual e cumulativa.</p>	14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	Implantar ou modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos;	19:Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento	05.04 Fomentar a capacitação de profissionais que atuam em museus nas áreas técnicas e administrativas e de outros agentes locais para a modernização e revitalização dos museus

Mantuação Predial dos Museus do IBRAM	A iniciativa visa à contratação de empresas de manutenção predial para possibilitar a manutenção contínua, ininterrupta, preventiva e sob demanda dos diversos sistemas prediais das instalações das unidades museológicas do Ibram, garantindo condições adequadas de funcionamento, segurança e sustentabilidade para o desenvolvimento das atividades nas sedes e museus do Ibram, buscando a maior economicidade e o menor impacto ambiental possível.	211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	Ampliar o número de pessoas que frequentam museu, biblioteca, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música, aumentando em 20% em cada segmento;	28:Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música	02.11 Estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais.
Fiscalização do Patrimônio Museológico	O gerenciamento de riscos nas unidades museológicas fornece uma visão abrangente dos diversos tipos de risco ao patrimônio musealizado brasileiro, desde eventos emergenciais e catastróficos até os diferentes processos de degradação que ocorrem de forma gradual e cumulativa. Modelar e implementar processo de fiscalização de obrigações legais dos museus brasileiros, sejam eles vinculados ao IBRAM ou não, a fim de garantir o cumprimento das medidas necessárias ao bom funcionamento do setor museológico de acordo com o Estatuto de Museus.	20ZG Formulação e Gestão da Política Cultural	O Projeto/Atividade não contempla o atingimento de nenhuma Meta PPA	Não se aplica a nenhuma meta do PNC	05.02 Garantir a continuidade da Política Nacional de Museus e a consolidação do Estatuto de Museus, respeitando a diversidade regional, com a ampliação dos investimentos na área
Qualificação de Profissionais da Área Museológica	Programa de Formação e Capacitação de Profissionais de Museus:O programa visa propor, organizar, promover e realizar ações formativas:presenciais e a distância:voltadas para todos os colaboradores que atuam no campo museal e interessados; visa também estimular, apoiar e subsidiar cursos, oficinas, seminários e outras atividades de capacitação por meio de parcerias, termos de cooperação técnica e convênios.	20ZM Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	O Projeto/Atividade não contempla o atingimento de nenhuma Meta PPA	18:Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura	02.06 Implantar políticas de qualificação para o quadro de profissionais que atuam na área museológica.

Planejamento e Gestão de Museus	Estimular o desenvolvimento de planejamento estratégico das unidades museais brasileiras, proporcionando maior aproveitamento dos recursos humanos e financeiros da instituição, resultando no fortalecimento e valorização dos museus.	Não tem	Não tem	Não tem	05.02 Garantir a continuidade da Política Nacional de Museus e a consolidação do Estatuto de Museus, respeitando a diversidade regional, com a ampliação dos investimentos na área
Requalificação de Museus do IBRAM	O programa é uma iniciativa da instituição formada por ações de preservação e modernização nos museus visando condições adequadas de conservação, uso, acessibilidade, segurança, conforto ambiental e sustentabilidade arquitetônica dos espaços museais e do seu acervo.	Não tem	Implantar ou modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos	Não tem	02.11 Estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais.
Acervo em Rede: Acervo:Sistema de Catalogação e Gestão do Patrimônio Museológico	No Brasil existe uma carência expressiva por sistemas que permitam a gestão e a consulta integrada de informações acerca do patrimônio museológico preservado nas instituições museológicas e nas iniciativas de memória. Criado pelo Ibram, o Programa Acervo em Rede pretende aproximar, em uma única plataforma web, os diversos museus de todo o território nacional e unificar o patrimônio cultural musealizado, com o objetivo de permitir o intercâmbio de informações entre instituições. Desta forma, o Acervo em Rede irá instrumentalizar os museus e as iniciativas de memória com ferramentas sistêmicas capazes de aperfeiçoar a gestão e a catalogação, permitindo a difusão do patrimônio museológico e do patrimônio cultural preservado por grupos sociais. Pretende-se oferecer ao campo museológico um sistema aberto e gratuito que permita a inventariação, catalogação e gestão do acervo. Permitir a catalogação e gestão do patrimônio	14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	Não tem.	41:100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC	02.11 Estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais.

	<p>museológico por meio de sistema informatizado. Dar acesso digital ao patrimônio museológico brasileiro, com vistas a contribuir para o conhecimento e a valorização da diversidade cultural brasileira</p>				
<p>Inventário de Acervos Museológicos, Arquivísticos e Bibliográficos dos Museus do Ibram</p>	<p>A Lei 11.906 que cria o IBRAM, em seu artigo 9º estabelece: "À Autarquia de que trata esta Lei serão transferidos todos os acervos, as obrigações e os direitos, bem como a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, dos recursos destinados às atividades finalísticas e administrativas da Diretoria de Museus e das Unidades Museológicas a que se refere o art. 7º desta Lei, unidades atualmente integrantes da estrutura básica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN."</p> <p>Para que possamos proceder à transferência dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos do IPHAN para o IBRAM é necessário inventariar todos os bens culturais preservados nas 30 unidades museológicas listadas na Lei 11.906.</p>	<p>Não tem</p>	<p>Identificar o patrimônio museológico de 300 instituições brasileiras;</p>	<p>Não tem</p>	<p>01.10 Fomentar e aprofundar teórica e metodologicamente a pesquisa sobre a documentação e o acervo museológicos</p>
<p>Implantação do Museu Nacional de Brasília</p>	<p>Implantação de um museu nacional em Brasília que irá difundir obras de arte que se encontram nos diversos órgãos da administração pública federal, democratizando, assim, o acesso aos acervos federais. A implantação do Museu compreende um processo de transição fundamentado na gestão compartilhada entre os governos federal e distrital do espaço hoje existente.</p> <p>O Museu Nacional de Brasília tem como objetivo democratizar e proporcionar ao público maior acesso ao Repertório Federal de obras de arte de propriedade da administração direta e indireta da União. A implantação do Museu implica a aprovação no Congresso Nacional para a criação do Museu e de cargos efetivos e em comissão.</p>	<p>14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais</p>	<p>Não tem.</p>	<p>25:Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional</p>	<p>02.11 Estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais.</p>

Desenvolvimento das Potencialidades Econômicas do Campo Museal	Contribuir para consolidação da gestão empreendedora dos museus e dinamização do campo museal por meio de instrumentos, mecanismos e conhecimentos sobre a gestão sustentável.	20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Não tem.	18:Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura	04.04 Incentivar o desenvolvimento de projetos e estruturas que contribuam para a sustentabilidade dos museus, de modo a promover a geração de emprego e renda
14ª Semana Nacional de Museus:SNM	A Semana Nacional de Museus tem entre seus objetivos: promover, divulgar e valorizar os museus e processos museais brasileiros, aumentar o público visitante, e intensificar a relação museu-sociedade. É uma ação permanente de promoção, coordenada pelo Ibram, com duração de uma semana, que acontece anualmente para comemorar o Dia Internacional de Museus (18 de maio). Os museus participantes desenvolvem uma programação especial, por meio da realização de exposições, palestras, oficinas, seminários e ações educativas, entre outras. O tema norteador dos eventos é proposto pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM).	20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira		28:Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música	04.15 Conscientizar e divulgar a função do museu como agente ativo da cadeia produtiva da cultura, capaz de gerar e estimular a capacidade criativa de futuras gerações.
10ª Primavera dos Museus	A Primavera dos Museus acontece anualmente no início da primavera, quando instituições museológicas de todo o país promovem atividades e eventos (exposições, atividades educativas e culturais, palestras, oficinas e outros) em torno de um tema escolhido pelo Ibram. Essa iniciativa, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus, tem como objetivo sensibilizar os museus e a comunidade para o debate sobre temas da atualidade, mesmo propósito da Semana Nacional de Museus. O projeto busca promover a diversidade cultural, intensificar a relação dos Museus com a sociedade e incentivar o interesse do público em conhecê-los.	20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Não tem.	24:60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais	04.15 Conscientizar e divulgar a função do museu como agente ativo da cadeia produtiva da cultura, capaz de gerar e estimular a capacidade criativa de futuras gerações.

Tecendo Conexões:Rede de Museus	Consolidar as redes e sistemas dos museus. Entregas previstas: Desenvolvimento do projeto Tecendo conexões-rede de museus; (plataforma virtual)	20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Não tem.	19:Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento	05.03 Promover a criação de redes de integração dos museus, com a participação do poder público, com o objetivo de fortalecer e ampliar o campo de ação dos mecanismos de desenvolvimento museológico
FNM	Evento bienal de abrangência nacional com o objetivo de: refletir, avaliar e delinear diretrizes para política nacional de museus (PNM) e consolidar as bases para implantação de modelo de gestão integrado dos museus brasileiros, representado pelo Sistema Brasileiro de Museus (SBM).	Não tem	Não tem	Não tem	04.15 Conscientizar e divulgar a função do museu como agente ativo da cadeia produtiva da cultura, capaz de gerar e estimular a capacidade criativa de futuras gerações.

7.2. Desempenho Orçamentário

7.2.2. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

AÇÕES DO OFSS

A dotação na LOA 2016 para as despesas administrativas dos museus e sede do Ibram (211F e 2000) sofreu um corte de 23,05% em relação ao proposto por esta Unidade Orçamentária na elaboração do PLOA 2016.

Com a Portaria MinC Nº 270 de 06/05/2016, foi estabelecida uma Cota de Limite de Empenho para o Ibram, o que representou um corte de 15% em relação à Dotação da LOA 2016 para execução de despesas discricionárias.

Nesse contexto de escassez orçamentária e financeira que tivemos em 2016, foram priorizadas as despesas de funcionamento dos museus (Ação 211F) e manutenção administrativa da sede (Ação 2000), por se tratarem de despesas continuadas essenciais à sustentação das unidades. Inclusive, até que fosse definida a Cota de Limite de Empenho desta unidade, não foi iniciada a execução de despesas finalísticas, diante da incerteza sobre a suficiência desse limite para as despesas prioritárias.

Além de priorização, foram propostas alterações orçamentárias com remanejamento de créditos das ações finalísticas para suplementação das ações administrativas.

Após publicar a Portaria com o corte de 15%, o MinC liberou os limites orçamentários completando o valor da LOA 2016. Como isso ocorreu apenas em junho, houve necessidade de reprogramação dos projetos e atividades previstos para o exercício e, conseqüentemente, atrasos no cronograma de execução finalística dos museus.

Seguem abaixo os quadros com a execução física e financeira das Ações de responsabilidade do Ibram no Programa Temático 2027 (Cultura: Preservação, promoção e acesso), quais sejam:

- Ação 211F: Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais;
- :Ação 14U2: Implantação, instalação e modernização de espaços e equipamentos culturais (inclui emendas parlamentares);
- Ação 20ZF: Promoção e Fomento à Cultura Brasileira (inclui emendas parlamentares);
- Ação 20ZG: Formulação e Gestão da Política Cultural; e
- Ação 20ZM: Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural.

Quadro 6. Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		211F			Tipo: Atividade	
Título		Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais			Código: 0787	
Programa		Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento			Código: 2027	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		42207:Instituto Brasileiro de Museus				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
37.060.233	64.256.993	49.371.832	40.991.235	40.926.106	65.128	8.380.597
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade medida	de Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Público atendido		unidade	1.000.000	1.000.000	1.005.893	
Restos a Pagar Não processados:Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física:Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade medida	Realizada
14.137.999	9.955.703	-3.109.083				

Na LOA 2016, a Ação de Funcionamento (Ação 211F) foi aprovada com um corte de 26,34% em relação ao proposto por esta Unidade Orçamentária no PLOA 2016, ficando com uma dotação menor até mesmo que a da LOA 2015.

Considerando que a limitação da dotação desta Ação ameaça o cumprimento de contratos de natureza continuada, a manutenção e o pleno funcionamento dos espaços museais sem pôr em risco os visitantes e o patrimônio sob sua guarda, o Ibram solicitou suplementação da Ação

no valor de R\$ 12 milhões, tendo recebido R\$ 27,2 milhões, sendo R\$ 5.000.000 em outubro e R\$ 22.196.760 em dezembro (dos quais R\$ 8.251.639, no fonte 300, foram bloqueados no mesmo dia). Essas suplementações evitaram o fechamento de alguns museus que não teriam cobertura orçamentária para continuar suas atividades até o final de 2016.

Ressalta-se que as medidas tomadas no âmbito da racionalização de gastos imposta pelo Decreto nº 8.540/2015 estão em curso. Entretanto, não foi possível atingir a meta estabelecida de 20%, considerando que os contratos continuados representam 86% das despesas discricionárias, que já vêm sendo contingenciadas há anos, e cobrem o atendimento mínimo necessário para manter os museus vinculados abertos ao público.

No exercício de 2016, a meta de atendimento ao público de 1.000.000 de visitantes foi ultrapassada, com a visitação de 1.005.893 pessoas (dados atualizados em 30/01/2017) aos museus do Ibram.

Apesar do cumprimento da meta, cabe registrar que além das questões orçamentárias, a situação de sete (7) museus fechados devido a obras impactou a visitação aos museus, é o caso do (Museu Victor Meirelles fechado em maio de 2016 para restauração e ampliação, assim como o Museu Villa-Lobos). O Ibram tem dedicado esforços para que esses Museus voltem a atender o público em 2017.

Quanto a RAP, com a forte limitação das liberações financeiras em 2015, houve um alto valor de inscrições em Restos a Pagar para 2016. A meta física correspondente a este RAP já foi contabilizada no próprio exercício.

Quadro 7. Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial		
Código	14U2	Tipo: Projeto	
Título	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais		
Iniciativa	Representa o próprio objetivo		
Objetivo	Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais	Código: 0787	
Programa	Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	Código: 2027	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	42207:Instituto Brasileiro de Museus		
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras		
Lei Orçamentária do exercício			
Execução Orçamentária e Financeira			

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.336.610	7.936.610	5.385.822	589.216	589.216	-	4.796.606
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Espaço cultural implantado/modernizado			unidade	37	37	7
Restos a Pagar Não processados:Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física:Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
3.655.998	1.926.584	-403.362	Espaço cultural		unidade	7

Devido à insuficiência de dotação orçamentária para as despesas de manutenção dos museus do Ibram, foi realizada suplementação de R\$ 3.000.000,00 na Ação 2000 – Administração da Unidade por meio da Alteração Orçamentária Tipo 119, com orçamento remanejado das Ações finalísticas: 14U2 (R\$ 1.000.000); 20ZF (R\$ 1.400.000); e 20ZM (R\$ 600.000). No dia 21/dez, houve uma suplementação não solicitada de R\$ 1.400.000 para esta Ação na fonte 300, mas o crédito correspondente foi bloqueado no mesmo dia.

Foram modernizadas 7 unidades museológicas vinculadas ao Ibram:

- Museu Imperial: eliminação e controle de pragas; recuperação estrutural de parte dos telhados do Pavilhão das Viaturas; aquisição de notebooks e nobreaks;
- Museu Histórico Nacional: aquisição de notebooks, computadores e projetor multimídia;
- Museu Nacional de Belas Artes: aquisição de cortadores de passepartout, caixa acústica, microfones e circulador de ar;
- Museu da Inconfidência: desinfestação de agentes xilófagos do acervo museológico em madeira; conservação e restauração de duas telas que retratam A Morte Do Justo e A Morte Do Pecador; aquisição de equipamentos eletrônicos para o setor educativo do museu e de vassouras elétricas, recadeira e lavadora de pressão para utilização nas áreas internas e externas do museu; revisão do sistema de iluminação e troca lâmpadas da Galeria Manoel da Costa Athaide; aquisição de um armário para pastas suspensas, escadas multiuso, monitor, aspiradores de pó, nível eletrônico e parafusadeira;
- Museu Lasar Segall: aquisição de circuladores de ar para a Biblioteca Jenny Klabin Segall; projeto executivo para climatização das salas expositivas; aquisição de sensor de temperatura para salas

expositivas, persianas para o setor de museologia, roteador de internet, hd externo e licença de uso de software;

- Museu Victor Meirelles: aquisição de projetor multimídia, HD externo e desumidificadores de ar.
- Museu Palácio do Rio Negro, unidade vinculada ao Museu da República: conclusão da implantação do Sistema de Proteção de Descargas Atmosférica – SPDA, com recurso da PETROBRAS.

Acerca de RAP, inscritos em 2015, foram executadas ações de modernização dos Museus Castro Maya, Museu da Abolição, Museu do Ouro / Casa de Borba Gato, Museu Victor Meirelles, Museu Solar Monjardim, Museu de Arqueologia de Itaipu e Museu Casa da Hera.

Foram inscritos em RAP com execução prevista para 2017:

- outros projetos de modernização dos museus já mencionados;
- os projetos de modernização dos seguintes museus: Casa Geyer/Museu Imperial; Museu da República; Museus Castro Maya; Museu de Arqueologia de Itaipu; Museu das Missões; Museu de Arte Sacra de Paraty; Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty; Museus de Goiás; Museu do Diamante; Museu de São João del Rei; e Museu Solar Monjardim;
- Edital de Implantação e Fortalecimento de Sistemas de Museus;
- Obras de requalificação no Museu Casa da Hera, Museu Casa Histórica de Alcântara, Museu de Caeté e Museu de São João del Rei.

Com recurso de cinco Emendas Parlamentares foram alocadas no Orçamento do Ibram nesta Ação:

- Emenda nº 3208 0001, do Deputado Federal Floriano Pesaro. Foram empenhados R\$ 198.438,00 para realização de projetos no Museu Lasar Segall: o Projeto de Segurança contra Incêndio (contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação, incluindo mão de obra, de peças e materiais relativos à complementação dos sistemas de detecção, alarme e combate a incêndio); e aquisição e instalação de Sistema Eletrônico Integrado de Segurança para monitoramento por câmeras. Crédito sofreu sucessivos bloqueios e desbloqueios pela SOF até maio, quando ficou disponível a dotação R\$ 198.438. Em junho e agosto, houve desbloqueio adicional de R\$ 28.284,00.

- Emenda nº 3208 0004, também do Deputado Federal Floriano Pesaro. Empenho no valor de R\$ 701.148,00 referente à substituição total do elevador panorâmico dos visitantes da Pinacoteca do Estado de São Paulo, com completa atualização normativa e tecnológica. Crédito foi bloqueado pela SOF até agosto, quando ficou disponível a dotação de R\$ 701.148. O restante do crédito da ação foi desbloqueado apenas em dezembro.

- Emenda nº 2842 0008, do Deputado Federal Fernando Francischini. Foram empenhados R\$ 250.000,00 para modernização de equipamentos e reaparelhamento dos museus

oficiais da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (SEEC) e suas unidades. Dotação foi bloqueada pela SOF até julho. Em agosto, teve a modalidade de aplicação alterada de 40 para 30.

- Emenda nº 3777 0004, do Deputado Federal Vitor Lippi. Empenho de R\$ 581.302,00 para Modernização do Museu Histórico Sorocabano: modernização dos espaços (mobiliário expositivo e sinalização), atendimento ao público (nova recepção, equipamentos interativos e recursos de acessibilidade) e controle ambiental (aquisição de equipamentos). Crédito foi bloqueado pela SOF até agosto, quando ficou disponível a dotação de R\$ 581.302.

- Emenda nº 2738 0009, do Deputado Federal Antonio Imbassahy. Empenho no valor de R\$ 200.000,00 referente à execução da 1ª etapa do projeto de acessibilidade especial da Fundação Casa Jorge Amado na Bahia (aquisição de elevador de uso restrito e de materiais necessários para a sua instalação). Dotação foi bloqueada pela SOF até setembro, quando sofreu alterações para categoria de investimento, modalidade 50 e Ação Orçamentária 14U2 (emenda originária da Ação 20ZF).

Quadro 8. Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		20ZF			Tipo: Atividade	
Título		Promoção e Fomento à Cultura Brasileira				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística			Código: 0786	
Programa		Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento			Código:	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		42207: Instituto Brasileiro de Museus				
Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

4.130.307	3.530.307	1.608.382	361.409	361.304	105	1.246.973
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto apoiado			unidade	102	101	23
Restos a Pagar Não processados:Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física:Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
2.115.741	1.319.145	-63.697	Projeto apoiado	unidade		33

Devido à insuficiência de dotação orçamentária para as despesas de manutenção dos museus do Ibram, foi realizada suplementação de R\$ 3.000.000,00 na Ação 2000 – Administração da Unidade por meio da Alteração Orçamentária Tipo 119, com orçamento remanejado das Ações finalísticas: 14U2 (R\$ 1.000.000); 20ZF (R\$ 1.400.000); e 20ZM (R\$ 600.000). No dia 21/dez, houve uma suplementação não solicitada de R\$ 1.000.000 para esta Ação na fonte 300, mas o crédito correspondente foi bloqueado no mesmo dia.

Foram executados recursos em apoio à 14ª Semana Nacional de Museus (ocorrida em maio) e à 10ª Primavera dos Museus (ocorrida em setembro). Houve ainda execução de recursos destinados a 21 projetos dos museus vinculados ao Ibram, conforme segue:

- Museu da República (exposição de Clarice Lispector);
- Museu da Inconfidência (exposição sobre Santos Dumont em comemoração aos 110 anos do primeiro voo do 14 Bis; exposições de curta e média duração na Sala Manoel da Costa Athaide; criação e confecção de cartilha sobre Santos Dumont como complemento da Exposição Comemorativa dos 110 anos do primeiro voo do 14 Bis; ações do setor educativo; boletim informativo “Isto É Inconfidência”; manutenção do site institucional do museu);
- Museu Lasar Segall (realização de palestra e oficina no setor educativo; tradução de texto no site institucional; atualização de banco de dados de acervo museológico; importação e tratamento de registro de dados de exposições; preservação do acervo da Biblioteca Jenny Klabin Segall; atividades do Atelier de Gravuras; atividades do setor educativo do museu; visitas monitoradas no museu; organização de arquivo do museu);
- Museu Villa-Lobos (IV Concurso de Fotografias Mestre Luiz de França, com três premiados);
- Museu de Arqueologia de Itaipu (atividades culturais e atividades de comunicação e difusão cultural no museu);

- Museu Casa dos Ottoni (divulgação do museu em material impresso).

Dos Restos a Pagar inscritos em 2015, foram realizadas despesas de 33 atividades de difusão e programação cultural dos seguintes museus:

- Museu Imperial (atividades educativas da biblioteca infantil);
- Museu Histórico Nacional (exposição temporária "Tão Importante e Tão Esquecido"; produção e impressão do livro do Seminário Internacional "Dona Leopoldina e Seu Tempo: Ano 2014");
- Museu Nacional de Belas Artes (exposição "Doações Recentes: Variantes da Produção Nacional e Internacional"; confecção de banners para divulgação do MNBA);
- Museu da República (exposição de Fantasias de Clóvis Bornay na Galeria do Lago do MR; impressão de folders para divulgação do Museu da República e Palácio Rio Negro programação visual de publicações sobre o acervo);
- Museu da Inconfidência (exposição sobre a Guerra do Paraguai e exposições temporárias do acervo da área técnica do MI; Projeto Educacional Girassol; Boletim Isto É Inconfidência; criação da logomarca do setor educativo; reparos no prédio principal do MI e anexos I, II e III);
- Museu Lasar Segall (aquisição de 115 livros de artes para a Biblioteca Jenny Klabin Segall; restauro de pinturas e gravuras de Lasar Segall; catálogo de exposição do Museu Lasar Segall; lançamento do livro Segall Portátil; oficina de criação e experimentação por meio da arte; aquisição de exaustor e manutenção de equipamentos fotográficos para o laboratório fotográfico);
- Museus Castro Maya (programação visual de eventos, projetos museográficos, peças gráficas e sinalização; programação de formação complementar e supervisão do programa educativo do Museu do Açude; laudos técnicos de 300 obras de arte do acervo; e restauro e encadernação de livros);
- Museu do Diamante (Bate-Papo com Artista);
- Museu Casa de Benjamin Constant (apresentação de Sarau Musical; Livro Institucional do MCBC);
- Museu Victor Meirelles (Seminário "Nosso Passado de Absurdos Gloriosos"; oficina de encadernação manual/artesanal; oficina "As Cores e os Coloridos na Contemporaneidade");
- Museu Casa dos Ottoni (editoração e produção material de divulgação do museu);
- Museu da Abolição (oficina de arte urbana "Abolir:A Arte do Grafite na Reflexão de Uma Consciência Negra); e
- Museu Casa da Hera (impressão de 1 mil exemplares da publicação Guia do Museu Casa da Hera).

Três emendas parlamentares foram alocadas no Orçamento do Ibram nesta Ação:

- Emenda nº 2776 0010, de Alessandro Molon. Empenhos no valor de R\$ 343.360,00 referente ao apoio de ações da Rede de Museologia Social do Estado do Rio de Janeiro por meio de realização de dois projetos: um Inventário Colaborativo no Museu de Arqueologia de Itaipu:RJ, em parceria com a Universidade Federal de Goiás (TED nº 687752); e o Edital de Prêmios com 9 instituições premiadas por suas iniciativas de memória e museologia social. Crédito foi bloqueado pela SOF até dezembro, quando ficou disponível a dotação de R\$ 357.404.

- Emenda nº 1468 0017, de Chico Alencar. Foram empenhados R\$ 571.880,00 para o Projeto Redes de Memória e Resistência (estruturação e desenvolvimento dos grupos que integram a Remus-RJ, por meio de pesquisa, formação, registro audiovisual e divulgação de suas ações). Crédito foi bloqueado pela SOF até agosto, quando ficou disponível a dotação de R\$ 571.880.

- Emenda nº 2510 0013, de Otavio Leite (não executada).

Quadro 9. Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial					
Código		20ZG		Tipo: Atividade			
Título		Formulação e Gestão da Política Cultural					
Iniciativa		Representa o próprio objetivo					
Objetivo		Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura com a qualificação da Gestão Cultural, a valorização da participação social e a integração com entes federados			Código: 0779		
Programa		Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento		Código: 2027	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária		42207:Instituto Brasileiro de Museus					
Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
550.000	550.000	273.900	-	-	-	273.900	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade medida	de	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada

Política implementada	unidade	1	1	-
Restos a Pagar Não processados:Exercícios Anteriores				
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física:Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida Realizada
515.522	118.733	-396.789	Política implementada	unidade -

O valor empenhado refere-se ao Projeto "PLATAFORMA ACERVO: Inventário, Gestão e Difusão do Patrimônio Museológico", que está sendo realizado em parceria com a Universidade Federal de Goiás (TED nº 687751).

Quadro 10. Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		20ZM		Tipo: Atividade		
Título		Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural		Código: 0788		
Programa		Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento		Código: 2027	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		42207:Instituto Brasileiro de Museus				
Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
700.000	700.000	87.715	-	-	-	87.715
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		unidade	1	1	-	
Restos a Pagar Não processados:Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física:Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.061.696	-	-1.000.000	Projeto apoiado	unidade	-

Devido à insuficiência de dotação orçamentária para as despesas de manutenção dos museus do Ibram, foi realizada suplementação de R\$ 3.000.000,00 na Ação 2000 – Administração da Unidade por meio da Alteração Orçamentária Tipo 119, com orçamento remanejado das Ações finalísticas: 14U2 (R\$ 1.000.000); 20ZF (R\$ 1.400.000); e 20ZM (R\$ 600.000). No dia 21/dez, houve uma suplementação não solicitada de R\$ 600.000 para esta Ação na fonte 300, mas o crédito correspondente foi bloqueado no mesmo dia.

O valor empenhado refere-se à terceira e última etapa do Projeto de intercâmbio Brasil-França, iniciado em 2013 e realizado em parceria com a CAPES (Termo de Cooperação nº 675428).

7.2.3. Fatores Intervenientes no desempenho orçamentário

Vide itens 7.2.2 e 7.2.10

7.2.7. Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 11. Restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (d) = (a-b-c)	
2015	110.955,79	102.178,56	7.094,83	1.682,40	
2014	6.129,00			6.129,00	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (i) = (e-g-h)
2015	21.345.431,57	16.862.844,16	16.847.863,76	1.373.944,30	3.123.623,51
2014	6.661.021,09	141.481,07	141.481,07	4.929.706,78	1.589.833,24
2013	507.548,83	71.684,67	71.684,67	236.696,21	199.167,95
<i>Obs.: Há um saldo de R\$ 882.525,56 de Restos a Pagar Não Processados de 2014 que se encontra bloqueado.</i>					

As despesas de restos a pagar executadas em 2016 já foram detalhadas por ação orçamentária no item “7.2.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária”.

Houve forte limitação nas liberações financeiras, que gerou inúmeras complicações no fluxo de pagamentos das despesas empenhadas em 2016. Essa situação já vinha ocorrendo desde o exercício anterior, aumentando o acúmulo de RAP a liquidar e pagar.

De janeiro a maio de 2016, o atendimento de solicitações de recursos financeiros em restos a pagar foi de 72%, ficando um acúmulo de R\$ 5,8 milhões em faturas a pagar. Nos meses

seguintes, o volume de liberações aumentou consideravelmente e todas as solicitações foram atendidas.

Restou ainda um saldo a pagar de 17% em relação ao montante inscrito no início do ano. A permanência de saldo de restos a pagar por mais um exercício financeiro deve-se ao atraso na prestação dos serviços ou a entrega do material, bem como atraso no faturamento de serviços já prestados.

7.2.8. Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 12. Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Brasileiro de Museus					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	7	4	10	511.935,00	2.998.264,44	10.245.800,00
Contrato de repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	1	0	0	200.000,00
Termo de Fomento	2	0	0	0	0	0
Termo de Colaboração	1	0	0	0	0	0
Termo de Execução Descentralizada	4	2	3	400.869,68	1.319.413,59	20.921,15
Totais	14	6	14	912.804,68	4.317.678,03	10.466.721,15

Fonte: Portal de Convênios – SICONV e COFIC/DPGI

Nota Explicativa

Os montantes informados são relativos a repasses efetuados no respectivo ano, podendo corresponder a instrumentos celebrados em anos anteriores.

Quadro 13. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS:IBRAM					
UG/GESTÃO: 42207					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Cooperação
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	02	-	-
		Montante Repassado	350.346,00	0,00	0,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	01
		Montante Repassado	0,00	0,00	100.000,00

Fonte: SICONV

Atualmente encontram-se em Prestação de Contas não analisadas 04 (quatro) convênios, dos quais 02(dois) pertencem ao exercício de 2016 e 02(dois) de exercícios anteriores.

Quadro 14.Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS:IBRAM				
UG/GESTÃO: 42207				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	04	0	0
	Quantidade reprovada	0	0	0
	Quantidade de TCE instauradas	0	0	0
	Montante repassado (R\$)	945.517,31	0,00	0,00
Contas NÃO analisadas	Quantidade	04	0	0
	Montante repassado (R\$)	666.810,00	0,00	0,00
Fonte: SICONV				

Quadro 15. Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS:IBRAM					
UG/GESTÃO: 42207					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	0	1	3
Contratos de repasse	0	0	0	0	0
Considerando que a prestação de contas foi enviada para análise					

7.2.9. Informações sobre a realização das receitas

O Ibram tem arrecadação de receitas na fonte 250 (recursos próprios não financeiros), cuja maior parte é gerada pela visitação aos museus vinculados, principalmente os de grande porte.

Os gráficos abaixo demonstram a arrecadação por código de recolhimento e por unidade executora.

Gráfico 1. Arrecadação 2016 – por código de recolhimento

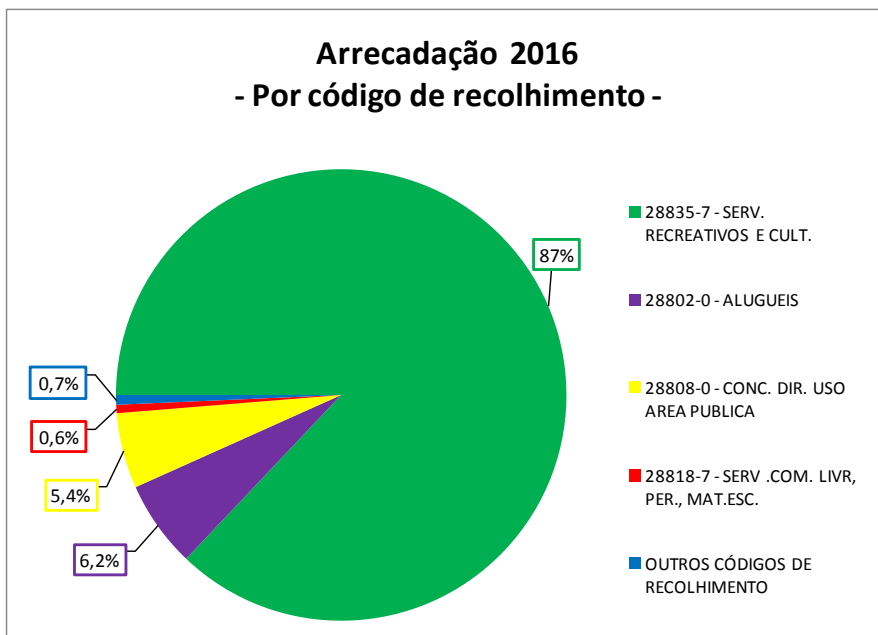
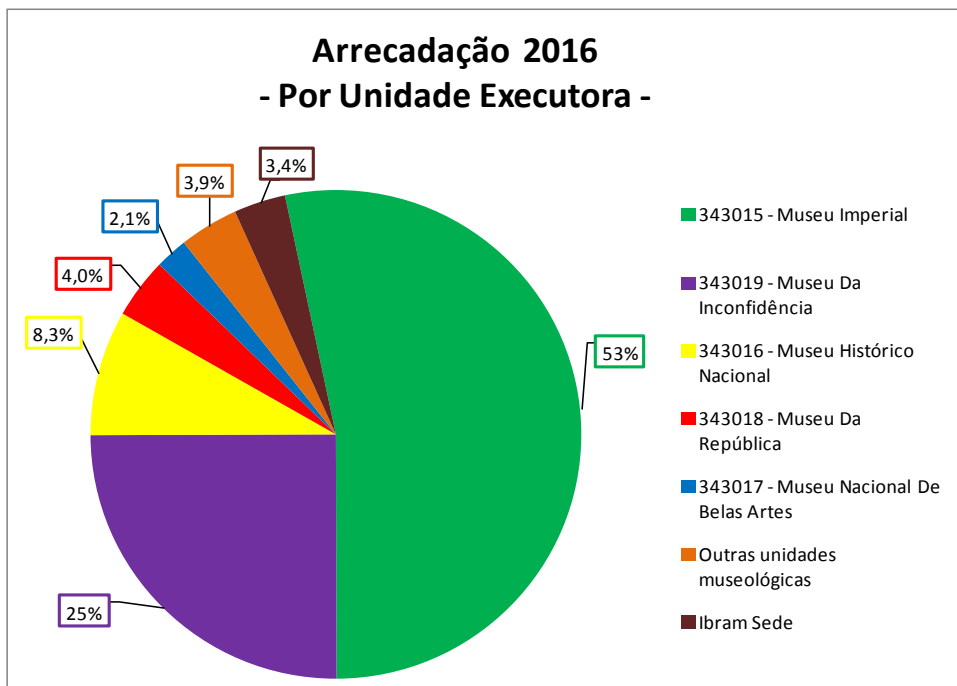


Gráfico 2. Arrecadação 2016 – por UE



Em 2016, o montante da receita prevista foi de R\$ 4.926.895, alocada na dotação da Ação 211F – Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais. O valor efetivamente arrecadado no exercício foi de R\$ 4.346.191, o que representou 88% do previsto para o exercício e uma queda de 9% em relação ao ano anterior. Ainda assim, a arrecadação tem mostrado tendência de crescimento desde o início das atividades do Ibram, em 2010.

Gráfico 3. Evolução anual da receita orçamentária – previsto x realizado.

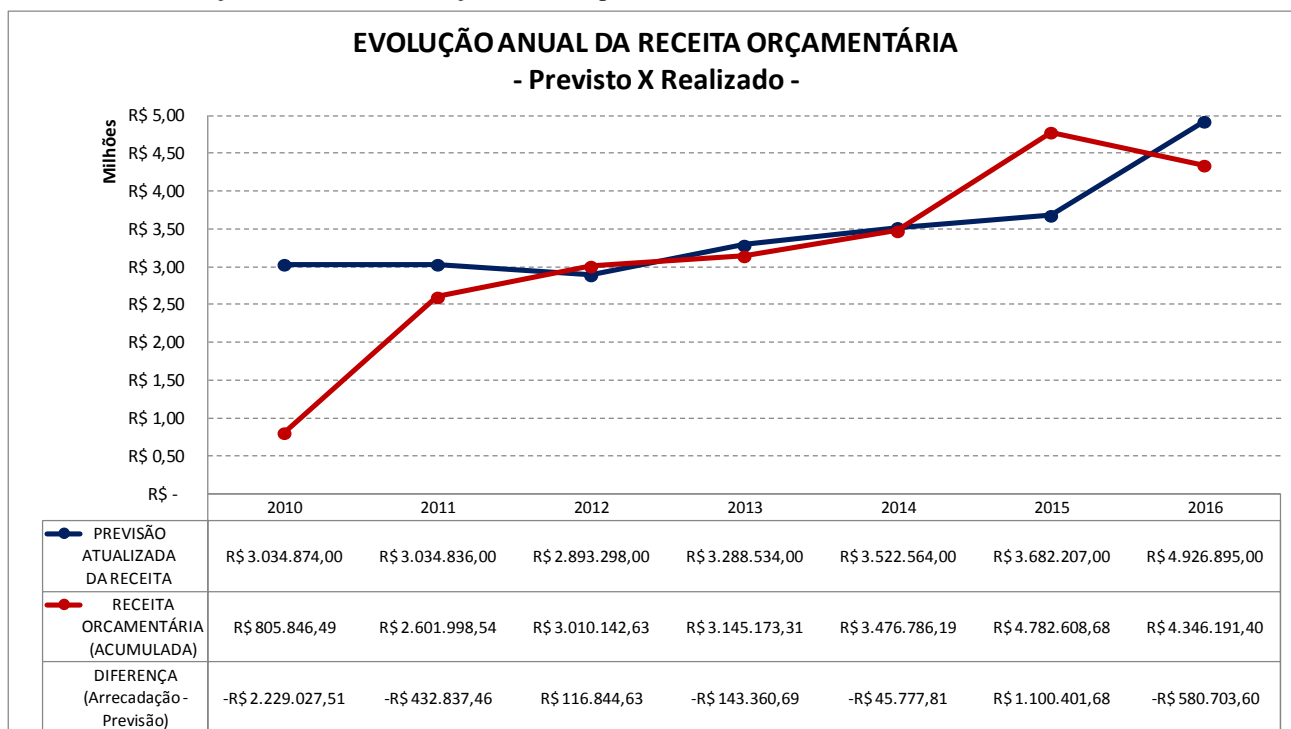
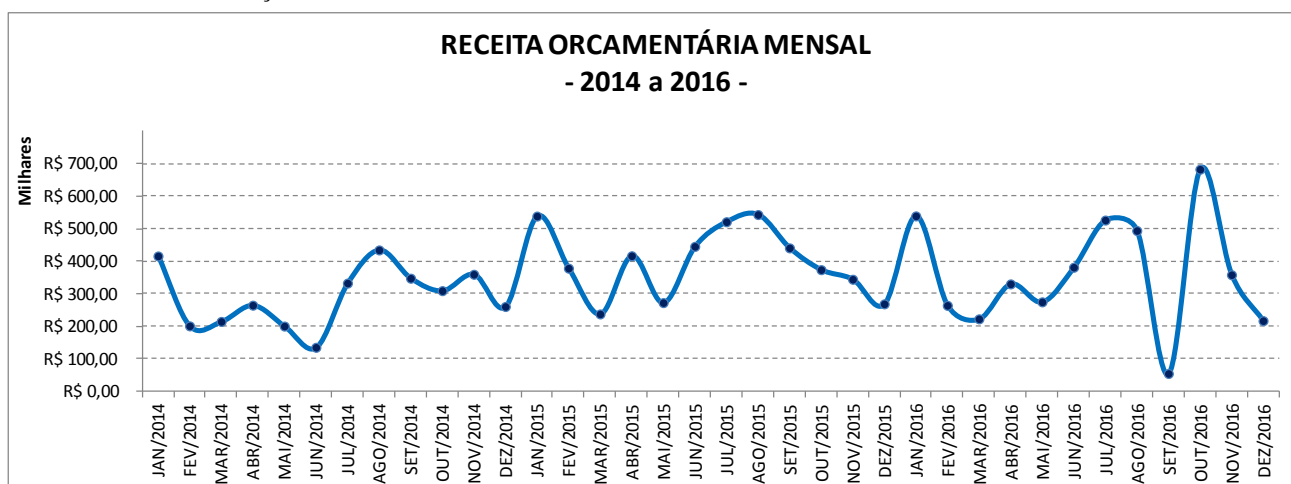


Gráfico 4. Receita orçamentária 2014 a 2016.



Os gráficos acima demonstram a evolução da arrecadação anual desde 2010 e da arrecadação mensal nos últimos três exercícios. Pode-se notar que os picos de arrecadação ocorrem no início de cada semestre, durante os períodos de férias. Entre os principais fatores que impactaram a arrecadação das receitas em 2016, está a realização de obras em alguns museus que ficaram parcialmente ou totalmente fechados à visitação. Outros museus tiveram impacto na visitação devido ao contingenciamento orçamentário (com redução de horário de funcionamento e de postos nos serviços de recepção e vigilância) e financeiro (com paralisação de terceirizados devido a atrasos nos pagamentos).

7.2.10. Informações sobre a execução das despesas

Quadro 16. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	44.033.940,79	31,52	42.283.652,33	32,70	43.849.016,71	31,43	42.211.802,01	32,67
a) Convite	89.289,65	0,06		0,00	89.289,65	0,06		0,00
b) Tomada de Preços	86.166,84	0,06	467.736,62	0,36	86.166,84	0,06	467.736,62	0,36
c) Concorrência	279.101,79	0,20	663.375,77	0,51	279.101,79	0,20	663.375,77	0,51
d) Pregão	43.579.382,51	31,19	41.152.539,94	31,83	43.394.458,43	31,10	41.080.689,62	31,80
e) Concurso			-				-	
f) Consulta			-				-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas			-				-	
2. Contratações Diretas (h+i)	10.816.632,19	7,74	6.230.151,24	4,82	10.809.650,38	7,75	6.215.969,31	4,81
h) Dispensa	5.413.516,57	3,87	5.172.517,99	4,00	5.406.534,76	3,87	5.162.293,79	4,00
i)	5.403.115,62	3,87	1.057.633,25	0,82	5.403.115,62	3,87	1.053.675,52	0,82

Inexigibilidade								
3. Regime de Execução Especial	24.975,57	0,02	15.619,74	0,01	24.975,57	0,02	15.619,74	0,01
j) Suprimento de Fundos	24.975,57	0,02	15.619,74	0,01	24.975,57	0,02	15.619,74	0,01
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	67.647.066,70	48,42	66.646.577,77	51,54	67.647.066,70	48,48	66.646.577,77	51,59
k) Pagamento em Folha	67.647.066,70	48,42	66.646.577,77	51,54	67.647.066,70	48,48	66.646.577,77	51,59
l) Diárias	257.150,45	0,18	258.650,93	0,20	257.150,45	0,18	258.555,93	0,20
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	122.522.615,25	87,69	115.176.001,08	89,07	122.330.709,36	87,67	115.089.968,83	89,08
6. Total das Despesas da UPC	139.719.594,08	100	129.306.143,44	100	139.527.682,10	100	129.195.187,65	100

Quadro 17. Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e Vantagens Fixas:Pessoal Civil	47.309.682,14	47.858.221,81	47.309.682,14	47.858.221,81			47.309.682,14	47.858.221,81
Obrigações Patronais	9.252.070,76	9.486.261,94	9.252.070,76	9.486.261,94			9.252.070,76	9.486.261,94
Demais elementos do grupo	11.085.313,80	9.302.094,02	11.085.313,80	9.302.094,02	0,00	0,00	11.085.313,80	9.302.094,02

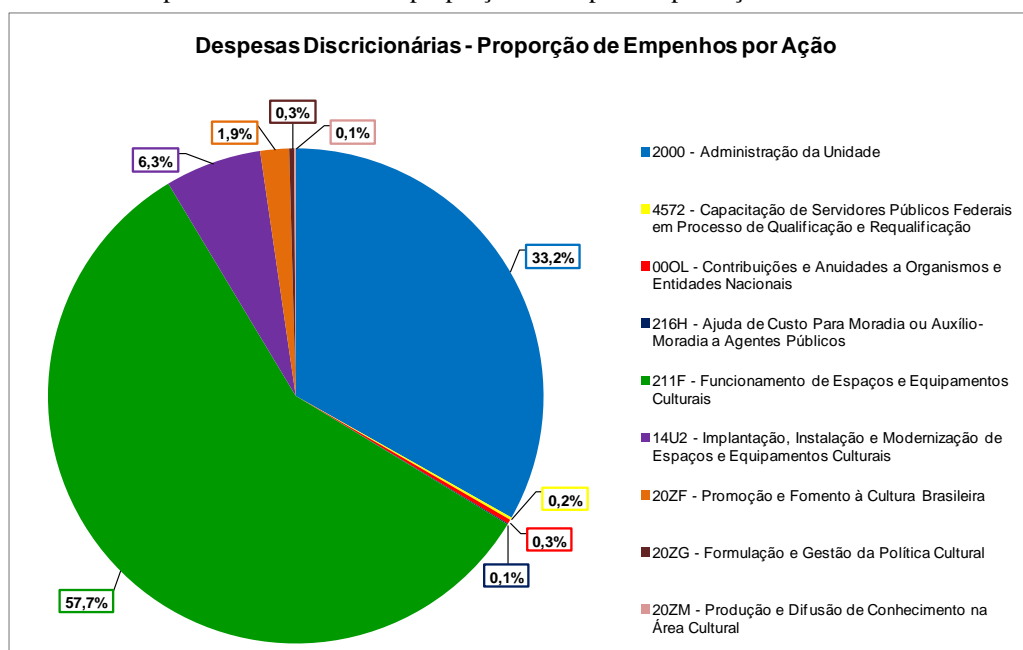
3. Outras Despesas Correntes								
Locação de Mão-de-Obra	50.396.155,78	46.773.628,05	41.906.460,56	36.041.153,14	8.489.695,22	10.732.474,91	41.720.258,10	35.952.147,38
Outros Serviços de Terceiros:Pessoa Jurídica	34.041.658,11	26.363.864,42	19.113.837,61	17.915.628,39	14.927.820,50	8.448.236,03	19.108.296,34	17.893.878,61
Demais elementos do grupo	12.835.676,38	11.124.493,61	10.282.582,61	7.615.169,39	2.553.093,77	3.509.324,22	10.282.414,36	7.614.969,14
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Auxílios	1.772.450,00				1.772.450,00			
Obras e Instalações	936.370,12	2.458.608,40	459.887,05	663.375,77	476.483,07	1.795.232,63	459.887,05	663.375,77
Equipamentos e Material Permanente	523.716,39	1.178.639,67	163.227,70	416.003,11	360.488,69	762.636,56	163.227,70	416.003,11
Demais elementos do grupo	341.400,85	308.235,87	146.531,85	8.235,87	194.869,00	300.000,00	146.531,85	8.235,87

No quadro e nas figuras abaixo, evidenciamos graficamente a restrição imposta pelo contingenciamento sobre a dotação das despesas discricionárias desta Unidade, bem como a priorização dada ao funcionamento dos museus e manutenção da sede e o respectivo impacto na execução das ações finalísticas.

Quadro 18. Restrição imposta pelo contingenciamento sobre a dotação das despesas discricionárias desta Unidade

Despesas Discricionárias	Dotação Disponível	Valor Empenhado	%	Valor Executado	%
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)
Manutenção Administrativa	29.622.002,22	28.818.585,62	97,3%	18.646.827,08	62,9%
2000:Administração da Unidade	29.075.847,22	28.380.558,98	97,6%	18.301.820,04	62,9%
4572:Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	168.296,00	143.510,62	85,3%	50.491,02	30,0%
00OL:Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais	280.000,00	242.375,00	86,6%	242.375,00	86,6%
216H:Ajuda de Custo Para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	97.859,00	52.141,02	53,3%	52.141,02	53,3%
Funcionamento de museus Ibram	56.005.354,00	49.371.831,83	88,2%	40.991.234,62	73,2%
211F:Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	56.005.354,00	49.371.831,83	88,2%	40.991.234,62	73,2%
Projetos e Atividades Finalísticas	8.960.155,00	7.355.817,97	82,1%	950.625,22	10,6%
14U2:Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	6.402.200,00	5.385.821,56	84,1%	589.215,88	9,2%
20ZF:Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	1.907.955,00	1.608.381,71	84,3%	361.409,34	18,9%
20ZG:Formulação e Gestão da Política Cultural	550.000,00	273.900,00	49,8%	:	0,0%
20ZM:Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	100.000,00	87.714,70	87,7%	:	0,0%
Total geral	94.587.511,22	85.546.235,42	90,4%	60.588.686,92	64,1%

Gráfico 5. Despesas discricionárias – proporção de empenhos por Ação



Para tentar melhorar o desempenho das atividades finalísticas, o Ibram buscou a captação de recursos de outras fontes junto a unidades do Ministério da Cultura e do Fundo Nacional da Cultura, viabilizando a implementação de projetos finalísticos, como, por exemplo, a obra de restauração do Museu Casa de Benjamin Constant.

Outro fator negativo na execução orçamentária se deu pelo fato de grande parte das dotações suplementares e do limite orçamentário ser liberada já próximo ao final do exercício. Consequentemente, houve no final do exercício um aumento na produção de empenhos, porém sem condições de realização a contento, sem tempo hábil para cumprimento de todas as etapas das despesas. Além disso, com a baixa liberação de recursos financeiros, muitos empenhos ficaram pendentes de pagamento, gerando a inscrição de grande volume de restos a pagar não processados em 2016, ou seja, aumentando os compromissos com efeitos financeiros para o exercício seguinte.

7.2.11. Informações de pessoal para análise da prestação de contas

No exercício financeiro de 2016, para a análise da prestação de contas, o Instituto Brasileiro de Museus disponibilizou os seguintes quantitativos de colaboradores.

1 (um) Servidor – Analista I

1 (um) Apoio Administrativos nível II

7.4. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho

Conforme descrito no item 7.1 deste relatório, no segundo semestre de 2016 houve uma avaliação do Planejamento Estratégico, no intuito de aferir os resultados dos objetivos estabelecidos. Como a revisão do Planejamento de 2013, realizada em 2015, não desenhou metas e iniciativas para todos os Objetivos, a avaliação ficou prejudicada, dada a ausência de alguns marcos de desempenho.

Apesar disso, foi realizada a avaliação dos indicadores determinados, no sentido de identificar lacunas e as necessidades relativas ao planejamento do órgão, chegou-se as seguintes conclusões:

- Os objetivos estratégicos foram considerados amplos e abrangentes e, portanto, ainda aderentes à realidade do IBRAM.

- Os resultados relacionados aos objetivos estratégicos da perspectiva “Preservação/ Difusão/ Acesso” ao patrimônio museológico foram considerados Ótimos e Bons, alcançando marcas acima de 67% da meta, com relação à escala de avaliação adotada.

- Os resultados relacionados à perspectiva “Função Social/ Educação/ Pesquisa” mantiveram-se na escala regular, com cerca de 34% a 66% de alcance dos indicadores.

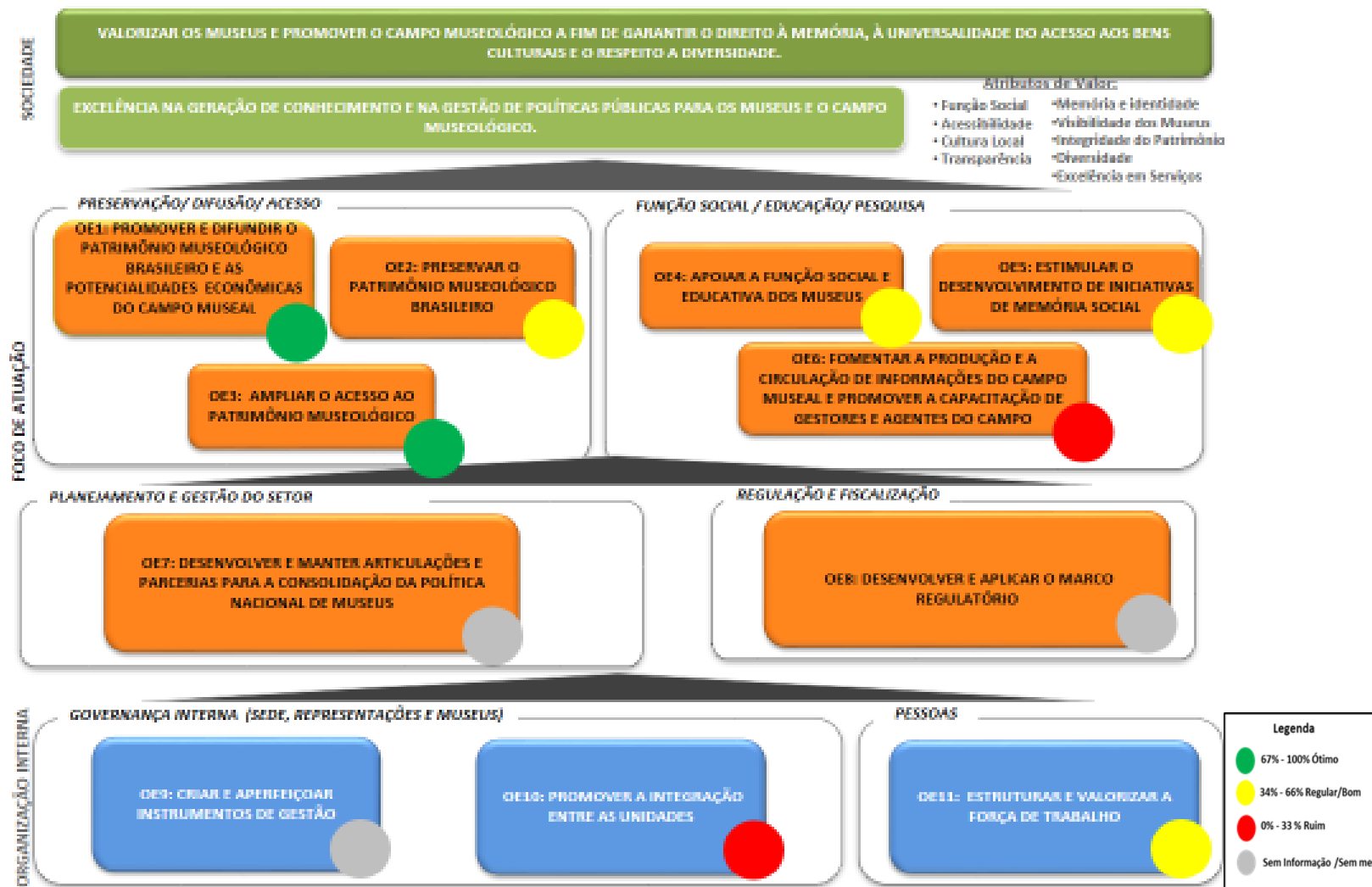
- Ainda dentro dos focos de atuação do Instituto, os objetivos estratégicos relacionados ao “Planejamento e Gestão do Setor” e “Fiscalização e Regulação” não foram possíveis de serem mensurados, devido à insuficiência de informações e ausência de determinação de algumas metas

- Os objetivos estratégicos relativos à “governança interna” e “pessoas” tiveram resultados considerados regular ou ruins.

No intuito de corrigir as deficiências encontradas no Planejamento Estratégico, no segundo semestre de 2016, o IBRAM construiu planos de ação para desdobrar os objetivos estratégicos em ações e iniciativas, do ponto de vista tático-operacional. Cada unidade museológico ligada ao Instituto, Representações Regionais e departamentos da sede estabeleceram seus planos de ação para 2017, para a determinação de prioridades de atuação para o ano.

Outra iniciativa desenhada em 2016 foi o levantamento das cadeias de valor e macro processos que dão a sustentação dos objetivos estratégicos. O intuito é que, com o redesenho desses processos e da cadeia de valor, além dos planos de ação, seja possível rever os objetivos de alcance estratégico e desdobrá-los em metas e iniciativas aderentes às necessidades da instituição.

Figura 5. Mapa estratégico – Resultado 2016



7.95. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

A avaliação dos objetivos que compõem o Mapa Estratégico culminou na Reunião de Análise Estratégica - RAE, com a participação do corpo diretivo do IBRAM, para apresentação dos resultados preliminares obtidos, e o estabelecimento de instrumentos de gestão e desdobramento do Mapa, como, por exemplo, os planos de ação para 2017.

Em 2016, foi desenvolvido um painel de indicadores, a fim de monitorar, de forma geral, o desempenho do órgão, levando em consideração a execução orçamentária, principais resultados, execução das parcerias estabelecidas, acompanhamento das metas do PPA, dentre outros.

Com relação ao Plano Plurianual 2016-2019, o monitoramento aconteceu segundo agenda de acompanhamento estabelecida pelo Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

7.96 Desempenho operacional

No quadro abaixo são apresentados os resultados para desempenho operacional das ações do Ibram constantes no PPA 2016-2019.

Quadro 19. Desempenho operacional das ações do Ibram – PPA 2016-2019.

Meta	Objetivo	Resultado 2016
Ampliar o número de pessoas que frequentam museu, biblioteca, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música, aumentando em 20% em cada segmento.	0783:Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.	1.005.893 de pessoas que frequentaram os Museus do Ibram
Identificar o patrimônio museológico de 300 instituições brasileiras.		-
Apoiar 200 pontos de memória, em consonância com o programa cultura viva.		Foram apoiados 40 pontos de memória.

Implantar ou modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos.		Foram modernizadas 6 unidades museológicas vinculadas ao Ibram.
---	--	---

O PPA 2016-2019, prevê uma ampliação em 20% do número de pessoas que frequentam museus no quadriênio, tendo como referência o número de visitas em 2015 (1.046.742 visitantes). No exercício de 2016, o público atendido nos museus Ibram foi de 1.005.893 visitantes (dados atualizados em 30/01/2017), apesar de se tratar de um número expressivo, não foi possível a superação da referência de 2015, uma vez que alguns eventos ocorreram durante o ano:

- Museu das Bandeiras - horário de atendimento normalizado em 23/07/2016 (estava funcionando em horário reduzido).
- Museu das Missões - fechado devido a sinistro em 24/04/2016, sem previsão de reabertura. Dados de visita referem-se à exposição de curta duração nas proximidades.
- Museu Forte Defensor Perpétuo - parcialmente fechado, para reforma, desde fevereiro.
- Museu Casa Histórica de Alcântara - fechado para obras desde janeiro, teve reinício das atividades regulares em 12/09/2016.
- Museu Victor Meirelles - fechado desde maio para restauração e ampliação. Atende público em sede provisória, desde 18/08/2016.
- Museu Villa-Lobos - fechado para obras, desde março, com previsão de reabertura em 16/01/2017.
- Palácio Rio Negro - fechado para obras de requalificação elétrica, com previsão de abertura em 10/01/2017. Público do mês maio refere-se a grupo do curso de guias do Museu Imperial, durante a Semana de Museus

Quanto a meta de identificar o patrimônio museológico de 300 instituições brasileiras, o projeto foi reestruturado e estamos desenvolvendo uma plataforma de catalogação e gestão para os museus em parceria com a UFG, a previsão é que seja entregue em 2017.

O Ibram modernizou 6 unidades museológicas, contribuindo para meta do Sistema Minc de Implantar ou Modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos definidos no PPA 2016-2019.

7.104. Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

Não se aplica.

14. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

14.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No decorrer do Exercício de 2016 não recebemos Acórdão do TCU com determinações ou recomendações. No entanto, no final de 2015 foi publicado o Acórdão TCU nº 11.212/2015 2ª Câmara, referente à Prestação de Contas do Ibram do Exercício de 2012, com a indicação de algumas impropriedades identificadas. No quadro abaixo, segue uma das situações apontadas, que permanece pendente de cumprimento.

Quadro 20. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

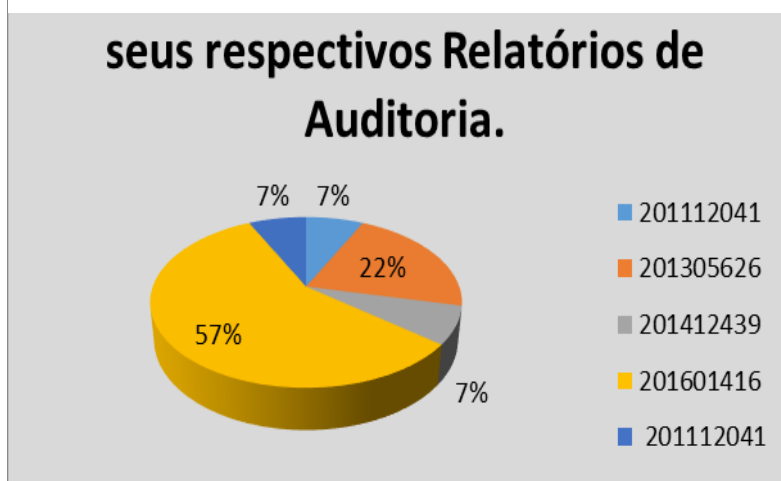
Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-022.404/2013-9	11212/2015 TCU 2ª Câmara	1.7.1.1.	Ofício nº 0008/2016-TCU/SECEXEDUCAÇÃO	15/01/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Departamento de Planejamento e Gestão Interna:DPGI				
Descrição da determinação/recomendação				
Ausência de formalização da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), em contrariedade à recomendação do TCU (Acórdão 1.603/2008-TCU Plenário)				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas*				
<p>Para o cumprimento da presente recomendação, o Ibram buscou no Projeto de cooperação técnica internacional com a OEI consultor especializado para, de forma integrada, rever o PDTI e aportar conhecimentos acerca de boas práticas que contribuam para dirimir dificuldades na adoção de metodologias para a área de TI, incluindo no rol de prioridades a elaboração da POSIC DO IBRAM. Em ato contínuo, foi publicado o Edital/Termo de referência nº47/2016/OEI – TR PDTI. O processo seletivo não logrou êxito, tendo acudido ao chamamento apenas 1(um) candidato, que desistiu da seleção antes mesmo da etapa de entrevista. Assim, o IBRAM republicou o edital e está constituindo comissão para analisar os currículos recebidos para contratação do consultor que vai cuidar do PDTI e POSIC do IBRAM.</p> <p>O Edital de contratação de consultor para o PDTI, que também trataria da POSIC, foi publicado pela segunda vez e o consultor selecionado desistiu de assinar contrato, frustrando mais uma vez o nosso planejamento. Publicaremos novamente o Edital em início de fevereiro, com melhorias. Para que haja tempo hábil, foi solicitada à CGU a prorrogação de prazo para até 31/03/2017.</p> <p>Evidências: http://www.oei.org.br/selecoes/2016 http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_aviso.php?trfid=4723 http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_tr.php?trfid=4723 http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_aviso.php?trfid=4687 http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_tr.php?trfid=4687</p> <p>*Justificativa extraída do Sistema Monitor, da Controladoria-Geral da União, por meio do qual o DPGI se pronunciou com relação à recomendação acima, em 09/02/2017.</p>				

14.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

A partir do exercício de 2016, as recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU) passaram a ser recebidas, monitoradas e respondidas através do Sistema Monitor, uma ferramenta elaborada pela própria CGU que possibilita o acompanhamento online das recomendações realizadas no âmbito do controle interno do Poder Executivo Federal, por meio das ações de auditoria e fiscalização. (CGU, 2017).

No Sistema, até o presente momento, constam 14 recomendações oriundas de 5 Relatórios de Auditoria (RAs), cujo demonstrativo percentual pode ser observado no **Gráfico 6**.

Gráfico 6. Demonstrativo percentual das recomendações originadas dos Relatórios de Auditoria



De acordo com a figura acima, pode-se observar que mais da metade das recomendações, mais precisamente 57% delas, originaram do Relatório de Auditoria nº 201601416, 22% do Relatório de Auditoria 201305626 e os demais relatórios representam somente 7% das recomendações.

Vale ressaltar ainda, que a recomendação nº 57944, observada na tabela demonstrativa deste item do Relatório, também foi objeto de recomendação no Acórdão TCU nº 11.212/2015 2ª Câmara, referente à Prestação de Contas do Ibram do Exercício de 2012, fato descrito no item 14.1 deste Relatório de Gestão.

No entanto para não haver nenhuma alteração nos dados coletados e observados, foi visto a necessidade de se manter a recomendação no quadro de análise deste Relatório de Auditoria.

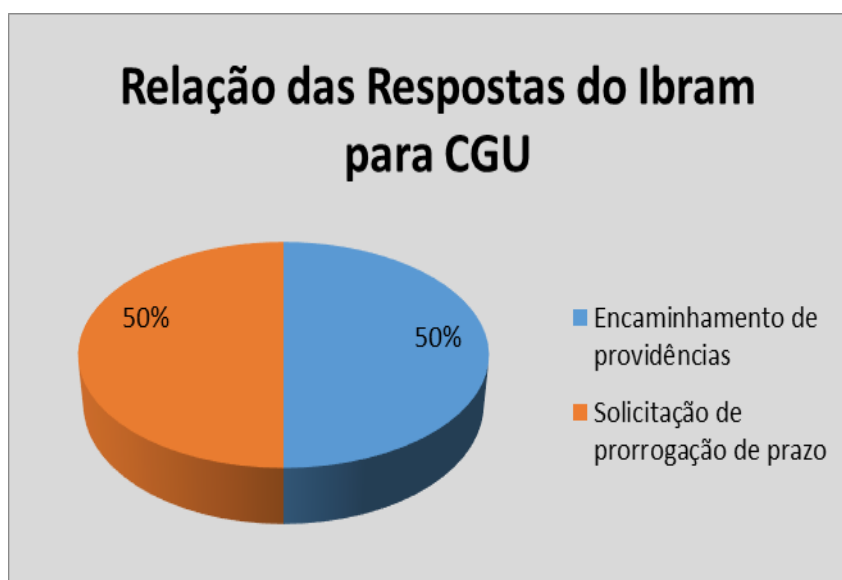
Todas as 14 recomendações encaminhadas para o Ibram foram respondidas, e aguardam um posicionamento da CGU. Sendo assim, 100% das respostas estão em análise por aquela Controladoria.

Gráfico 7. Demonstrativo percentual de recomendações já encaminhadas para CGU.



No que tange às respostas do Ibram para as 14 recomendações, 7 foram encaminhamento de providências e nas outras 7-houve solicitação de prorrogação de prazo para o atendimento, conforme o Gráfico ?.

Gráfico 8. Demonstrativo percentual no posicionamento do Ibram quanto à recomendação da CGU.



Por fim, segue a listagem das recomendações da CGU que se encontram no Sistema Monitor, com suas respectivas respostas e posicionamentos:

Relatório de Auditoria: 201112041	
Nº Identificação: 8121	Posicionamento CGU: <u>Em análise pela CGU</u>
Recomendação: <i>Apurar os fatos e as responsabilidades pela inclusão do serviço de jardinagem em contratação de dispensa emergencial, sem que tenha havido caracterização da situação emergencial para tal serviço, razão da escolha do fornecedor e justificativa do preço.</i>	
Manifestação do Ibram: Encaminhamento de providências	Data da Resposta: 15/04/2016
<p>Última Resposta do Ibram: Observa-se que para a Recomendação dessa Constatação não foi feita nenhuma referência ao Ofício nº 683/2013/PRES/IBRAM, de 18 de novembro de 2013, inclusive registrando que não houve manifestação da Unidade até 27/02/2014, reiterando portanto como “Recomendação não atendida por decurso de prazo”. Contudo, a nota técnica anexa ao documento em comento aduz que o caso já fora objeto de análise e apreciação do Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI, oportunidade em que se verificou não restar caracterizado, no caso concreto, dano ao erário, uma vez que a administração observou e cumpriu os requisitos e os pressupostos indispensáveis aplicáveis à espécie, destarte, não há que se falar em adoção de medidas reparadoras quanto à constatação em comento. Neste caso, consultamos a CGU para verificar se o referido Ofício atende à Recomendação em comento, em face de o mesmo ter atendido à recomendação 1 da mesma constatação.</p>	

Relatório de Auditoria: 201112041	
Nº Identificação: 64276	Posicionamento CGU: <u>Em análise pela CGU</u>
Recomendação: <i>Quantificar os valores pagos a maior em relação à contratação de postos de trabalho para a execução do serviço de limpeza e conservação acima da produtividade permitida, bem como identificar os responsáveis e adotar medidas para ressarcimento ao Erário, assim como de regularização da situação doravante.</i>	
Manifestação do Ibram: Encaminhamento de providências	Data da Resposta: 15/04/2016
<p>Última Resposta do Ibram: Em relação a essa constatação, essa administração por meio do Memorando nº 109/2013/CRL/DPGI/IBRAM procedeu à abertura de processo administrativo nº 01415.013021/2013-17 objetivando a instauração de sindicância investigativa para a apuração dos fatos e responsabilizações aplicáveis ao caso. Contudo, em que pese o procedimento exposto, a investigação ainda não teve continuidade, devido à falta de uma estrutura correccional adequada para a demanda de trabalhos. Registra-se que, à época, o Ibram devido à grande deficiência de funções em seu quadro ainda não havia implementado a área de correição.</p> <p>Somente em 21 julho de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, página 06, a Portaria Ibram nº 282, criando um Grupo de Trabalho composto por 05 servidores do Instituto, responsáveis por auxiliar nas atividades relacionadas a processos administrativos disciplinares e a processos administrativos para apuração de responsabilidade administrativa de pessoa jurídica no âmbito do Ibram. Por força do artigo 6º da referida Portaria, o GT se subordina diretamente à Presidência do Ibram no desempenho de suas atividades.</p> <p>Em vista do ocorrido, o núcleo de correição, contiguamente ao conhecimento do fato, encaminhou no dia 16/03/2016 o Memorando nº 01/2016/GT- PAD/PRES/IBRAM, NUP: 01415.002705/2016-28 propondo nos termos do inciso III, do art. 3º da portaria em epígrafe, a abertura de sindicância investigativa para apurar os fatos constantes do processo administrativo nº 01450.014375/2010-00 em razão de ter sido objeto de análise no Relatório de Auditoria nº 201112041, cujas recomendações das constatações 003, 005 e 008 ainda não foram atendidas.</p> <p>Procedeu-se, portanto, as medidas saneadoras de modo a tomar imediatamente a abertura do procedimento apurador. O núcleo de correição atuará, ainda, no auxílio à comissão sindicante na instrução do processo com vistas ao julgamento da autoridade superior.</p> <p>Destarte, o Ibram imiscui-se no cumprimento às recomendações apontadas confirmando que tão logo sejam concluídos os procedimentos administrativos, informaremos imediatamente à Controladoria os resultados obtidos.</p>	

Relatório de Auditoria: 201305626	
Nº Identificação: 57944	Posicionamento CGU: <u>Em análise pela CGU</u>
Recomendação: <i>Em consonância com o Acórdão nº 1.603/2008:Plenário e com os conceitos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 1/2008, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI/PR), promover ações voltadas para elaborar a Política de Segurança da Informação e Comunicações ? POSIC</i>	
Manifestação do Ibram: Solicitação de prorrogação de prazo	Data da Resposta: 09/02/2017
Última Resposta do Ibram: Para o cumprimento da presente recomendação, o Ibram buscou no Projeto de cooperação técnica internacional com a OEI consultor especializado para, de forma integrada, rever o PDTI e aportar conhecimentos acerca de boas práticas que contribuam para dirimir dificuldades na adoção de metodologias para a área de TI, incluindo no rol de prioridades a elaboração da POSIC DO IBRAM. Em ato contínuo, foi publicado o Edital/Termo de referência nº47/2016/OEI – TR PDTI. O processo seletivo não logrou êxito, tendo acudido ao chamamento apenas 1(um) candidato, que desistiu da seleção antes mesmo da etapa de entrevista. Assim, o IBRAM republicou o edital e está constituindo comissão para analisar os currículos recebidos para contratação do consultor que vai cuidar do PDTI e POSIC do IBRAM. O Edital de contratação de consultor para o PDTI, que também trataria da POSIC, foi publicado pela segunda vez e o consultor selecionado desistiu de assinar contrato, frustrando mais uma vez o nosso planejamento. Publicaremos novamente o Edital em início de fevereiro, com melhorias. Para que haja tempo hábil, solicitamos a prorrogação de prazo para até 31/03/2017. Evidências: http://www.oei.org.br/selecoes/2016 http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_aviso.php?trfid=4723 http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_tr.php?trfid=4723 http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_aviso.php?trfid=4687 http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_tr.php?trfid=4687	

Relatório de Auditoria: 201305626	
Nº Identificação: 83138	Posicionamento CGU: <u>Em análise pela CGU</u>
Recomendação: <i>Em consonância com a Instrução Normativa SLTI/MPOG 2012, adotar medidas para que o Contrato nº 38/2012 não permita a remuneração do fornecedor por meio de métrica de homens-hora, salvo nos casos permitidos pela referida norma.</i>	
Manifestação do Ibram: Encaminhamento de providências	Data da Resposta: 21/07/2016
Última Resposta do Ibram: Conforme solicitado, encaminha-se a íntegra do contrato nº 14/2015 para análise.	

Relatório de Auditoria: 201305626	
Nº Identificação: 83139	Posicionamento CGU: <u>Em análise pela CGU</u>
Recomendação: <i>Adotar as medidas necessárias, com posicionamento e orientação prévia da área jurídica do órgão, para adequar o Contrato nº 38/2012, a Instrução Normativa nº 04/2010-SLTI/MPOG, que estabelece, no art. 7º, a vedação de se prever em edital a remuneração dos funcionários da contratada.</i>	
Manifestação do Ibram: Encaminhamento de providências	Data da Resposta: 21/07/2016
Última Resposta do Ibram: Conforme solicitado, encaminha-se a íntegra do contrato nº 14/2015 para análise.	

Relatório de Auditoria: 201412439	
Nº Identificação: 158725	Posicionamento CGU: <u>Em análise pela CGU</u>
Recomendação: <i>Apurar a responsabilidade, através de procedimento interno, dos agentes competentes que procederam aos Termos Aditivos 4º e posteriores, a fim de se elucidar a adequação dos respectivos instrumentos às recomendações vigentes emitidas por esta CGU buscando resguardar a economicidade do contrato.</i>	

Manifestação do Ibram: Solicitação de prorrogação de prazo	Data da Resposta: 19/12/2016
<p>Última Resposta do Ibram: O Instituto Brasileiro de Museus, instaurou Sindicância Acusatória conforme portaria nº 450 de 13 de outubro de 2016 para apurar os fatos(conforme documento anexo). Após início da apuração a comissão verificou a complexidade da investigação e concluiu pela necessidade de instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar conforme memorando nº 04 também anexo. E indicou uma servidora para compor a referida comissão. Em 14 de dezembro foi encaminhado Ofício nº 651/2016/GAB/PRES/IBRAM ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:IPHAN, solicitando a liberação da servidora para compor o procedimento investigatório (conforme cópia anexa). Considerando que estamos aguardando a liberação de servidores para compor a Comissão de PAD e que somente após o processo terá andamento, solicitamos prorrogação de prazo para o atendimento dessa recomendação por mais 7 meses.</p>	

Relatório de Auditoria: 201601416	
Nº Identificação: 163462	Posicionamento CGU: <u>Em análise pela CGU</u>
<p>Recomendação: <i>Mobilizar a área competente a fim de que se formalize, dentro de 15 dias, a nomeação de agente distinto para um dos cargos de Fiscal ou Gestor no contrato com o SERPRO, além da definição de suas rotinas de atuação.</i></p>	
Manifestação do Ibram: Encaminhamento de providências	Data da Resposta: 19/10/2016
<p>Última Resposta do Ibram: Publicada Portaria de Designação no Boletim Administrativo Eletrônico do Ibram:BAE, nº 412, de 01/08/2016 PORTARIA Nº. 311 DE 28 DE JULHO DE 2016. O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, em conformidade com a Portaria nº 172, de 22 de abril de 2015, publicada no DOU, de 24 de abril de 2015, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, inciso IV, anexo I, do Decreto nº 6.845. RESOLVE: Art. 1º:Designar os servidores: FUNÇÃO NOME SIAPE Fiscal Técnico Daniel Lins Rodrigues 1420587 Gestor João Carlos Lemgruber 1816152 Fiscal Técnico Substituto João Carlos Lemgruber 1816152 Gestor Substituto Daniel Lins Rodrigues 1420587 Para, na qualidade de Fiscal Técnico, Gestor, Fiscal Técnico e Gestor, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo nº 23/2014, firmado com a empresa INFOVIA – SERPRO, cujo objeto consiste na prestação de serviços especializados em Tecnologia da Informação – TI para Gerenciamento de Conexões à Infovia Brasília, estruturada sobre uma malha de cabeamento de fibra ótica, referente ao processo nº 01415.000253/2014-88. Art. 3º:Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art. 4º:Publique-se no Boletim Administrativo. MARCOS MANTOAN Presidente Substituto</p>	

Relatório de Auditoria: 201601416	
Nº Identificação: 63463	Posicionamento CGU: <u>Em análise pela CGU</u>
<p>Recomendação: <i>No prazo de 120 dias, capacitar área competente, no sentido de atualização sobre a normatização, enfatizando as boas práticas a serem adotadas em toda a gestão de TI.</i></p>	
Manifestação do Ibram: Encaminhamento de providências	Data da Resposta: 09/02/2017
<p>Última Resposta do Ibram: Foram efetivadas as seguintes providências: 1) Nota Técnica nº 04/2016 – DPGI/IBRAM:NUP:01415.008675/2016-63:Assunto: Plano de capacitação para a CTINF, visando a complementar competências e habilidades no campo da gestão de contratos e fornecedores de Tecnologia da Informação para o IBRAM; 2) Memorando nº 70/2016 CGP/DPGI/IBRAM:NUP 01415.008827/2016-28:Assunto: Plano de capacitação para a DPGI/CTINF, visando complementar competências e habilidades no campo da gestão de contratos e fornecedores de TI para o IBRAM; 3) As propostas foram apresentadas aos servidores da CTINF. As capacitações serão feitas conforme a oportunidade, não obstante os servidores apresentaram registros de capacitações efetuadas: Daniel Lins Rodriguez – curso de PAD; gestão por competências; “9º Encontro de Governança Aplicada – Controles Internos, Gestão de Riscos e Governança de TIC no Governo” Cassio da Nobrega Santiago – participação em debate sobre contratação de TIC no SISP Ambos os servidores possuem competências adquiridas anteriormente sobre normas e procedimentos /boas práticas em TI.</p>	

Relatório de Auditoria: 201601416	
Nº Identificação: 163464	Posicionamento CGU: <u>Em análise pela CGU</u>
Recomendação: <i>Readequar a vinculação das Ordens de Serviço, referenciando-as nas faturas ou Relatório de Atividades dentro do contrato 18/2015 com a empresa CTIS.</i>	
Manifestação do Ibram: Encaminhamento de providências	Data da Resposta: 15/02/2017
Última Resposta do Ibram: Em atendimento às providências exigidas pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, em auditoria realizada neste ano de 2016, segue evidências do atendimento ao item 2.1.1.2 que tem por objetivo readequar a vinculação das ordens de serviço referenciando-as nas faturas ou relatório de atividades dentro do contrato 18/2015 com a empresa CTIS. OBS: Estamos anexo os relatórios pertinentes ao faturamento do mês de agosto/2016 – Ordem de serviço nº 003. Os relatórios e documentos comprobatórios de execução vinculam à este número de ordem de serviço.	

Relatório de Auditoria: 201601416	
Nº Identificação: 163465	Posicionamento CGU: <u>Em análise pela CGU</u>
Recomendação: <i>Formalizar diretrizes para o planejamento, gestão de portfólio de projetos, serviços e para avaliação de desempenho dos serviços de TI.</i>	
Manifestação do Ibram: Solicitação de prorrogação de prazo	Data da Resposta: 09/02/2017
Última Resposta do Ibram: Para o cumprimento da presente recomendação, o Ibram buscou no Projeto de cooperação técnica internacional com a OEI consultor especializado para, de forma integrada, rever o PDTI e aportar conhecimentos acerca de boas práticas que contribuam para dirimir dificuldades na adoção de metodologias para a área de TI, incluindo no rol de prioridades a elaboração de diretrizes de TI para o IBRAM. Em ato contínuo, foi publicado o Edital/Termo de referência nº47/2016/OEI – TR PDTI. O processo seletivo não logrou êxito, tendo acudido ao chamamento apenas 1(um) candidato, que desistiu da seleção antes mesmo da etapa de entrevista. Assim, o IBRAM republicou o edital e está constituindo comissão para analisar os currículos recebidos para contratação do consultor que vai cuidar do PDTI e diretrizes de TI para o IBRAM. O Edital de contratação de consultor para o PDTI, que também trataria da POSIC, foi publicado pela segunda vez e o consultor selecionado desistiu de assinar contrato, frustrando mais uma vez o nosso planejamento. Publicaremos novamente o Edital em início de fevereiro, com melhorias. Para que haja tempo hábil, solicitamos a prorrogação de prazo para até 31/03/2017. Evidências: http://www.oei.org.br/selecoes/2016 http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_aviso.php?trfid=4723 http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_tr.php?trfid=4723 http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_aviso.php?trfid=4687 http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_tr.php?trfid=4687	

Relatório de Auditoria: 201601416	
Nº Identificação: 163466	Posicionamento CGU: <u>Em análise pela CGU</u>
Recomendação: <i>Implantar diretrizes de boas práticas (semelhantes a framework ITIL), usadas atualmente em contrato específico, para os futuros contratos de TI, quando couber.</i>	
Manifestação do Ibram: Solicitação de prorrogação de prazo	Data da Resposta: 09/02/2017
Última Resposta do Ibram: 163466:Implantar diretrizes de boas práticas (semelhantes a framework ITIL), usadas atualmente em contrato específico, para os futuros contratos de TI, quando couber. Para o cumprimento da presente recomendação, o Ibram buscou no Projeto de cooperação técnica internacional com a OEI consultor especializado para, de forma integrada, rever o PDTI e aportar conhecimentos acerca de boas práticas que contribuam para dirimir dificuldades na adoção de metodologias para a área de TI. Em ato contínuo, foi publicado o Edital/Termo de referência nº47/2016/OEI – TR PDTI. O processo seletivo não logrou êxito, tendo acudido ao chamamento apenas 1(um) candidato, que desistiu da seleção antes mesmo da etapa de entrevista. Assim, o Ibram adotou as seguintes providências: 1) Está revisando e preparando novo termo de referência para ser publicado no início de dezembro; 2) Publicou a PORTARIA Nº 501, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016 (BAE IBRAM nº433). prorrogando o PDTI até 30 de junho de 2017, até que o novo	

PDTI a ser elaborado com a colaboração do PRODOC OEI seja devidamente incorporado. O Edital de contratação de consultor para o PDTI, que também trataria da POSIC, foi publicado pela segunda vez e o consultor selecionado desistiu de assinar contrato, frustrando mais uma vez o nosso planejamento. Publicaremos novamente o Edital em início de fevereiro, com melhorias. Para que haja tempo hábil, solicitamos a prorrogação de prazo para até 31/03/2017. Evidências: <http://www.oei.org.br/selecoes/2016>
http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_aviso.php?trfid=4723
http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_tr.php?trfid=4723
http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_aviso.php?trfid=4687
http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_tr.php?trfid=4687

Relatório de Auditoria: 201601416	
Nº Identificação: 163467	Posicionamento CGU: <u>Em análise pela CGU</u>
Recomendação: Nomear formalmente o Gestor de Segurança da Informação da Unidade.	
Manifestação do Ibram: Solicitação de prorrogação de prazo	Data da Resposta: 15/02/2017
Última Resposta do Ibram: O Edital de contratação de consultor para o PDTI, que também trataria da POSIC, foi publicado pela segunda vez e o consultor selecionado desistiu de assinar contrato, frustrando mais uma vez o nosso planejamento. Publicaremos novamente o Edital em início de fevereiro, com melhorias. Para que haja tempo hábil, solicitamos a prorrogação de prazo para até 31/03/2017. Evidências: http://www.oei.org.br/selecoes/2016 http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_aviso.php?trfid=4723 http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_tr.php?trfid=4723 http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_aviso.php?trfid=4687 http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_tr.php?trfid=4687	

Relatório de Auditoria: 201601416	
Nº Identificação: 163468	Posicionamento CGU: <u>Em análise pela CGU</u>
Recomendação: <i>Estabelecer, dentro de 60 dias, de forma expressa, um disciplinamento sobre a forma de atuação do comitê, enfatizando a frequência, quando houver contratações vigentes, estabelecendo prioridades no desenvolvimento de sistemas e na aquisição de bens e serviços de TI, entre outros.</i>	
Manifestação do Ibram: Solicitação de prorrogação de prazo	Data da Resposta: 19/10/2016
Última Resposta do Ibram: A recomendação está diretamente ligada à contratação do consultor responsável pela revisão do PDTI e pela proposição do novo PDTI do IBRAM, medida que só veio a ser iniciada a partir da aprovação do Termo de Referência para contratação de consultor pelo projeto de cooperação técnica junto à Organização dos estados Iberoamericanos – OEI, o que ocorreu na segunda semana de outubro. O Edital deve ser publicado na corrente semana. Assim, solicitamos a prorrogação em pelo menos 60 dias para o cumprimento da recomendação em tela.	

Relatório de Auditoria: 201601416	
Nº Identificação: 163469	Posicionamento CGU: <u>Em análise pela CGU</u>
Recomendação: <i>Elaborar estudo no sentido de mensurar seu atual corpo técnico diante dessas necessidades citadas no intuito de produzir a real carência e subsidiar ações no sentido de supri-la.</i>	
Manifestação do Ibram: Solicitação de prorrogação de prazo	Data da Resposta: 09/02/2017
Última Resposta do Ibram: A recomendação está diretamente ligada à contratação do consultor responsável pela revisão do PDTI 2014-2016 e pela proposição do novo PDTI do IBRAM, com a parceria do Projeto de cooperação técnica internacional com a OEI. Foi publicado o Edital/Termo de referência nº47/2016/OEI – TR PDTI. O processo seletivo não logrou êxito, tendo acudido ao chamamento apenas 1(um) candidato, que desistiu da seleção antes mesmo da etapa de entrevista. Assim, o Ibram está republicando o Edital, para que o consultor promova o estudo em tela. O Edital de contratação de consultor para o PDTI, que também trataria da POSIC, foi publicado pela segunda vez e o consultor selecionado desistiu de assinar contrato, frustrando mais	

uma vez o nosso planejamento. Publicaremos novamente o Edital em início de fevereiro, com melhorias. Para que haja tempo hábil, solicitamos a prorrogação de prazo para até 31/03/2017. Evidências:
<http://www.oei.org.br/selecoes/2016> http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_aviso.php?trfid=4723
http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_tr.php?trfid=4723
http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_aviso.php?trfid=4687
http://sigoei.mec.gov.br/sigoei/geral/preview_tr.php?trfid=4687

14.5. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

No exercício de 2016, o Instituto Brasileiro de Museus não teve nenhum caso referente a necessidade de abertura de Tomadas de Contas Especiais.

Entretanto, em 09/03/2015 foi publicada a Portaria nº 102, de 09 de março de 2015, que constituiu a Comissão de Análise de Processos de Prestação de Contas e de Tomadas de Contas Especiais, com três servidores. Porém, está restrita à análise das prestações de contas de convênios, contratos de repasse, termos de cooperação e demais instrumentos congêneres celebrados pelo Ibram, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

14.56. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamento de obrigações com o disposto no art. 5 da Lei 8.666/93

Todos os pagamentos são realizados dentro dos prazos estabelecidos no art. 5º da Lei nº 8.666/93 e na cláusula “DO PAGAMENTO” constante nos contratos firmados entre o Instituto Brasileiro dos Museus e os fornecedores de serviços e materiais.

Para acompanhamento dos pagamentos efetuados ou a serem efetuados, a Coordenação de Recursos Logísticos e Licitações mantém planilha atualizada contendo: identificação dos contratos vigentes, empresa contratada, nº da NE referente ao contrato, objeto do contrato, valor mensal e anual do contrato, além dos pagamentos referentes a cada mês.

14.60 – Informação sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresa beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não se aplica.

14.61. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Não se aplica.

15. Desempenho Financeiro e Informações Contabéis

15.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Esta autarquia busca aderência aos critérios estabelecidos pelas NBC T 16.9 e 16.10 e preconiza pela obediência às metodologias definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no manual SIAFI.

Há que se considerar que o Ibram ainda não está aplicando o dispositivo da depreciação e amortização nos itens do ativo imobilizado. Isso se deve em parte à falta de termos de cessão /doação de alguns bens móveis que deveriam ser incorporados ao patrimônio do órgão em virtude da Lei 11.906/2009. Para os bens que a Entidade detém apenas a posse, não está sendo aplicado o instituto de depreciação, reavaliação ou redução a valor de mercado. Ressalta-se ainda que para a aplicação do procedimento de depreciação, primeiramente, é necessário fazer com que o valor do bem registrado no patrimônio espelhe o Valor Justo (*fair value*) ou valor de mercado, por meio dos procedimentos de reavaliação e redução a valor de mercado (*Testes de Recuperabilidade*). Esses procedimentos, por sua vez, ainda não estão sendo realizados pelas Unidades Gestoras Executoras em razão da quantidade limitada de servidores para composição de comissão responsável pela realização dos trabalhos iniciais de ajuste ao Valor Justo, bem como pela grande rotatividade de servidores e, principalmente, devido a ausência de um sistema de patrimônio ou outro sistema de informática que viabilize a verificação dos inúmeros itens do imobilizado, que permita os registros, os controles patrimoniais e o cálculo da depreciação. Cabe ressaltar que esta Autarquia adquiriu recentemente o Siads - Sistema Integrado de Administração de Serviços, que permitirá sanar essa deficiência relativa aos bens do ativo imobilizado para os próximos exercícios.

Quanto à estimativa da vida útil econômica do ativo, ao cálculo da depreciação, bem como às taxas que serão utilizadas, a Entidade adotará a metodologia definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no manual SIAFI visando à uniformidade e a comparabilidade das informações.

Em se tratando da avaliação e mensuração das Disponibilidades e dos Estoques, tem-se que as Disponibilidades são mensuradas pelo valor original; e os Estoques pelo custo de aquisição, atendendo, dessa forma, a NBCT 16.10, cujas saídas são contabilizadas pelo método do Custo Médio Ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964. No

patrimônio da Entidade não há registros no SIAFI de créditos e dívidas, investimentos e diferido para mensuração.

No que se refere à mensuração dos ativos imobilizados e intangíveis, ressalta-se que a Unidade possui ativos transferidos de outra Entidade (IPHAN) cujo valor contábil permanece o constante nos registros da entidade de origem. Sendo que para os bens adquiridos antes de 2010, como já mencionado, não estão sendo realizados os procedimentos de reavaliação ou redução a valor de mercado; já os ativos adquiridos a partir de 2010, esses estão reconhecidos com base no valor de aquisição.

15.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Não se aplica. O IBRAM, conforme Lei 11.906/2009 foi enquadrado como Autarquia Federal da Administração Pública Indireta, ainda não possui, em sua estrutura orgânica, unidade responsável pela apuração dos custos. Destaca-se que a Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011, estabeleceu como órgãos setoriais as unidades de gestão interna dos Ministérios (Administração Pública Direta), e a Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011, estabeleceu as competências dessas setoriais, porém, ambas as portaria não fizeram menção à instituição do referido sistema de custos nos órgãos da Administração Indireta.

15.11. Desempenho financeiro no exercício

Assim como no exercício anterior, em 2016 as liberações financeiras foram escassas e morosas até o mês de maio, quando cerca de 50% das solicitações financeiras estavam sem atendimento. Nos meses seguintes, aumentou o fluxo de liberações o ano terminou com 95% das solicitações financeiras atendidas. Entretanto, até que esse fluxo fosse regularizado, houve um acúmulo de faturas a pagar por falta de recursos

Além dessa insuficiência de recursos, o fluxo de pagamentos foi extremamente prejudicado pela expressiva redução de pessoal nas áreas de programação e execução financeira do Ibram Sede, que ainda centralizava a execução de 18 unidades museológicas até o 3º semestre. Assim, a cada liberação recebida do Ministério da Cultura - MinC, com o grande volume de liquidações e pagamentos, acumulados devido à falta de regularidade nas liberações de recursos por parte da Unidade Setorial, não havia condições para baixar rapidamente os saldos na conta de limite de saque, diminuindo a probabilidade de receber novas liberações.

Para minimizar a situação, em algumas ocasiões, o Ibram redistribuiu o recurso financeiro disponibilizado à Sede para os Museus Executores. Dessa forma, o déficit financeiro recaiu mais fortemente sobre a Sede do Ibram e os Museus não executores.

A fim de desconcentrar parte do volume de atividades administrativas da Sede, foi criada, em junho, a UG 423034 - Escritório de Representação do IBRAM/MG-ES, que ficou responsável pela execução de 06 unidades museológicas de Minas Gerais e Espírito Santo.

O quadro e os gráficos demonstram a proporção de atividades entre as UG executoras, apresentando o volume de empenhos emitidos e pagamentos efetuados por cada UG executora do Ibram (exceto despesas de pessoal e benefícios).

Quadro 21. Empenhos e pagamentos por UG executora

UG EXECUTORA	DESPESAS EMPENHADAS	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCÍCIO E RAP)
343015:MUSEU IMPERIAL:PETRÓPOLIS	7.692.616,99	8.210.910,42
343016:MUSEU HISTÓRICO NACIONAL:RIO DE JANEIRO	10.167.913,75	10.597.809,66
343017:MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES:RIO DE JANEIRO	9.885.273,17	11.118.278,99
343018:MUSEU DA REPÚBLICA:RIO DE JANEIRO	7.253.841,02	7.251.752,94
343019:MUSEU DA INCONFIDÊNCIA:OURO PRETO	3.510.744,26	2.940.624,12
343020:MUSEU LASAR SEGALL:SÃO PAULO	1.534.598,88	1.358.143,72
343021:MUSEU VILLA-LOBOS:RIO DE JANEIRO	445.733,64	714.591,93
343022:MUSEUS RAYMUNDO OTTONI DE CASTRO MAYA/RJ	2.448.503,11	3.892.102,51
343027:MUSEU DE BIOLOGIA MELLO LEITÃO ¹	1.004.329,95	1.094.339,85
423002:IBRAM:SEDE	46.691.785,81	38.035.991,12
423034:ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO IBRAM/MG-ES ²	3.034.255,80	1.726.917,77
423031:COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS	875.297,57	875.297,57
TOTAL	94.544.893,95	87.816.760,60

Fonte: Tesouro Gerencial

Observações:

1. UG 343027: MUSEU DE BIOLOGIA MELLO LEITÃO: Execução até abril feita pelo Museu. De junho a dezembro, os empenhos e pagamentos foram executados pela equipe da Sede.
2. UG 423034: ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO IBRAM/MG-ES: Execução iniciada em outubro. Até setembro, os empenhos e pagamentos do escritório e museus da regional MG/ES foram executados pela UG 423002.

Gráfico 9. Proporção de empenhos por UG executora

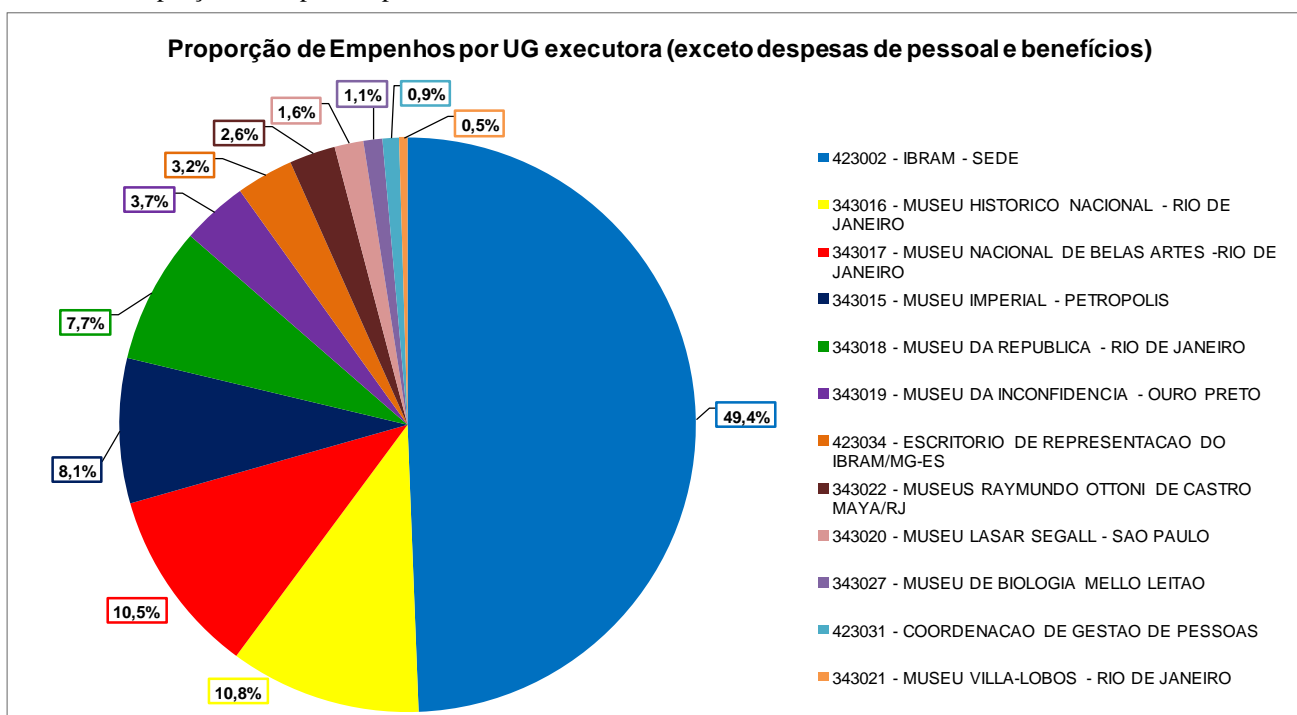
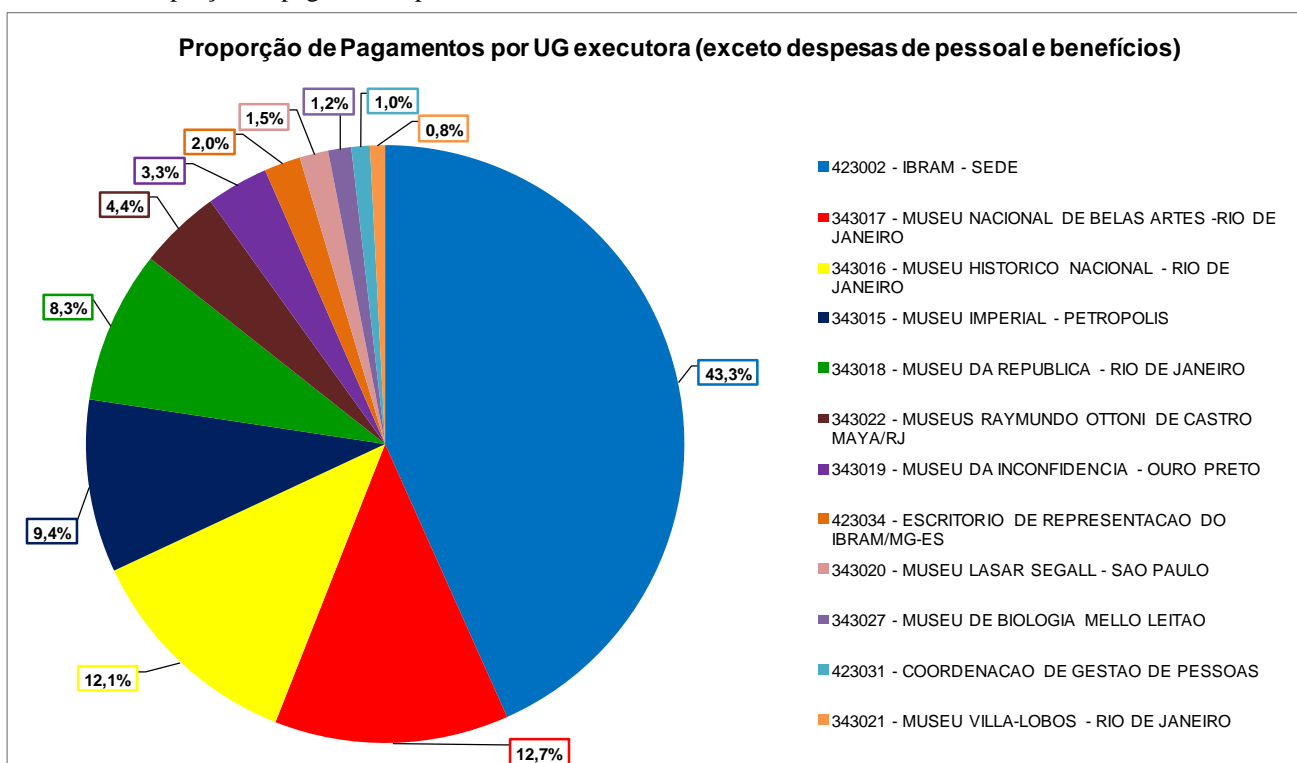


Gráfico 10. Proporção de pagamentos por UG executora



124. Áreas Específicas da Gestão

124.1. Gestão de Pessoas

124.1.1. Estrutura de pessoal da Unidade

Quadro 22. Força de trabalho da UPC

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Tipologias em Cargos Efetivos (1.1+1.2)	601	601	13	17
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	601	601	13	17
1.2.1. Servidores de Carreira vinculada ao órgão	537	537	Não há	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	10	10	2	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	Não há	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	53	53	11	8
2. Servidores com contratos Temporários	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	27	27	3	7
4. total de Servidores (1+2+3)	628	628	16	24

Fonte: sistema de Administração de Pessoas (SIAPE) e Planilhas de Controle DAP/DPGI

OBS: O quantitativo da força de trabalho da UPC foi contabilizado conforme as situações funcionais abaixo:

1.2.1. EST01 – EST08 – EST19

1.2.2. EST18

1.2.3. EST03 – EST14 – EST44

3. EST04

Quadro 23. Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Tipologias em Cargos Efetivos (1.1+1.2)	173	428
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	173	428
1.1.2. Servidores de Carreira vinculada ao órgão	150	387
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	10	Não há
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	Não há
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	12	41
2. Servidores com contratos Temporários	Não há	Não há
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	9	18
4. total de Servidores (1+2+3)	182	446

Fonte: Sistema de Administração de Pessoas (SIAPE) e Planilhas de Controle DAP/DPGI

OBS: O quantitativo da Distribuição da Lotação Efetiva foi estabelecido conforme abaixo:

Área Meio: Sede do Ibram em Brasília, Escritório de Representação Regional do Ibram no Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Área Fim: Todos dos Museus.

Quadro 24. Quadro. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	98	98	34	47
1.1. Cargos Direção e Assessoramento Superior	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	98	98	34	47
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	55	55	19	23
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	2	2	1	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	22	22	11	16
1.2.4. Sem vínculo	12	12	3	6
1.2.5. Aposentados	7	7	3	Não há
2. Funções Gratificadas	27	27	8	9
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	26	26	8	9
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	125	125	42	56

Fonte: sistema de Administração de Pessoas (SIAPE) e Planilhas de Controle DAP/DPGI

124.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 25. Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previd.	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
	2015	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	36.548.722,03	1.435.888,23	3.203.601,90	1.239.736,07	3.895.172,78	2.040.929,65	336.221,69	63.961,78	-	48.764.234,13
	2015	37.626.551,35	1.500.780,24	3.328.708,54	1.326.639,20	3.413.148,03	1.482.565,57	335.403,63	20.376,23	zero	49.034.172,79
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	55.056,02	700.042,24	85.808,67	22.118,52	50.156,04	357,09	20.985,89	zero	zero	934.524,47
	2015	69.609,36	713.075,48	81.551,11	20.607,64	56.561,48	1.407,59	27.929,20	2.949,44	zero	973.691,30
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	zero	1.311.628,46	117.991,87	83.452,06	165.937,20	29.198,41	32.352,04	zero	zero	1.740.560,04
	2015	zero	1.597.525,26	137.050,67	69.752,94	151.626,09	17.943,76	130.466,50	zero	zero	2.104.365,22
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	949.913,17	zero	127.894,01	41.103,13	81.603,02	51.215,77	zero	zero	zero	1.251.729,10
	2015	527.639,24	zero	47.288,04	17.037,86	29.508,75	19.078,06	zero	zero	zero	640.551,95
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
	2015	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero

Fonte: Extração DW SIAPE e Processos de Pagamento de Pessoal

124.1.3. Gestão de Riscos relacionados ao pessoal

Um dos maiores riscos identificados na gestão de pessoas, que podem comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo e os objetivos estratégicos no médio e longo prazo, é a carência de pessoal. Atualmente a situação do Ibram no que se refere à força de trabalho é alarmante. Para que se possa ter uma ideia mais próxima da realidade, seguem alguns números levantados em dezembro de 2016:

- O índice de evasão dos servidores nomeados é de 44,89%;
- Dos 538 servidores que compõem o quadro permanente do Ibram, 23 estão cedidos e 51% têm entre 50 e 70 anos de idade;
- Existem 115 servidores recebendo abono de permanência;
- Os requisitados, os nomeados sem vínculo, em exercício descentralizado e outros somam 95 trabalhadores, ou seja, 15% considerando o efetivo total em exercício no Ibram (633 pessoas);
- Nos últimos anos, para atender legislação existente na Administração Pública Federal, foram criados alguns núcleos e unidades dentro da autarquia sem que houvesse criação de cargos para atender a demanda (Corregedoria, Ouvidoria, Convênio, Assessoria Internacional, Prestação de Contas, Representação em Minas Gerais e Rio de Janeiro);
- É importante ressaltar que além do papel de fiscalizador, o Ibram teve um considerável acréscimo de atribuições com a publicação do Decreto nº 8.124/2013, como o Inventário Nacional de Acervos Musealizados e o Registro de Museus, as quais não estavam previstas quando da criação desta Autarquia;
- Para se tornar viável, dentro da conjuntura condicionante da época, a estrutura do Ibram foi planejada de forma bastante austera e restrita, o que ensejou o nível dos cargos de confiança (DAS) da instituição abaixo do padrão para autarquias, conforme estabelece o Anexo V, da IN nº 03/2010. Sendo assim, entre DAS, FCPE e Função Gratificada, o Ibram possui 168 cargos autorizados pelo Decreto nº 6.845/2009, alterado pelo decreto nº 8.904/2016, quando estudos de reestruturação apontam a necessidade de 633 cargos;
- Sobre Gratificação Temporária das Unidades dos sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE, o Ibram possui apenas 13 servidores contemplados, sendo 10 de nível superior e 3 de nível intermediário;

- No quadro de carreiras transversais, o Ibram possui 2 Especialistas em Política Pública e Gestão Governamental, 6 Procuradores Federais, 1 Analistas de Finanças e Controle e 2 Analista em Tecnologia da Informação.

A unidade trata os riscos relacionados à gestão do seu pessoal desenvolvendo ações que objetivam atrair e reter talentos na organização. Busca-se trabalhar os aspectos da integração, comunicação e sinergia entre as unidades, valorização do quadro de pessoal e melhoria da qualidade de vida no trabalho. Dentre as ações podemos destacar:

- Solicitação ao Ministério de Planejamento e Orçamento e Gestão de reestruturação do seu quadro de pessoal;
- Solicitação de autorização do Ministério de Planejamento e Orçamento e Gestão para realização de novo concurso público;
- Solicitação ao Ministério de Planejamento e Orçamento e Gestão de transformação de cargos vagos do Plano Especial de Cargos da Cultura;
- Comemoração de datas especiais, como o Dia Internacional da Mulher, Dia das Mães, Dia do Servidor; Semana da Saúde;
- Implantação do Cineclube Ibram com exibição e empréstimos de filmes;
- Revitalização do refeitório;
- Implementação da sala do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.

124.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de terceirizados

Quadro 26. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo Plano de cargos da Unidade

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Brasileiro de Museus:IBRAM						
UG/Gestão: 423031						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Contratação de Agente de Integração, para intermediar recrutamento, pré seleção, encaminhamento e acompanhamento de estudantes de Níveis Médio e Superior, candidatos a estágio no Ibram.	CIEE:Centro de Integração Empresa Escola 61600839/0001-55	01/07/2016	30/06/2017	Nível Médio em andamento ou Nível Superior em andamento	Ativo
2015	Contrato de prestação de serviços de apoio administrativo e de atividades auxiliares, comuns, de natureza acessória, instrumental e/ou complementar	Utopia Consultoria e Assessoria Ltda:EPP	06/3/2015	20/12/2016	Nível Fundamental / Nível Médio e Nível Superior Incompleto	Finalizado

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas/ DPGI

Quadro 27. Composição do Quadro de Estagiários

	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Área Fim	122	103	102	90	834.864,38
Área Meio	25	21	21	19	
Total	147	124	123	109	

Análise Crítica: No que pese o grande *turnover* de estagiários, o quantitativo, analisado trimestralmente, se manteve relativamente constante ao longo do ano. Diante da pouca quantidade de vagas de estágio, a área fim da instituição foi priorizada com quase 90% das vagas.

Dados gerenciais de 2016:estágio estudantil

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	MÉDIA
Nº de estagiários	122	115	112	117	121	124	126	124	123	116	111	109	118

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Nº de estagiários contratados	1	6	8	13	10	9	14	10	8	9	4	7	99
Nº de estagiários desligados	10	7	13	5	11	11	14	8	18	6	8	21	132

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL R\$
Agente de Integração:C IEE	3.360,00	3.420,00	3.300,00	3.420,00	3.630,00	3.570,00	4.092,00	3.993,00	3.960,00	3.696,00	3.663,00	3.597,00	43.701,00
Folha de Pagamento	71.645,17	66.732,40	67.029,94	70.214,36	69.886,70	71.073,00	74.217,84	74.370,19	71.387,88	65.103,38	65.822,45	67.381,07	834.864,38

878.565,38

Sobre a política de estágio, ressaltamos que seguimos a legislação que rege esse assunto (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Orientação Normativa SRH/MP n ° 2, de junho de 2016), e possuímos orientações internas com as regras de contratação, as exigências sobre especialização, etc, disponibilizadas na intranet.

124.2. Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

Quadro 28. Distribuição espacial dos bens imóveis de Uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
	Exercício 2016	Exercício 2015
RIO DE JANEIRO		
RIO DE JANEIRO	9	11
PETROPOLIS	5	1
PARATY	1	1
NITERÓI	1	1
SÃO PAULO		
SÃO PAULO	2	2
ESPÍRITO SANTO		
SANTA TERESA	5	5
VITÓRIA	1	1
MINAS GERAIS		
OURO PRETO	3	3
SAO JOAO DEL REI	1	1
SABARA	2	2
CAETE	1	1
SERRO	1	1
DIAMANTINA	1	1
BELO HORIZONTE	1	1
GOIÁS		
GOIÁS	1	1
PILAR DE GOIÁS	1	1
PERNAMBUCO		
RECIFE	1	1
MARANHÃO		
ALCÂNTARA	1	1
SANTA CATARINA		
FLORIANÓPOLIS	1	2
RIO GRANDE DO SUL		
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	1	1

Quadro 29. Quadro. Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel	
				Valor Histórico (registrado)	Data da Avaliação
423002 – Ibram Sede	9701 32711.500-0	22 – locado			12/03/2007

		de terceiros			
423002 – Museu Regional de Caeté	4199.00007.500-8	13		235.498,53	06/07/2001
423002 – Museu do Diamante	4431.00029.500-8	09		454.144,05	26/07/2000
423002 – Museu do Ouro	5133.00011.500-2	09		179.720,89	23/06/2000
423002: Museu Casa de Borba Gato	5133 00008.500-6	03		42.250,00	30/12/2013
423002 – Museu Regional São João Del Rei	5249.00030.500-9	07		610.279,50	25/04/2001
423002 – Museu Regional Casa dos Ottoni	5341.00006.500-9	09		239.255,19	13/09/2000
423002 – Museu Victor Meirelles	8105.00241.500-4	13		64.242,04	01/01/2015
423002 – Museu Casa da Princesa	9535.00003.500-2	13		77.245,51	21/03/20
423002: Museu das Bandeiras	9377.000018.500-7			640.462,45	13/04/2009
423002: Museu da Abolição	2531.00658.500-3			1.155.054,93	05/09/2003
343015 – Museu Imperial	6001.03107.500-3			277.531,34	06/12/2013
343015 – Museu Imperial	6001.03111.500-5			255.000,00	06/12/2013
343015 – Museu Imperial	6001.03109.500-4			24.000,00	01/01/2003
343015 – Museu Imperial	5877.00077.500-6			441.781,59	21/07/2014
343015 – Museu Imperial	5877.00037.500-0			6.826.374,20	22/05/2015
343016 – Museu Histórico Nacional	6001.02421.500-8	07		21.386.637,37	26/12/2000
343017 – Museu Nacional de Belas Artes	6001.02377.500-0	03		89.080.101,33	17/12/2013
343018: Museu da República	6001.01864.500-4			207.161.877,26	20/12/2013
343018: Museu da República	6001.02025.500-5	07		5.634.002,84	30/06/2012
343019 – Museu da Inconfidência	4921.00122.500-8	13		420.808,83	23/06/2000
343019 – Museu da Inconfidência	4921.00123.500-3	13		1.871.803,44	23/06/2000
343020: Museu Lasar Segall	7107.01344.500-8	09		412.553,58	--
343020: Museu Lasar Segall	7107.01346.500-9			1.207.480,25	08/10/2010

343021 – Museu Villa Lobos	6001.01949.500-6			469.507,66	26/12/2000
343022 – Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya	6001.02648.500-2			42.176.747,54	06/01/2015
343022 – Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya	6001.02668.500-1			10.293.982,18	06/01/2015
343027: Museu de Biologia Professor Mello Leitão	5691.00132.500-0	13		4.013.000,00	29/08/2014
343027: Museu de Biologia Professor Mello Leitão	5691.00147.500-1	13		148.000,00	29/08/2014
343027: Museu de Biologia Professor Mello Leitão	5691.00133.500-5	13		276.000,00	29/08/2014
343027: Museu de Biologia Professor Mello Leitão	5691.00134.500-0	13		98.000,00	29/08/2014
343027: Museu de Biologia Professor Mello Leitão	5691.00147.500-1	13		98.000,00	29/08/2014
TOTAL DE IMÓVEIS: 32					

124.2.1 Gestões de Frota de veículos

O Instituto Brasileiro dos Museus dispõe apenas de 2 veículos (Fiat/Uno e vw/Paraty) que atende ao Museus das Bandeiras, no estado de Goiás, tendo seus gastos aproximado em R\$ 8.000,00, com fornecimento de combustível e manutenção.

124.2.2. Política destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerências obre veículos nessas condições

O Instituto Brasileiro de Museus não dispõe de veículos enquadrados nas condições de inservíveis ou fora de uso.

124.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

As Unidades Museológicas do Ibram contam com vários contratos em andamento, tendo eles como objeto a elaboração de projetos arquitetônicos e complementares, sejam para a execução de obras, seja para atividades voltadas à projetos museográficos e expográficos.

Os recursos financeiros variam entre aqueles provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento 2 – Cidades Históricas – PAC-CH, recursos oriundos do Fundo nacional de Cultura – FNC, recursos do Orçamento Geral da União OGU destinados ao Ibram. As unidades executoras também variam podendo estar a gestão sob a responsabilidade das Unidades Museológicas I, ou pelo Ibram Sede / DPGI, ou ainda especificamente no caso do PAC-CH sob a gestão do Iphan, responsável pelos recursos do Programa.

Dentre as obras cujas gestões estão mais vinculadas à Coordenação de Espaços Museais e Arquitetura – CEMA encontram-se as referenciadas abaixo, que foram objeto de contratação no exercício de 2016, quer seja para execução de restauro quer seja para elaboração de projetos e, que direta ou indiretamente, esta Coordenação está exercendo acompanhamento para apoio às instâncias responsáveis. Assim, segue a listagem deste rol de contratos sob acompanhamento conjunto pelo DPGI-Brasília e CEMA:

- Contrato nº **53/2016** relativo ao MCBC – Execução das Obras da Primeira Fase das Ações que visam a Restauração Integral do Museu Casa de Benjamim Constant – R\$2.117.468,95 (objeto de Ação Civil Pública – ACP);

- Contrato nº **55/2016** relativo ao MCBC – Serviços Técnicos de Engenharia e Arquitetura Consultiva de Supervisão, Fiscalização e Gerenciamento das Obras da Primeira Fase da Restauração Integral do Museu Casa de Benjamim Constant – R\$ 258.558,63;

- Contrato nº **54/2016** relativo ao MRC – Serviços Técnicos Especializados para Restauração integral do Museu Regional de Caeté – R\$ 2.424.617,11;

- Contrato nº **82/2016** relativo ao MRC – Serviços Técnicos em Engenharia e Arquitetura Consultiva de Supervisão, Fiscalização e Gerenciamento das Obras de Restauração Integral do Museu Regional de Caeté – R\$ 275.671,90;

- Contrato nº **88/2016** relativo ao MCHA – Serviços Técnicos Relativos à Elaboração de Levantamentos e Projetos para o Museu Casa Histórica de Alcântara/MA – R\$ 346.899,00;

- Contrato nº **84/2016** relativo ao MRSJDR – Serviços Técnicos Especializados para a Elaboração de Projeto Executivo de Instalações Elétricas, Telefônicas, de Lógica e Projeto Luminotécnico no Museu Regional de São João del-Rei – R\$ 29.940,00;

- Contrato nº **57/2016** relativo ao MCH – Item 1 – (integra o PAC-CH) R\$466.788,84;

- Contrato nº **56/2016** relativo ao MCH – Item 2 – R\$ 360.406,54.

124.2.4. Cessão de espaço físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

MUSEU LASAR SEGALL

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial:

Área para permissão qualificada de uso oneroso destinada à Cafeteria do MUSEU perfaz 58,1 m2 distribuídos da seguinte maneira: Cozinha 12,5 m2, Área externa 45,6 m2;

b) identificação dos cessionários:

Empresa Fernando Lopes da Silva 3555524778/63, inscrita no CNPJ 18.546.884.0001-40;

c) caracterização da cessão:

Permissão qualificada de uso oneroso;

i. forma de seleção do cessionário:

Certame Concorrência 01/2015;

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido:

Cafeteria do Museu Lasar Segall;

iii. prazo da cessão:

24 meses a partir de 30 de julho de 2015, podendo ser prorrogada;

iv. caracterização do espaço cedido:

Destinado a exploração comercial de produtos alimentícios, especialmente para atender o público frequentador do Museu;

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:

Aluguel mensal no valor de R\$ 405,05;

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos:

Recolhimento para Diretoria de Planejamento e Gestão Interna -IBRAM por GRU;

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial:

Não;

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC: Não.

Fonte/Responsável: Museu Lasar Segall

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial:

Espaço situado no térreo do imóvel denominado MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, localizado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

b) identificação dos cessionários:

Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM / MUSEU HISTÓRICO NACIONAL situado na Cidade do Rio de Janeiro, à Praça Marechal Âncora s/nº. – Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.898.596/0001-42 DELAINE RESTAURANTE LTDA, estabelecida na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, à Travessa do Comércio, nº. 20, Loja – 1º e 2º Pavimentos – Centro, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 08.585.097/0001-53;

c) caracterização da cessão:

Permissão Onerosa de Uso, a título Precário, de espaço;

i. forma de seleção do cessionário:

Procedimento licitatório na modalidade Convite nº. 001/2011;

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido:

O Espaço destina-se exclusivamente à exploração de uma CAFETERIA;

iii. prazo da cessão:

O prazo de utilização do espaço é de 36 (trinta e seis) meses, contados à partir da data da publicação do extrato, no Diário Oficial da União, prorrogáveis, por um período igual, ou seja, 36 (trinta e seis) meses, desde que haja interesse e conveniência da Administração, com base em laudo de avaliação a ser emitido pelo MUSEU HISTÓRICO NACIONAL/IBRAM;

iv. caracterização do espaço cedido:

Espaço com área total de 149 m² (cento e quarenta e nove metros quadrados), sendo a área da CAFETERIA de aproximadamente 134,00 m² (cento e trinta e quatro metros quadrados) e duas áreas destinadas a depósitos de aproximadamente 15,00 m² (quinze metros quadrados);

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:

A título de contrapartida, pela ocupação do espaço o MUSEU HISTÓRICO NACIONAL está recebendo o valor mensal de R\$ 1.950,00;

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos:

O pagamento do valor acima estabelecido é recolhido mensalmente na conta única do IBRAM, UG/GESTÃO 423001/42207 – DPGI/IBRAM, mediante Guia de Recolhimento da União – GRU, sendo por ele contabilizado;

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial:

As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica e de água, valores estimados, já estão inclusas na contrapartida;

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:

Os benefícios decorrentes da Cessão entram no orçamento de receitas próprias do IBRAM e é repassado ao Museu dentro da ação funcionamento de Museus.

Fonte/Responsável: Museu Histórico Nacional

MUSEU DE BIOLOGIA MELLO LEITÃO**a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial:**

Auditório e alojamentos;

b) identificação dos cessionários:

Comunidade e estudantes e pesquisadores;

c) caracterização da cessão:

Cessão precária de uso por períodos curtos, variando de um à vários dias;

i. forma de seleção do cessionário:

Por demanda direta do interessado que apresenta a justificativa para o pedido;

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido:

- reuniões, atividades de lazer, apresentação de produtos, treinamentos e outras;
- hospedagem para estudos, pesquisas, consulta à coleção e aula.

iii. prazo da cessão:

Períodos curtos, variando de 01 (auditório e alojamento) a 3 meses (alojamento);

iv. caracterização do espaço cedido:

- salão multiuso para até 180 pessoas, com cadeiras móveis, iluminação, equipamento de áudio e vídeo, palco;
- alojamentos – 3 casas mobiliadas com capacidade total para 27 ocupantes.

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:

- auditório – taxa variável em função da duração e utilização dos equipamentos de áudio e vídeo – R\$180,00 – 3 horas;
- alojamento – R\$ 10,00 (inteira) ou R\$ 5,00 (meia) por pernoite.

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos:

O recurso é recebido diretamente do usuário e recolhido pelo setor administrativo na conta única, através de GRU para a administração central do IBRAM. As informações constam de processo administrativo. Em 2015 foi recolhido um total de R\$ 3.075,00, correspondendo a – 332 diárias, sendo 157 meias e 175 inteiras (R\$ 2.535,00) e 3 cessões do auditório (R\$ 540,00);

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial:

Não se aplica;

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC:

Descentralização pela administração central, para finalidades não específicas, pela UG.

Fonte/Responsável: Museu de Biologia Mello Leitão

MUSEU IMPERIAL

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial:

cessão total do imóvel em edificação anexa ao Museu Imperial para exploração de uma Casa de Chá;
cessão total do espaço localizado no Palácio do Museu Imperial para exploração de uma Loja.

b) identificação dos cessionários:

- Em decorrência do certame licitatório, concorrência de nº 01/2013, a empresa Cafeteria Duetto's Ltda., CNPJ nº. 09.553.695/0001-03, representada pela Sra. Vanda Maria Martins Ramos, Carteira de Identidade 09.400.481-9, CPF 867.179.107-63, foi a vencedora para a exploração do imóvel denominado Casa de Chá;

- Em decorrência do certame licitatório, concorrência de nº 01/2015, a Sociedade de Amigos do Museu Imperial, CNPJ nº 36.441.236/0001-00, representada por seu diretor presidente, Miguel Pachá, carteira de identidade nº 803256148/IFP, CPF nº 015.272.747-72, foi a vencedora para a exploração do espaço denominado Loja.

c) caracterização da cessão:

i. forma de seleção do cessionário:

A seleção ocorreu na modalidade de licitação concorrência de nº. 01/2013, para a Casa de Chá e concorrência de nº 01/2015, para a Loja.

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido:

- A finalidade de uso do imóvel denominado Casa de Chá é a venda de lanches e bebidas, tais como: sanduíches, saladas, doces, frios, sucos, sorvetes, refrigerantes, água mineral, café, chá, chocolate, salgados, quiches, tortas salgadas ou doces e outras refeições rápidas, cujo funcionamento ocorre terça-feira, quarta-feira e domingo das 10h às 19h; de quinta-feira a sábado das 10h às 22h e, excepcionalmente, em tempo diverso, quando houver a realização de eventos especiais promovidos pelo Museu Imperial atende, na medida do possível, as conveniências dos usuários.

- A finalidade da loja é a exploração comercial para venda de artigos de souvenir, de produção própria ou sob a responsabilidade do cessionário. O horário de funcionamento é de 11h às 18h, inclusive, durante os finais de semana, feriados e, eventualmente, quando determinado pela Administração, após esse horário para o atendimento de evento específico.

iii. prazo da cessão:

- Em conformidade com o Termo nº. 01/2013, o prazo de vigência para utilização do espaço denominado Casa de Chá é de 60 (sessenta) meses, contados a partir de 01/01/2014.

- Nos termos do Contrato n.º 02/2015 o prazo de vigência para utilização do espaço denominado Loja é de 60 (sessenta) meses contados a partir de 25/05/2015.

iv. caracterização do espaço cedido:

- A Casa de Chá ocupa um espaço de 154,00 m² (cento e cinquenta e quatro metros quadrados), localizado em edificação anexa ao prédio da administração do Museu Imperial, localizado na Rua da Imperatriz, 220, Centro, Petrópolis.

- A loja é um espaço localizado na área interna do Palácio do Imperial, localizado na Rua da Imperatriz, 220, Centro, Petrópolis.

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido:

- Em conformidade com a cláusula segunda – contrapartida pelo uso do espaço/reajuste e obrigações do outorgado, do termo nº 01/2013 a título de contrapartida pela ocupação do espaço Casa de Chá, o valor mensal é de R\$ 2.469,35 (dois mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

- Nos termos da cláusula quinta – do pagamento, do contrato n.º 02/2015, a título de contrapartida pela ocupação do espaço denominado loja, o valor mensal é de R\$ 2.150,00 (dois mil, cento e cinquenta reais).

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos:

Os valores recebidos referentes à exploração da Casa de Chá e da Loja são depositados na Conta Única da União, Gestão 423001/42207, Código de Recolhimento: 28802-0.

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial.

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

Fonte/Responsável: Museu Imperial

MUSEU DA REPÚBLICA

Identificação dos imóveis		Identificação dos cessionários		Forma de seleção do cessionário	Prazo (meses)	Finalidade do uso do espaço
Uso	Área (m²)	Nome empresa	Cnpj			
Cinema	103	Arte vital exibições cinematográficas Ltda.	03.549.043/0001-28	Concorrência	36	Destinada à exploração comercial para a exibição de filmes de alta qualidade.
Bistrô	102,16	Quartet editora & comunicação Ltda. – epp	68.619.873/0001-10	Concorrência	36	Destina à exploração comercial para venda de sanduíches, sucos, pequenos pratos de salada,,etc.
Livraria	45,06	Lm comércio de livros er multimídia Ltda.	12.380928/0001-28	Concorrência	36	Destina à exploração comercial de venda de artigos de livros e publicações, suvenires de produção própria ou sob sua responsabilidade, de produtos com a marca do museu da república e de outros museus do ibram, impressos, cds, dvds, e outros.
Cafeteria	12	Quartet editora & comunicação Ltda. – epp	68.619.873/0001-10	Concorrência	36	Destina à comercialização de café, doces, lanches e afins.

Cessão do espaço.

Uso	Caracterização da cessão	Caracterização do espaço cedido	Benefícios	Tratament o contábil	Rateio dos gastos	Uso dos benefícios
-----	--------------------------	---------------------------------	------------	----------------------	-------------------	--------------------

(continua) Cinema	Permissão onerosa de uso	Uma sala para público com capacidade para 90 pessoas e um sanitário com banheiro masculino e feminino, uma sala de projeção e escritório.	Remuneratório	Recebimento através de gru	Xxxx	50% do valor total retorna na fonte 250 e o recurso é aplicado na manutenção do museu
(continua) Bistrô	Permissão onerosa de uso	É composto de um bistrô contendo 8 mesas pequenas e 2 grandes e 40 cadeiras com capacidade de aproximadamente 50 pessoas.	Remuneratório	Recebimento através de gru	Xxxx	50% do valor total retorna na fonte 250 e o recurso é aplicado na manutenção do museu
(continua) Livraria	Permissão onerosa de uso	É composta de uma sala com capacidade de aproximadamente 20 pessoas.	Remuneratório	Recebimento através de gru	Xxxx	50% do valor total retorna na fonte 250 e o recurso é aplicado na manutenção do museu
(continua) Cafeteria	Permissão onerosa de uso	É composto de um quiosque contendo 8 mesas e 24 cadeiras com capacidade aproximadamente 30 pessoas.	Remuneratório	Recebimento através de gru	Xxxx	50% do valor total retorna na fonte 250 e o recurso é aplicado na manutenção do museu

Fonte/Responsável: Museu da República

124.2.7 Informação sobre imóveis locados de terceiros

Quadro 30. Informação sobre imóveis locados de terceiros

Localização Geográfica	Quantidade De Imóveis Locados De Terceiros De UJ		
	Valor Mensal	Exercício 2016	Exercício 2015
Uf Distrito Federal Sede – Ibram – Brasília	R\$ 395.928,95	01	01
Uf Espírito Santo Museu De Biologia Melo Leitão – Santa Teresa	R\$ 3.600,00	01	--
Uf Santa Catarina Museu Victor Meirelles	R\$ 14.600,00	01	
Total	R\$ 414.128,95	03	01

• Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

Não há imóveis funcionais da União sob responsabilidade do Ibram.

• Análise crítica

Em síntese, o Ibram administra 29 museus que ocupam uma área de 913.241,54 m², sendo 81.971,98 m² de área construída. Este conjunto é composto por 99 edificações dentre

edifícios (73) e edículas (23), incluindo jardins históricos, espaços verdes, áreas de proteção ambiental e matas nativas.

Com a sanção da Lei nº 12.954/14, o Museu de Biologia Professor Mello Leitão passou a integrar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com a denominação de Instituto Nacional da Mata Atlântica, tendo o seu processo de transferência finalizado em 2016.

Ressalta-se que, quando da criação do Ibram, conforme previsto na Lei 11.906/2009 em seus Arts. 8º e 9º, os imóveis deveriam ser integrados de ofício ao patrimônio do órgão. Porém, identificou-se que a maioria desses imóveis ainda encontravam-se cadastrados no Sistema de Patrimônio da União:SPIUNET na antiga gestão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – 40401. Desde então o Ibram vem se esforçando juntamente com Secretaria de Patrimônio da União:SPU e a Secretaria do Tesouro Nacional- STN para concluir a transferência desses imóveis no SPIUNET, para a gestão 42207:Ibram. Assim, como resultado desses esforços, em 23/08/2013, foi realizada a transferência de gestão (de 40401 para 42207) pela Secretaria de Patrimônio da União, no SPIUNET, dos imóveis que estavam cadastrados, naquela data, nas antigas Unidades Gestoras Executoras do Iphan (343015, 343016, 343017, 343018, 343019, 343020, 343021, 343022 e 343027), que tiveram sua execução transferida ao Ibram em virtude da Lei 11.906/2009. Essas Unidades Gestoras Executoras, hoje pertencentes à gestão 42207: Ibram são responsáveis pelas atualizações no SPIUNET dos seus imóveis com os respectivos RIPs (Registro Imobiliário Patrimonial), além da UG 423002, responsável pelas atualizações do imóvel locado da Sede do Ibram (RIP 9701.32712.500-6).

Cabe esclarecer, entretanto, que aqueles imóveis que não estavam cadastrados no Iphan nas unidades gestoras mencionadas acima não participaram deste processo de transferência de gestão no SPIUNET. A grande maioria desses imóveis encontra-se hoje sob a responsabilidade das Unidades Gestoras de Controle do Ibram.

No sentido de regularizar o registro desses imóveis, foram expedidos ofícios (Ofício nº 407/2011/PRES/IBRAM, Ofício nº 236/2013/DPGI/IBRAM e Ofício nº 07/2014/DPGI/IBRAM) ao Iphan, solicitando a transferência via SPIUNET para as UG's/Gestão do Ibram, porém não se obteve êxito nas respostas. Reiterando tal solicitação, foram expedidas novas comunicações (Ofícios de números 739,740,741,742,743,744,745,746/2014/PRES/IBRAM, de 29 de dezembro de 2014).

Nos exercícios de 2015 e 2016, como resposta aos ofícios mencionados, o Iphan procedeu com a transferência, via SPIUNET, de alguns dos imóveis que encontravam-se em sua gestão, como o imóvel do Museu das Bandeiras e Museu da Abolição restando ainda, os imóveis referentes ao Museu Casa Histórica de Alcântara, Museu Socioambiental de Itaipu, Museu Casa de Benjamin Constant, Museu Forte Defensor Perpétuo, Museu das Missões, Museu Solar Monjardin, Palácio Rio Negro: pertence ao Museu República, e apartamento pertencente ao Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya.

Em 2016, o imóvel da Casa Borba Gato em Minas Gerais, que se encontrava cadastrado no SPIUNET na gestão do Ministério da Cultura foi transferido para a gestão IBRAM.

Destaca-se que atualmente, ainda encontram-se pendentes de regularização/transferência 12 imóveis, dos quais 8 deles pertenciam ao Iphan e deveriam ter sido transferidos de ofício ao IBRAM com a publicação da Lei 11.906/2009. E ainda 04 imóveis, cujo processo de incorporação encontra-se em andamento, quais sejam, imóvel cedido pela SPU/MG para abrigar a Representação IBRAM/MG, as salas que abrigam a Representação IBRAM/RJ: Palácio Gustavo Capanema, o imóvel cedido pelo Estado do Rio de Janeiro para Museu Histórico Nacional: Anexo Museu Histórico Nacional, e imóvel locado de terceiros que abriga o Museu Victor Meirelles.

Concluindo, do total das 44 edificações/imóveis o órgão possui atualmente 32 imóveis devidamente cadastrados no SPIUNET na gestão do Ibram, e 12 imóveis pendentes de incorporação/transferência. Desses imóveis pendentes, 02 estão cadastrados no SPIUNET com seus respectivos RIP's na gestão de outros órgãos (Representação MG e Museu Casa Histórica de Alcântara) e se encontram em processo de transferência para a gestão do Ibram no Sistema de Patrimônio da União. Restando ainda 10 imóveis dos quais não se obteve informações sobre os registros no Sistema de Patrimônio da União. Estes imóveis encontram-se localizados em três estados brasileiros e o Ibram está trabalhando no sentido de identificar se os mesmos encontram-se ou não cadastrados no SPIUNET, seja na antiga gestão do Iphan, ou na gestão de outro órgão. Identificando o registro desses imóveis serão tomadas providências para que o Iphan e a Secretaria de Patrimônio da União procedam com a transferência dos mesmos no Sistema para a gestão 42207:Ibram.

Cabe expor, entretanto, a peculiaridade e complexidade da documentação dos bens imóveis do Ibram, que tem seu patrimônio imobiliário constituído por unidades museológicas. O órgão obteve acesso a algumas escrituras e certidões dos imóveis, ocasião

em que foi identificada a diversidade da documentação de cada um, visto que existem alguns imóveis do Ministério da Cultura e do Iphan, outros da União, da Delegacia Regional do Trabalho de Minas, do Pró-Memória/Ministério da Educação, e ainda algumas escrituras com cláusula de comodato para posterior doação, outras de usufruto, de inalienabilidade e ainda cláusula de indivisibilidade do imóvel e do acervo de biblioteca, outras com cláusula de cessão para outros órgãos e ainda unidades (museus) que funcionam em imóveis cedidos por outro órgão.

Numa tentativa de regularizar os bens imóveis que estão sem informação de cadastro no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, a Diretoria de Planejamento e Gestão Interna, por intermédio de suas Coordenações de Recursos Logísticos e Licitações e de Orçamento, Finanças e Contabilidade iniciaram um processo de regularização de cinco museus (Museu Socioambiental de Itaipu, Museu Casa de Benjamin Constant, Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty, Museu da Missões e Museu Solar Monjardin), por determinação do Memorando Circular nº 8 /DPGI/2014, de 07 de outubro de 2014. Nesse sentido, foi solicitado que essas unidades museológicas obtivessem Certidão de Ônus Real do Imóvel (com endereço completo do museu, área do terreno, área construída e valor do bem) junto ao cartório da localidade do imóvel; bem como outros documentos de registro, tais como: escritura do imóvel, se houver, e IPTU. Em que pesem os esforços, essa ação não logrou o êxito desejado pelas particularidades de cada museu, assim como pela insuficiência de servidores para conduzir essa atribuição.

124.3. Gestão da Tecnologia da Informação

124.3.1 Principais sistemas de informações

Quadro 31. Principais sistemas de informações

Sistema (sigla e nome)	Objetivos	Principais Funcionalidades	Área de TI responsável	Área Requisitante
SAD (Sistema de Avaliação de Desempenho)	Este sistema auxilia no processo de gestão da avaliação de desempenho para gratificação de atividades culturais:GDAC.	1. Permite a avaliação de desempenho pela chefia, autoavaliação e avaliação por pares. 2. Cadastro de servidores vindos do SIAPE. 3. Cadastro e gestão de metas de desempenho individuais. 4. Apuração e relatórios de desempenho obtidos. 5. Avaliação em diferentes ciclos de gestão	Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF	Coordenação de Gestão de Pessoas - CGP
PONTO	Sistema que permite o registro de entrada e saída dos servidores do Ibram para controle de ponto eletrônico.	1. Registra entrada e saída 2. Controle de validação por endereçamento IP das máquinas autorizadas 3. Relatório de horários e consolidados mensais	Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF	Coordenação de Gestão de Pessoas - CGP
Cadastro de Bens Musealizados Desaparecidos	Sistema que realiza o cadastro de bens musealizados desaparecidos para publicidade do ocorrido.	1. Permite o cadastro de bens incluindo diversas informações (inclusive imagens). 2. Pesquisa disponível ao público para informações de bens culturais desaparecidos.	Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF	Departamento de Processos Museais - DPMUS
Semana de Museus	Sistema que realiza o registro de inscrições de museus e eventos que participam das campanhas de semanas de museus, ex: 11a semana de museus.	1. Permite que diversas instituições cadastrem eventos participantes da semana e/ou primavera de Museus. 2. Auxilia à área de negócio a confeccionar o Guia da Programação 3. Consulta disponível ao público para pesquisa dos eventos registrados	Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF	Departamento de Financiamento e Fomento a Museus - DDFEM

FNM (Fórum Nacional de Museus)	Este sistema registra as inscrições para o evento bienal chamado Fórum Nacional de Museus	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permite a configuração de diversos eventos oferecidos no Fórum Nacional de Museus. 2. Permite o público interno e externo à instituição, inscrições para os mais diversos eventos registrados, controlando o número máximo de participantes por sala/auditório e limite de inscrições. 	Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF	Departamento de Financiamento e Fomento a Museus - DDFEM
SGI (Sistema de Gestão de Informações)	Constitui objeto 100 licenças de sistemas de informação documental para gerência e controle de processos, documentos e arquivos incluindo customização, manutenção evolutiva e treinamento.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permite o cadastro e o rastreamento de documentos na instituição. 2. Permite o envio de documentos digitais e controle de fluxo de tramitação. 3. Relatórios de produtividade e tempo dos trâmites processuais 	Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF	Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal - CGSIM
Site Institucional:IBRAM	Ferramenta de comunicação do órgão com a sociedade. Publicação de notícias sobre museologia e ações realizadas pelo instituto.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permite a autonomia à ASCOM de registro de páginas, notícias, agendas, eventos e outros instrumentos voltados à comunicação institucional. 2. Criado como modelo institucional aplicado à outras instituições vinculadas (Museus). 	Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF	Assessoria de Comunicação - ASCOM
Site Museus	Plataforma de divulgação das ações das unidades museológicas através de portal institucional personalizado para cada unidade.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permite autonomia aos Museus para geração de conteúdo voltados à comunicação institucional. 	Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF	Unidades Museológicas do Ibram

124.3.2 Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

A seguir resumo dos objetivos estratégicos e das necessidades de TI alinhadas aos objetivos da instituição e da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação realizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os objetivos e iniciativas estratégicas do IBRAM, descritos abaixo, foram divididas em 5 grandes dimensões afim de facilitar a gestão e o acompanhamento de metas. Abaixo a lista dos objetivos estratégicos em cada uma dessas dimensões.

PRESERVAÇÃO, DIFUSÃO E ACESSO

ID	Objetivo Estratégico
OE1	Promover e difundir o patrimônio museológico brasileiro nacionalmente e internacionalmente
OE2	Desenvolver as potencialidades econômicas do campo museal
OE3	Preservar e ampliar o patrimônio museológico brasileiro
OE4	Democratizar e ampliar o acesso ao patrimônio museológico

FUNÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E PESQUISA

ID	Objetivo Estratégico
OE5	Promover a função social e educativa dos museus
OE6	Fomentar a produção e a circulação do conhecimento e informações do campo museal
OE7	Estimular o surgimento e desenvolvimento de iniciativas de memória social
OE8	Promover a capacitação de gestores e agentes do campo museal

PLANEJAMENTO E GESTÃO DO SETOR

ID	Objetivo Estratégico
OE9	Consolidar a política nacional de museus e seus instrumentos
OE10	Consolidar articulações institucionais e parcerias intersetoriais
OE11	Estimular a modernização da gestão dos museus

REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

ID	Objetivo Estratégico
OE12	Aperfeiçoar o marco regulatório
OE13	Aperfeiçoar os processos de monitoramento e fiscalização

GOVERNANÇA INTERNA

ID	Objetivo Estratégico
OE14	Adequar a estrutura organizacional à estratégia
OE15	Aperfeiçoar mecanismos de gestão Gestão Estratégica Gestão de Processos Gestão de Projetos Gestão Orçamentária
OE16	Promover a integração de sistemas de informação
OE17	Implantar a gestão do conhecimento
OE18	Promover a integração, comunicação e sinergia entre as unidades

PESSOAS

ID	Objetivo Estratégico
OE19	Estruturar e valorizar o quadro de pessoal
OE20	Desenvolver as competências necessárias

A EGTI 2013-2015 define os seguintes objetivos estratégicos:

ID	Objetivo Estratégico
MP1	Aprimorar a gestão de pessoas de TI
MP2	Aperfeiçoar a gestão orçamentária de TI
MP3	Aperfeiçoar a governança de TI
MP4	Alcançar a efetividade na gestão de TI
MP5	Fomentar a adoção de padrões tecnológicos e Soluções de TI
MP6	Garantir a Segurança da Informação e Comunicações
MP7	Fortalecer a integração e a comunicação institucional do SISP
MP8	Promover a Gestão de Conhecimento do SISP
MP9	Melhorar continuamente a prestação de serviços e a transparência de informações à sociedade.

Necessidades registradas no PDTI e alinhamento estratégico

Necessidades de informação			Área Demandante				
Id	Descrição da Necessidade	Estratégia Relacionada	DPMUS	DDFEM	CGSIM	DPGI	GAB
NI1	Mapear informações dos Pontos de Memória e georreferenciar dados dos museus mapeados no CNM e dos Pontos de Memória	OE7	•				
NI2	Acompanhar as notificações enviadas pela Receita Federal – Sistema de acompanhamento das destinações	OE3	•				
NI3	Cadastrar voluntários da força-tarefa para situações de emergência: Gestão de Riscos	OE3	•				
NI4	Catalogar arquivos iconográficos e desenhos técnicos dos museus	OE3	•				
NI5	Controlar a visitação nos museus vinculados ao IBRAM		•				
NI6	Gerir informações de fomento e financiamento do campo museal	OE6		•			

NI7	Integração do Sistema de Inscrição de Eventos (Semana Nacional de Museus e Primavera de Museus) com o Cadastro Nacional de Museus	OE1						
NI8	Sistema para controle de patrimônio e almoxarifado	OE15, OE16						
NI9	Gerenciar informações a respeito do controle e utilização de telefonia móvel e fixa no âmbito do IBRAM	OE15, OE16						
NI10	Diagnóstico de conservação e segurança de acervos museais	OE3						
NI11	Cadastro Nacional de Museus e Registro de Museus:Coletar, processar e compartilhar informações sobre as características, atividades e serviços dos museus brasileiros e gerir as informações de formalização da criação, fusão e extinção das instituições museológicas.	OE3, OE4						
NI12	Exposições Brasileiras:Coletar e registrar as informações sobre público de exposições temporárias realizadas no Brasil	OE3, OE4						
NI13	Gestão Integrada de Acervos Bibliográficos:Integrar as bibliotecas do IBRAM e prover o armazenamento e recuperação das informações digitais de seus títulos de forma adequada contribuindo assim para a preservação da memória institucional.	OE3						
NI14	Acervo em Rede:Criar uma plataforma unificada e integrada de acervos favorecendo a interação entre as instituições participantes do programa e a disseminação e democratização do acesso do cidadão ao patrimônio museológico brasileiro.	OE1, OE3, OE4						

NI15	Realizar a Gestão Documental para garantir a organização, segurança, recuperação, preservação e acesso às informações produzidas e recebidas pela Administração Central do IBRAM e suas Unidades Museológicas	OE18, OE17				•	•	
NI16	Rede de Arquivos e Bibliotecas: Estabelecer padrões de excelência de preservação e divulgação dos acervos bibliográficos e arquivísticos dos museus e de mecanismos de interligação entre os atores nacionais da área da Biblioteconomia e Arquivologia.	OE1, OE3, OE17, OE18				•		
NI17	Arquivo Histórico: Criar mecanismos para gestão de fundos e coleções do IBRAM.	OE3				•		
NI18	Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados: catalogar e gerir a inserção periódica de dados sobre os bens culturais que integram os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico dos museus brasileiros	OE1, OE3, OE4	•			•		
NI19	Sistema para gestão de pessoas	OE15, OE16, OE18					•	
NI20	Gestão e controle de capacitação de servidores	OE16, OE19, OE20					•	
NI21	Sistema para controle e gestão da remoção interna entre unidades e/ou departamentos	OE16, OE18					•	
NI22	Sistematizar o processo de avaliação de estágio probatório	OE16, OE18					•	
NI23	Gestão de frequência e ponto eletrônico no âmbito do IBRAM	OE16, OE18					•	

ID	Descrição da Necessidade	Alinhamento Estratégico IBRAM	Alinhamento Estratégico SISP
N1	Prover a segurança da informação	OE16	EGTI-6
N2	Realizar a governança de TI	OE10, OE11, OE15, OE18	EGTI-4
N3	Prover serviços de suporte técnico e de infraestrutura	OE1, OE16	-

N4	Manter os serviços de comunicação	OE16, OE18	-
N5	Prover serviços de impressão e digitalização	OE16, OE18	-
N6	Manter atualizado o parque computacional	OE11, OE16	-
N7	Prover a infraestrutura de rede e capacidade de TI	OE16, OE18	-
N8	Prover licenciamento e soluções de software	OE1, OE6, OE11, OE15, OE16	-
N9	Capacitar servidores em gestão de TI	OE19, OE20	EGTI-1, EGTI-6
N10	Implantar e evoluir sistemas administrativos de apoio à gestão interna do IBRAM	OE1, OE6, OE11, OE15, OE16, OE17, OE18, OE19, OE20	-
N11	Implantar e evoluir sistemas corporativos	OE1, OE3, OE4, OE6, OE8, OE9, OE17, OE18	-
N12	Sustentar e evoluir sítios de internet e intranet do IBRAM e Museus vinculados	OE1, OE16, OE18	-

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê de Tecnologia da Informação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, foi instituído pela portaria nº 198 de 06 de junho de 2013. Em sua composição, temos os seguintes membros:

I: Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI;

II: Diretor do Departamento de Processos Museais – DPMUS;

III: Diretor do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus – DDFEM;

IV: Chefe de Gabinete;

V: Coordenador da Coordenação Geral de Sistemas de Informações Museais – CGSIM;

VI: Coordenador da Coordenação de Tecnologia da Informação, que atuará como Representante do Ibram nos Fóruns de Tecnologia da Informação e Comunicações do Governo Federal.

O comitê de TI já se reuniu em duas ocasiões:

1. Primeira reunião para instituição e apresentação do comitê (**16/07/2013**).

2. Segunda reunião para aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI do biênio 2014-2015 (**15/12/2014**).

Ocorreram também as seguintes deliberações por parte deste comitê:

1. Aprovação para elaboração do PDTI 2014-2015 e definição da equipe responsável (**Portaria 34 de 15 de outubro de 2013**).

2. Aprovação do PDTI 2014-2015 (**Portaria 450 de 16 de dezembro de 2014**).

3. Prorrogação do prazo de validade do PDTI biênio 2014-2015 para execução no ano de 2016 (**Portaria 26 de 29 de janeiro de 2016**).

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Vide Item 124.3.1

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

O Instituto Brasileiro de Museus ainda não dispõe sobre um plano de capacitação específica para a área de TI.

Abaixo uma lista de eventos de treinamentos, workshops e palestras realizadas por servidores do órgão:

1. Capacitação de Gestores de Tecnologia da Informação:ENAP
2. Controle interno, gestão de riscos e governança de TIC no Governo – ISACA/TCU

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Tipo da Força de Trabalho	Quantitativo
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade	2
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	0
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	2
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	0
Terceirizados	0
Estagiários	1
TOTAL	5

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

O órgão iniciou, através do contrato nº 14/2015, com o objetivo de prestação de serviços de suporte tecnológico ao ambiente de infraestrutura do Ibram, a implantação da gerencia de serviços com base no modelo de gestão de serviços ITIL.

Nesta implantação, ainda gradativa devido ao tamanho reduzido da equipe de servidores além da necessidade de um amadurecimento na gestão de serviços de TI pela instituição, os seguintes processos já demonstram as seguintes situações:

Processos de Gerenciamento de Serviços	Estágio
Gerenciamento de incidentes	Implantado
Gerenciamento de problemas	Inicial
Gerenciamento de níveis de serviço	Implantado
Gerenciamento de liberação e implantação	Não implantado
Gerenciamento da configuração e ativos	Inicial
Gerenciamento de mudanças	Inicial
Gerenciamento do catálogo de serviços	Inicial (apenas de uso da TI)

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Abaixo, a lista dos principais projetos desenvolvidos pela Coordenação de Tecnologia da Informação no período.

Descrição do Projeto	Atende a qual objetivo do PDTI	Resultados esperados	Prazos	Orçamento	Valor Contratado
Serviços de reprodução de documentos (Outsourcing de impressão)	N5 (OE16, OE18)	Permitir a impressão e cópia de documentos no Ibram e suas unidades vinculadas. Auxiliar na digitalização de documentos administrativos e museológicos.	8 meses	R\$ 4.073.232,00	R\$ 2.642.558,76
* Serviços de telefonia fixa comutada para as unidades museológicas do IBRAM	N4 (OE16, OE18)	Assegurar as atividades institucionais do Ibram através da comunicação por voz.	18 meses	R\$ 405.000,00	R\$ 149.976,00
Serviços de acesso à rede mundial de computadores (Internet) através de conexão dedicada para as unidades museológicas do IBRAM	N4 (OE16, OE18)	Assegurar as comunicações internas e externas desta autarquia, manter o acesso aos sistemas e serviços governamentais disponibilizados na Internet (SiapeNet, SifNet, ComprasNet, etc), oportunizar racionalização e redução dos custos em comunicação, deslocamento, impressão, etc	14 meses	R\$ 848.317,00	R\$ 512.187,72

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Com a assinatura do contrato nº 14/2015, que tem por objetivo a prestação de serviços de suporte tecnológico ao ambiente de infraestrutura do IBRAM, criamos também mecanismos de gestão e controles contratuais para minimizar o impacto na transição contratual e com isto diminuí também a dependência técnica da terceirizada. Alguns controles exigidos em contrato:

1. Criação e manutenção de scripts e procedimentos técnicos operacionais
2. Criação e manutenção de uma base de conhecimento incluindo além dos procedimentos, os problemas mais conhecidos.
3. Cláusulas que exigem a transferência de conhecimento para a contratante.
4. Acompanhamento da execução contratual por 2 servidores da área.

124.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Os critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações e contratos levam em apreço os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.

No Ibram sede, as torneiras são automáticas e ainda existe um sistema composto por braçadeiras que diminuí ainda mais o fluxo de água em todo o prédio. Os gastos com energia elétrica foram reduzidos devido ao desligamento de várias lâmpadas nas salas e garagens de todo o edifício. O desligamento das lâmpadas, em torno de 50%, verificou-se os efeitos sobre a luminosidade dos ambientes. Já o desligamento dos elevadores em determinados períodos, uma das medidas previstas para a redução de consumo, não foi possível pois as empresas responsáveis pela manutenção não recomendaram essa ação.

Em conjunto com a Previc, o Ibram adotou medidas para racionalizar o consumo de energia elétrica e água em nosso edifício sede, a saber: desligamento das lâmpadas nas garagens, permanecendo acessas as localizadas sobre a pista de rolamento; desligamento de uma em cada quatro lâmpadas nos andares de escritório; aproveitamento da água quando da lavagem de caixas de água para lavagem das garagens; revisão da periodicidade da lavagem das garagens; campanha de conscientização sobre o uso racional dos elevadores.

Uma das etapas do Plano de Gestão e Logística Sustentável (PLS) do Ibram reduziu a quantidade de impressoras na sede do instituto. Etapas anteriores do PLS, executadas pela Coordenação de Tecnologia da Informação (CTINF), já trouxeram uma

considerável economia. Além da utilização da função imprimir em frente e verso, a CTINF realizou melhorias na gestão do contrato de impressões, aplicando efetivamente multas por descumprimento dos níveis de serviço.

Análise crítica

Para implantar a A3P existem alguns caminhos a serem percorridos. O Ministério do Meio Ambiente – MMA – lançou, por meio da Portaria N° 221 de 14 de setembro de 2004, um manual para implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública. O manual foi produzido pela Comissão Gestora da A3P no MMA, cujas atividades se encontram atualmente sob coordenação da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Cabe a cada instituição desenvolver a sua própria agenda ambiental, adequada às suas características, peculiaridades e atividades e a seu porte e direcionamento estratégico.

O Ibram já deu início à conscientização de seus colaboradores, lançando campanhas Sustentáveis. As campanhas visam ser instrumentos capazes de difundir o conceito de sustentabilidade, enquanto prática diária, entre os servidores do Instituto, cujo engajamento e esforços são fundamentais para que o mesmo atinja seus objetivos no que diz respeito a um futuro sustentável.

Deve-se reconhecer que a adoção de uma Agenda Ambiental implicará na geração de economia dos recursos naturais e institucionais, levando a uma redução de despesas da própria instituição. Assim, o comprometimento e o efetivo envolvimento dos dirigentes e colaboradores são fundamentais para garantir o sucesso na implantação da A3P. Para tanto, é importante definir uma política ambiental e estratégias para a instituição. Importante também é o envolvimento de todos os seus setores, buscando a comunicação permanente entre eles, demonstrando que a agenda ambiental está inserida entre as prioridades da instituição.

124.5 GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

Não se aplica.

90. ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1. Demonstrações contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 20/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO:TODOS OS
O	ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	42207:INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS:AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000:MINISTERIO DA CULTURA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	5.141.024,84	5.382.949,82	Despesas Orçamentárias	168.494.494,33	154.854.047,79
Ordinárias	794.833,44	600.341,14	Ordinárias	140.245.883,41	139.539.869,57
Vinculadas	4.352.191,40	4.782.738,68	Vinculadas	28.248.610,92	15.314.178,22
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.352.191,40	4.782.738,68	Seguridade Social (Exceto RGPS)	7.944.300,00	4.675.772,76
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-6.000,00	-130,00	Operação de Crédito		3.331.845,64
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	15.238.283,97	3.659.089,42
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	5.066.026,95	3.647.470,40
Transferências Financeiras Recebidas	318.310.085,98	282.897.171,20	Transferências Financeiras Concedidas	162.723.108,42	143.254.899,88
Resultantes da Execução Orçamentária	271.159.535,14	251.331.501,62	Resultantes da Execução Orçamentária	138.469.289,38	126.908.327,89
Repasse Recebido	133.364.630,37	125.043.587,32	Repasse Concedido	674.384,61	620.413,59
Sub-repasse Recebido	137.794.904,77	126.287.914,30	Sub-repasse Concedido	137.794.904,77	126.287.914,30
Independentes da Execução Orçamentária	47.150.550,84	31.565.669,58	Independentes da Execução Orçamentária	24.253.819,04	16.346.571,99
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	47.122.558,08	31.534.367,83	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	23.446.985,60	15.746.230,85
Movimentação de Saldos Patrimoniais	27.992,76	31.301,75	Movimento de Saldos Patrimoniais	806.833,44	600.341,14
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	29.025.688,77	25.906.179,08	Despesas Extraorçamentárias	22.132.495,49	14.587.434,87
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	191.911,98	110.955,79	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	102.178,56	745,99
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	28.774.900,25	25.547.904,35	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	22.002.855,82	14.343.020,75
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	47.706,01	220.186,71	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	27.461,11	243.284,13
Outros Recebimentos Extraorçamentários	11.170,53	27.132,23	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	384,00
Ordens Bancárias não Sacadas:Cartão de Pagamento	5.170,53		Ordens Bancárias Sacadas:Cartão de Pagamento		384,00
Restituições a Pagar	6.000,00				
Demais Recebimentos		27.132,23			

Saldo do Exercício Anterior	4.724.457,58	3.234.540,02	Saldo para o Exercício Seguinte	3.851.158,93	4.724.457,58
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.724.457,58	3.234.540,02	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.851.158,93	4.724.457,58
TOTAL	357.201.257,17	317.420.840,12	TOTAL	357.201.257,17	317.420.840,12



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO	PERÍODO
2016	Anual

SUBTITULO 42207:INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS:AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 42000:MINISTERIO DA CULTURA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	4.940.716,00	4.940.716,00	5.141.024,84	200.308,84
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	521.461,00	521.461,00	505.889,30	-15.571,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	502.140,00	502.140,00	502.549,30	409,30
Valores Mobiliários	13.821,00	13.821,00	-	-13.821,00
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	5.500,00	5.500,00	3.340,00	-2.160,00
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	4.419.255,00	4.419.255,00	3.812.427,19	-606.827,81
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.419.255,00	4.419.255,00	3.812.427,19	-606.827,81
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	822.708,35	822.708,35
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	558,22	558,22
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	794.759,57	794.759,57
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	27.390,56	27.390,56
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-

Operações de Crédito:Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito:Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

EMISSÃO 20/02/2017 PAGINA 2

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	42207:INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS:AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000:MINISTERIO DA CULTURA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	
Resultado do Banco Central do Brasil	:	:	:	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	:	:	:	
Demais Receitas de Capital	-	-	-	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.940.716,00	4.940.716,00	5.141.024,84	200.308,84
REFINANCIAMENTO	-	-	-	
Operações de Crédito:Mercado Interno	:	:	:	
Mobiliária	-	-	-	
Contratual	:	:	:	
Operações de Crédito:Mercado Externo	-	-	-	
Mobiliária	:	:	:	
Contratual	-	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.940.716,00	4.940.716,00	5.141.024,84	200.308,84
DÉFICIT			163.353.469,49	163.353.469,49
TOTAL	4.940.716,00	4.940.716,00	168.494.494,33	163.553.778,33
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	14.091.741,00	14.091.741,00	
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	:	14.091.741,00	14.091.741,00	
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	:	-	-	
Créditos Cancelados Líquidos	:	-	-	
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	139.754.435,00	183.251.558,00	164.920.556,97	138.949.947,48	138.758.035,50	18.331.001,03
Pessoal e Encargos Sociais	68.448.117,00	70.014.505,00	67.647.066,70	67.647.066,70	67.647.066,70	2.367.438,30
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	71.306.318,00	113.237.053,00	97.273.490,27	71.302.880,78	71.110.968,80	15.963.562,73
DESPESAS DE CAPITAL	5.671.546,00	3.100.027,00	3.573.937,36	769.646,60	769.646,60	-473.910,36
Investimentos	5.671.546,00	3.100.027,00	3.573.937,36	769.646,60	769.646,60	-473.910,36
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-

RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	145.425.981,00	186.351.585,00	168.494.494,33	139.719.594,08	139.527.682,10	17.857.090,67
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:TODOS OS ORÇAMENTOS

EXERCICIO
2016

PERIODO
Anual

EMISSAO
20/02/2017

PAGINA
3

SUBTÍTULO	42207:INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS:AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000:MINISTERIO DA CULTURA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTACÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	145.425.981,00	186.351.585,00	168.494.494,33	139.719.594,08	139.527.682,10	17.857.090,67
TOTAL	145.425.981,00	186.351.585,00	168.494.494,33	139.719.594,08	139.527.682,10	17.857.090,67

ANEXO 1:DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	9.910.873,11	22.690.035,16	19.616.257,53	19.601.277,13	8.171.447,59	4.828.183,55
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.910.873,11	22.690.035,16	19.616.257,53	19.601.277,13	8.171.447,59	4.828.183,55
DESPESAS DE CAPITAL	522.576,82	2.857.869,19	2.401.578,69	2.401.578,69	382.880,23	595.987,09
Investimentos	522.576,82	2.857.869,19	2.401.578,69	2.401.578,69	382.880,23	595.987,09
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10.433.449,93	25.547.904,35	22.017.836,22	22.002.855,82	8.554.327,82	5.424.170,64

ANEXO 2:DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	117.084,79	102.178,56	7.094,83	7.811,40
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	117.084,79	102.178,56	7.094,83	7.811,40
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	117.084,79	102.178,56	7.094,83	7.811,40

92. RELATÓRIO E/OU PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

PARECER Nº 01/2017/AUDIN/PRES/IBRAM, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Trata-se do Parecer da Auditoria Interna do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, parte integrante do Relatório de Gestão do Exercício de 2016.

I – INTRODUÇÃO

O Presente Parecer tem o objetivo de atender ao § 6º, art. 15 do Decreto nº 3.591/2000, ao item I, Art. 8º da Decisão Normativa 154 do TCU 2016, como parte integrante do Relatório de Gestão do Ibram, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, obedecendo ao padrão exigido pelas normas expedidas pelo Tribunal de Contas da União.

Nesse sentido, a auditoria interna, em atendimento à legislação supramencionada, vem informar que as peças complementares que compõem o Processo de Contas desta autarquia encontram-se de acordo com a padronização exigida pelas normas expedidas pelo Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral da União.

Assim, em atendimento ao item 11 do documento “Orientações para elaboração do conteúdo do item “Relatório e/ou parecer da unidade de Auditoria Interna” disponibilizado no sistema e-Contas do TCU, apresentamos os itens a seguir:

a) Avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da unidade identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos inerentes aos processos relevantes da unidade.

A Auditoria Interna avalia razoavelmente satisfatória a capacidade do Ibram de identificar, evitar e corrigir falhas e minimizar riscos inerentes aos processos relevantes. Destaca-se que o reduzido quadro de servidores devido ao alto índice de evasão para outros concursos, que resulta num acúmulo de atividades por parte dos funcionários tanto no Ibram Sede, quanto nos Museus, tal situação representa risco de fragilizar os controles internos da unidade.

No entanto, percebe-se um esforço e melhorias nas unidades quanto às ações preventivas de controle a partir das recomendações e orientações desta auditoria, aliada à satisfação dos gestores pelo trabalho preventivo desenvolvido.

Cabe destacar o avanço da temática de Gestão de Riscos do Patrimônio Museológico no Ibram, que resultou em várias obras e serviços nas unidades museológicas mantidas por este Instituto, conforme destacado no item 3.4 deste Relatório de Gestão, dentre os quais destacamos: Projeto de Sistemas de Segurança e Incêndio; Recuperação de telhados;

Modernização e adequação às normas de engenharia elétrica; Regularização junto ao Corpo de Bombeiros visando à adequação às normas vigentes; Realização de Inspeção Predial, Restauração Predial; e a realização do Seminário de Gestão de Risco.

Em que pese os esforços envidados, infelizmente, destacamos um evento de natureza climática ocorrido no Museu das Missões no Rio Grande do Sul, quando um tornado atingiu e danificou as instalações prediais e esculturas expostas.

b) Avaliação dos controles internos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e contábeis.

Em que pese a carência de recursos humanos já destacados anteriormente, a Auditoria Interna avalia satisfatoriamente os controles internos relacionados aos relatórios financeiros e contábeis emitidos pelo Ibram.

c) Descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela upc, das recomendações da auditoria interna.

Após a aprovação pela Presidência dos Relatórios de Auditoria decorrentes das auditorias estabelecidas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT ou em solicitações especiais, a Audin mantém rotinas de acompanhamento e de implementação das recomendações registradas no Relatório, por intermédio do FOLLOW UP.

As respostas ao relatório encaminhadas pelas unidades auditadas são analisadas pelos auditores, que manifestam concordância ou não com as ações tomadas pelas unidades auditadas e, quando não haja concordância, recomenda-se a adoção de providências que julga necessárias para a consecução das pendências.

d) Informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna.

Os trabalhos de monitoramento dos resultados pela Audin adotam como sistemática o acompanhamento pelo FOLLOW UP. Embora a Auditoria Interna não possua sistema específico para o controle das recomendações, é utilizada planilha eletrônica para o acompanhamento das pendências de auditoria, que é revisada periodicamente para fins de reiteração ou baixa da recomendação, conforme o caso.

e) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade.

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT para o exercício de 2016 foi parcialmente cumprido, tendo em vista a perda de 66% da força de trabalho desta Auditoria, com a exoneração de 02 (dois) servidores da equipe.

Abaixo, passamos a discriminar as principais atividades desenvolvidas no período em questão:

- Foram analisados nesse exercício cerca de 29 processos totalizando aproximadamente 129 volumes, dentre os quais citamos processos de compras e contratações de serviços, em conformidade com o planejado no PAINT 2016 ou por solicitação interna do Ibram Sede;

- Foram elaborados e encaminhados 71 Memorandos, 07 Ofícios, 17 Solicitações de Auditoria, 02 Notas de Auditoria, 27 Despachos, 07 Notas Técnicas e 23 Ordens de Serviços, todos relacionados às orientações e outras informações pertinentes ao controle;

- Acompanhamento e apoio à CGU no que se refere ao atendimento às recomendações do Plano de Providência Permanente, que atualmente encontra-se inserido no Sistema Monitor, bem como atuação junto aos Departamentos do Ibram para manifestação às recomendações da CGU constantes do referido sistema;

- Participação em reuniões mensais e extraordinárias com o corpo diretivo do Ibram ou com outros Departamentos, quando solicitada a presença desta Auditoria;

- Acompanhamento diário de todas as publicações no Diário Oficial da União que tenham matérias de interesse do Ibram e posterior comunicação às áreas interessadas, quando pertinente, a fim de colaboração para mantê-las atualizadas;

- Acompanhamento da execução de Diárias e Passagens concedidas no Ibram, no intuito de prevenir a não extrapolação de gasto e subsidiando as autoridades do órgão para um melhor acompanhamento desse tipo de despesa, o que resultou no encaminhamento de 12 quadros de acompanhamento elaborados a partir de consultas aos Sistemas SCDP e Tesouro Gerencial e encaminhados às áreas responsáveis;

- Cadastramento de propostas de concessão de diárias e passagens de servidores da Auditoria Interna no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, incluindo a realização da prestação de contas quando do retorno dos servidores à origem;

- Conhecimento e acompanhamento dos expedientes elaborados pelas unidades do Ibram em resposta às demandas formuladas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo à Auditoria Interna conforme estabelecido na Portaria Ibram 225, de 03 de julho;

- Elaboração do RAINT de 2015 e do PAINT de 2017;

- Alimentação e atualização de um banner na intranet do Ibram com a disponibilização de Orientações e legislações para acesso pelas unidades, sempre que necessário.

f) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão.

Durante o ano de 2016 foram realizados 10 trabalhos de auditoria de campo no

âmbito do Ibram. Ressaltamos que não foi possível atingir a meta de 13 Relatórios de Auditoria prevista no PAINT 2016, dos quais 07 seriam referentes aos atos de gestão e 06 sobre a gestão de risco dos Museus. A meta atingida foi de 10 Relatórios expedidos, sendo 06 de atos de gestão e os 04 restantes de gestão de risco, em virtude da perda de 66% da força de trabalho da Audin.

A seguir, passamos a discorrer sobre as auditorias realizadas no decorrer do exercício de 2016:

01) Museu Imperial

O trabalho teve por objetivo realizar Apuração Preliminar para a quantificação de dano ao erário referente ao período de 1999 a 2008.

O trabalho foi encaminhado à Presidência do Ibram para conhecimento e posterior remessa ao Museu Imperial para adoção de providências.

02) Museu Imperial

Tendo por base a Cartilha “Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro” e o Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, elaborados pelo Ibram, realizamos auditoria de campo com aplicação de questionário e visita *in loco* no referido Museu, visando à identificação de potenciais riscos que possam vir a acometer a Unidade.

Diante das informações prestadas pelos responsáveis, foi elaborado Relatório de Auditoria e encaminhado à Presidência do Ibram e ao Museu para ciência e adoção de providências.

03) Museu da República

Foi realizado trabalho de auditoria com foco na análise documental de processos de contratação de serviços para o referido Museus. Devido à exoneração de 02 (dois) servidores que compunham a equipe deste trabalho, ficou inviabilizada a visita à Unidade.

04) Departamento de Processos Museais – DPMUS/IBRAM

Foi realizado trabalho de auditoria de campo no DPMUS/IBRAM, com foco nos contratos de consultoria referentes ao Projeto de Cooperação Técnica Internacional OEI/BRA/08/007.

05) Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI/IBRAM

Foi realizado trabalho de auditoria de campo no DPGI/IBRAM, com foco no Contrato Administrativo nº 19/2010, referente ao serviço/gestão de impressão.

06) Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI/IBRAM

Foi realizado trabalho de auditoria de campo no DPGI/IBRAM, que solicitou

desta Auditoria análise quanto à eventual dano ao erário decorrente do Contrato Administrativo nº 26/2010, referente aos serviços de copeiragem para o Ibram Sede.

07) Museu das Bandeiras, Museu de Arte Sacra da Boa Morte e Museu Casa da Princesa

Foi realizada auditoria de campo nos Museus acima, todos situados no Estado de Goiás, com foco nos processos de aquisição de bens e contratação de serviços e, também, na execução de convênios pelas referidas Unidades.

08) Museu das Bandeiras

Tendo por base a Cartilha “Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro” e o Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, elaborados pelo Ibram, realizamos auditoria de campo com aplicação de questionário e visitação *in loco* no referido Museu, visando à identificação de potenciais riscos que possam vir a acometer a Unidade.

Diante das informações prestadas pelos responsáveis, foi elaborado Relatório de Auditoria e encaminhado à Presidência do Ibram e ao Museu para ciência e adoção de providências.

09) Museu de Arte Sacra da Boa Morte

Tendo por base a Cartilha “Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro” e o Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, elaborados pelo Ibram, realizamos auditoria de campo com aplicação de questionário e visitação *in loco* no referido Museu, visando à identificação de potenciais riscos que possam vir a acometer a Unidade.

Diante das informações prestadas pelos responsáveis, foi elaborado Relatório de Auditoria e encaminhado à Presidência do Ibram e ao Museu para ciência e adoção de providências.

10) Museu Casa da Princesa

Tendo por base a Cartilha “Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro” e o Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, elaborados pelo Ibram, realizamos auditoria de campo com aplicação de questionário e visitação *in loco* no referido Museu, visando à identificação de potenciais riscos que possam vir a acometer a Unidade.

Diante das informações prestadas pelos responsáveis, foi elaborado Relatório de Auditoria e encaminhado à Presidência do Ibram e ao Museu para ciência e adoção de providências.

Dessa forma, podemos resumir os trabalhos de maior destaque no quadro a seguir:

2016	
Processos analisados / Total de volumes	29 processos / 129 volumes
Relatórios de Auditoria expedidos	10
Documentos expedidos (Memorandos, Ofícios, Notas de Auditoria, Solicitações de Auditoria, e-mails etc.)	154

II – CONCLUSÃO

Cabe destacar que o pouco tempo de existência do Ibram, aliada à evasão de servidores e à expectativa de aposentadoria de parte do corpo funcional, representam os desafios que o Ibram está enfrentando para desempenhar suas atividades.

Nesse contexto, a Auditoria Interna, dentre as atividades desenvolvidas em 2016, entende que a maior incidência de inconformidades identificadas se deve à inobservância dos dispositivos legais pelas unidades do Ibram, por falta de conhecimento e, principalmente, à falta de qualificação nas diversas áreas da Sede e Unidades vinculadas ao Instituto.

No entanto, concluímos que os resultados previstos para 2016 foram alcançados de maneira satisfatória, com a melhoria dos controles internos nas unidades pela adoção das recomendações e orientações desta Auditoria.

Assim sendo, envidaremos esforços para que em 2017 sejam aprimorados os trabalhos da Auditoria, e dado continuidade as análises sobre os aspectos operacionais da UPC.

WERNER NEIBERT BEZERRA
Auditor Chefe – AUDIN/IBRAM

119. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

Conforme orientação do Tribunal de Contas da União, uma vez que o Instituto Brasileiro de Museus é UPC integrante do Poder Executivo Federal e utiliza o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), segue Relatório Anual emitido por meio do referido sistema:

CGU-PAD	Controladoria-Geral da União
RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO	

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Instituto Brasileiro de Museus	
Período:	01/01/2016 a 31/12/2016
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos em "Instauração/Instrução"	13
Total de Procedimentos em "Indiciamento/Citação"	0
Total de Procedimentos "Encaminhados para Julgamento"	0
Total de Procedimentos "Julgados"	6
Total de Procedimentos "Anulados Administrativamente"	0
Total de Procedimentos "Anulados Judicialmente"	0
Total de Procedimentos em "Revisão"	0
Total de Procedimentos em "Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Avocação/Requisição pela CGU"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Revisão do Processo"	0
Total de Procedimentos	19

Quadro Detalhado			
Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
01415004678201628	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	13/06/2016	Instauração/Instrução
01415004675201694	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	12/09/2016	Instauração/Instrução
01415004679201672	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	12/09/2016	Instauração/Instrução
01415008772201656	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)	19/09/2016	Instauração/Instrução
01415002735201634	Sindicância	18/04/2016	Processo Julgado - convertido para CGU PAD
01415002397201631	Sindicância	02/05/2016	Processo Julgado ARQUIVADO
01415003952201641	Sindicância	02/05/2016	Processo Julgado SA - 2195 de 2016
01415005422201638	Sindicância	23/05/2016	Instauração/Instrução
01415004670201661	Sindicância	30/05/2016	Instauração/Instrução
01415004663201660	Sindicância	06/06/2016	Processo Julgado ARQUIVADO
01415004668201692	Sindicância	06/06/2016	Processo Julgado ARQUIVADO
01415004669201637	Sindicância	06/06/2016	Processo Julgado ARQUIVADO
01415004673201603	Sindicância	13/06/2016	Instauração/Instrução
01415006323201673	Sindicância	25/07/2016	Instauração/Instrução
01415008098201618	Sindicância	08/08/2016	Instauração/Instrução
01415008835201674	Sindicância	15/08/2016	Instauração/Instrução

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Quadro Detalhado			
Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
01415008102201630	Sindicância	12/09/2016	Instauração/Instrução
01415009308201687	Sindicância	12/09/2016	Instauração/Instrução
01415011812201647	Sindicância	12/12/2016	Instauração/Instrução

122. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

122. 2. Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sisac



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS
SBN – Q 02 – Bloco N Ed. CNC 03 – 12º andar.
Brasília-DF – CEP 70040-020

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Instituto Brasileiro de Museus estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Brasília-DF, 20 de fevereiro de 2017

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Sônia Regina de Souza Oliveira'.

Sônia Regina de Souza Oliveira
259.302.061-04
Coordenadora de Gestão de Pessoas
Instituto Brasileiro de Museus

122.3. Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS
SBN – Q 02 – Bloco N Ed. CNC 03 – 12º andar.
Brasília-DF – CEP 70040-020

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do Instituto Brasileiro de Museus obrigados pela Lei nº 8.730/1993, disponibilizaram suas declarações de bens e rendas ou Autorização de Acesso aos Dados, junto a esta Coordenação de Gestão de Pessoas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília-DF, 20 de fevereiro de 2017

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Sônia Regina de Souza Oliveira', written over a horizontal line.

Sônia Regina de Souza Oliveira
259.302.061-04
Coordenadora de Gestão de Pessoas
Instituto Brasileiro de Museus

122.4. Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP

Modelo 2 - Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização é desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizadas no referido Sistema conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 17 de fevereiro de 2017.


Fernanda Araújo de Melo

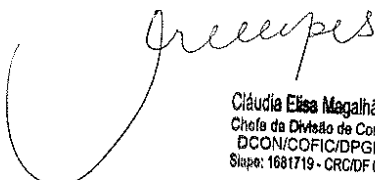
018.435.711-02

Analista I – Administradora

Divisão de Programação Orçamentária e Financeira
Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Departamento de Planejamento e Gestão Interna
Instituto Brasileiro de Museus

122.5. Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal: SIAFI

Declaração com Ressalva			
Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis			
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UPC)			Código da UG
Diretoria de Planejamento e Gestão Interna - DPGI			423001
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>A. Valores da depreciação/amortização do ativo imobilizado/intangível – falta/evolução da depreciação do ativo imobilizado/intangível;</p> <p>B. Reavaliação/Redução ao valor recuperável dos itens do ativo permanente.</p> <p>C. Transferências Voluntárias sem comprovação e não enviadas para inadimplência</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	20/2/2017
Contador Responsável	Cláudia Elisa Magalhães Lopes	CRC nº	DF-017389/O-8



Cláudia Elisa Magalhães Lopes
 Chefe da Divisão de Contabilidade
 DCON/COFIC/DPGI/BRAM
 Siga: 1681719 - CRC/DF 017389/O-8

122.6. Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

A verificação da conformidade contábil das unidades gestoras executoras do IBRAM é realizada conforme procedimentos descritos nos Normativos da Secretária do Tesouro Nacional, em específico no Manual Siafi (Auditores Contábeis) e têm como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade de registro de Gestão e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise.

Ressalta-se que os procedimentos de análise são criteriosos e realizados mensalmente para cada unidade gestora executora, em que são verificadas as inconsistências ou desequilíbrios apresentados nas Demonstrações Contábeis, existência de ocorrências nas transações >CONDESAUD e >CONDEMCON, existência de contas contábeis com saldo invertido na transação >BALANCETE, falta de registro no Siafi ou a existência de restrições registradas na Conformidade de Registros de Gestão, além da existência de inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis, observadas as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, os instrumentos de análise disponíveis no Siafi e outros dispositivos legais à disposição do conformista.

A análise e registro da conformidade contábil são realizados pela Divisão de Contabilidade do IBRAM – UG/GESTÃO 423032/42207, a qual se equipara a Seccional Contábil de órgão, conforme disposto no Decreto nº 6.976/2009 e Portaria STN nº 481/2014, uma vez que realiza a conformidade contábil de todas as unidades gestoras executoras pertencentes à gestão 42207 - IBRAM, quais sejam, 423001, 423002, 423031, 423034, 343015, 343016, 343017, 343018, 343019, 343020, 343021, 343022 e 343027.

Para a efetivação do registro da conformidade contábil, o órgão se dispõe de contador titular, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC e devidamente habilitado no SIAFI e atualizado na tabela de UG, sendo que este não possui a função de emitir documentos no SIAFI, e também não é responsável pelo registro da conformidade de registro de gestão, obedecendo, dessa forma, ao princípio da Segregação de Funções disposto na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 481/2014 e Manual Siafi – 020315.

No que se refere às restrições contábeis, foram registradas durante todo o exercício de 2016, na conformidade contábil de órgão, um total de 387 restrições contábeis, sendo 89 ocorrências do tipo ALERTA e 298 ocorrências do tipo RESSALVA.

Das ocorrências apontadas, não foram sanadas até o encerramento do exercício de 2016 a ressalva 642 – Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado, para as unidades gestoras 423002, 423034, 343015, 343016, 343017, 343018, 343019, 343020, 343021, 343022 e 343027, a ocorrência de alerta 302 – Falta e/ou Atraso de Remessa do Relatório de Bens Móveis –RMB para unidade gestora 423002. Porém, ressalta-se que, conforme já evidenciado, para aplicação do procedimento de depreciação, primeiramente, é necessário efetuar a reavaliação ou redução a valor de mercado (*Testes de Recuperabilidade*) e, devido à quantidade limitada de servidores para composição de comissão responsável pela realização dos trabalhos iniciais de ajuste ao Valor Justo, e, principalmente, devido à ausência de um sistema de patrimônio ou outro sistema de informática que viabilize a verificação dos

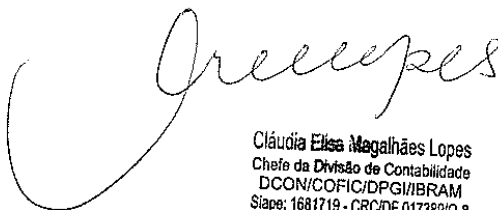
inúmeros itens do imobilizado que permita os registros, os controles patrimoniais, emissão de relatórios de bens móveis - RMB e o cálculo da depreciação, essas ocorrências ainda continuam pendentes de regularização. Cabe ressaltar que esta Autarquia adquiriu recentemente o Siads - Sistema Integrado de Administração de Serviços, que permitirá sanar as restrições contábeis relativas aos bens do ativo imobilizado para os próximos exercícios.

O órgão apresentou ainda as ocorrências de ressalva 671 – Transferências Voluntárias s/ Comprovação e não Enviadas para Inadimplência para a unidade gestora 423002 e 767 – Termo de Cooperação a Comprovar Data Expirada para a unidade gestora 423001, que são relacionadas à execução e comprovação dos recursos transferidos por meio de Convênios e Termo de Execução Descentralizada. Tais ocorrências permaneceram até o final do exercício de 2016 tendo em vista a falta de informações por parte de alguns órgãos recebedores da transferência quanto à comprovação de utilização dos recursos e quanto ao encerramento das atividades objeto do Termo. Além disso, algumas informações não chegam em tempo hábil para que a área responsável efetue os registros pertinentes.

Brasília/DF, 20 de fevereiro de 2017.

Cláudia Elisa Magalhães Lopes

CRC-DF 017389/O-8



Cláudia Elisa Magalhães Lopes
Chefe da Divisão de Contabilidade
DCON/COFIC/DPGI/BRAM
Slape: 1681719 - CRC/DF 017389/O-8

125. Rol de responsáveis

Prestação de contas

Prestadora	Ano exercício	Apresentadora	Supervisora	Unidade Técnica do TCU	Processo no TCU			
Instituto Brasileiro de Museus	2016	Instituto Brasileiro de Museus	Ministério da Cultura	Secretaria de Educação	Não se aplica			
Prazo para conclusão relatório gestão	Prazo para conclusão apresentador	Status de conclusão apresentador	Recibo de envio relatório gestão	Declaração de publicação relatório gestão	Prazo para conclusão controle interno	Status de conclusão controle interno	Prazo para conclusão supervisor	Status de conclusão supervisor
16/03/2017	31/03/2017	Pendente	-	-	-	Não se aplica	-	Não se aplica

Situação da conta: Aguardando atuação do apresentador [Acesso às normas da prestação de contas do exercício](#)

Informações gerais da conta | **Apresentador de contas** | Controle interno | Supervisor

Relatório de gestão | **Relatórios, pareceres e declarações** | Informações suplementares

ROL DE RESPONSÁVEIS

PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREÇÃO

DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

Responsáveis ?

CPF	Nome	Períodos de responsabilidade	Contato	Cadastrado por	Operação
646.944.298-68	CARLOS ROBERTO FERREIRA BRANDAO			apresentador	
601.851.477-04	Denio Menezes da Silva			apresentador	
266.537.701-25	ENEIDA BRAGA ROCHA DE LEMOS			apresentador	
733.973.007-97	Helio de Queiroz Boudet Fernandes			apresentador	
516.045.748-87	JORGE SCHWARTZ			apresentador	
007.156.116-15	Jose Rui Guimaraes Mourao			apresentador	
491.172.543-53	MANUELINA MARIA DUARTE CANDIDO			apresentador	
040.751.228-40	MARCOS JOSE MANTOAN			apresentador	
239.128.041-68	MAURICIO VICENTE FERREIRA JUNIOR			apresentador	
373.103.217-15	Magaly de Oliveira Cabral Santos			apresentador	
028.721.728-07	Marcelo Mattos Araujo			apresentador	
805.198.577-04	Monica Figueiredo Braunschweiger Xexeo			apresentador	
826.549.727-04	PAULO KNAUSS DE MENDONCA			apresentador	
480.221.791-91	Valéria Grilanda Rodrigues Paiva Dantas			apresentador	
667.173.887-49	Vera Maria Abreu de Alencar			apresentador	
184.134.477-04	WAGNER TISO VEIGA			apresentador	